



Demonstrações Financeiras 2025

Conteúdo

Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Balço Patrimonial.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Performance	9
1. Contexto operacional.....	10
2. Principais eventos e transações relacionados às demonstrações financeiras de 2025	11
3. Informações por segmento de negócios e área geográfica	12
4. Custos e despesas por natureza	15
5. Tributos	16
6. Lucro básico e diluído por ação	22
Capital de giro.....	24
7. Contas a receber.....	24
8. Estoques	25
9. Fornecedores e outras contas a pagar	25
10. Transações de <i>streaming</i>	26
11. Fluxos de caixa das atividades operacionais	27
Ativos operacionais	28
12. Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	29
13. Imobilizado.....	34
14. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	37
15. Intangíveis	40
16. Concessões de ferrovias	42
17. Informações financeiras relacionadas ao clima.....	44
Gestão financeira.....	47
18. Resultado financeiro	47
19. Ativos e passivos financeiros	48
20. Gestão de riscos financeiros e de capital	52
21. Empréstimos e financiamentos	59
22. Arrendamentos	61
23. Outros ativos e passivos financeiros	63
24. Fluxos de caixa das atividades de financiamento	65
Provisões, contingências e outros compromissos	69
25. Rompimento da barragem de Brumadinho.....	69
26. Passivos relacionados à participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	72
27. Processos judiciais e administrativos.....	75
28. Compromissos e garantias concedidas	79
Estrutura de capital.....	80
29. Patrimônio líquido	81
a) Capital social	81
b) Cancelamento de ações em tesouraria	81
c) Recompra de ações	82
d) Destinação do resultado do exercício	82
e) Remuneração deliberada aos acionistas	83
f) Reservas de lucro	84
Partes relacionadas	85
30. Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	87
31. Aquisições e desinvestimentos	92
32. Benefícios a empregados	97
33. Partes relacionadas.....	106
Base de preparação e outros requerimentos.....	112
34. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	112
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	114

Demonstração do Resultado

Em milhões de reais, exceto o lucro por ação

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Receita de vendas, líquida	3(b)	213.595	206.005	208.066	128.402	139.860
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4(a)	(138.887)	(131.318)	(120.016)	(70.856)	(67.152)
Lucro bruto		74.708	74.687	88.050	57.546	72.708
Despesas operacionais						
Com vendas e administrativas	4(b)	(3.566)	(3.397)	(2.758)	(1.707)	(1.569)
Pesquisa e desenvolvimento		(3.848)	(4.307)	(3.598)	(2.385)	(2.353)
Pré-operacionais e paradas de operação	14	(1.507)	(2.189)	(2.249)	(1.374)	(1.957)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	30	–	–	–	(4.745)	(586)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4(c)	(7.501)	(8.275)	(7.422)	(6.465)	(6.865)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	12	(25.147)	510	(1.317)	(3.455)	441
Lucro operacional		33.139	57.029	70.706	37.415	59.819
Receitas financeiras	18	2.803	2.281	2.159	1.707	1.083
Despesas financeiras	18	(9.179)	(7.968)	(7.276)	(8.711)	(8.145)
Outros itens financeiros, líquido	18	1.100	(15.548)	(4.601)	196	(11.598)
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures	26 e 30	(1.170)	(1.570)	(5.434)	(1.170)	(1.570)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554	29.437	39.589
Tributos sobre o lucro	5	(14.882)	(3.793)	(15.000)	(15.623)	(7.997)
Lucro líquido		11.811	30.431	40.554	13.814	31.592
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		(2.003)	(1.161)	614	—	
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.		13.814	31.592	39.940	13.814	31.592
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.						
	6					
Lucro básico por ação ordinária (R\$)		3,24	7,39	9,15	3,24	7,39
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)		3,23	7,38	9,15	3,23	7,38

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhões de reais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Lucro líquido		11.811	30.431	40.554	13.814	31.592
Outros resultados abrangentes:						
Itens que não serão reclassificados para o resultado						
Obrigações com benefícios de aposentadoria		105	583	(331)	(65)	301
Participações societárias mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	63	170	-
Participações em outros resultados abrangentes de controladas		-	-	-	-	282
		105	583	(268)	105	583
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado						
Ajustes de conversão de operações no exterior (i)		(6.044)	14.786	(2.794)	(5.739)	12.814
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	20(a.iv)	1.581	(2.750)	683	1.581	(2.750)
Hedge de fluxo de caixa	20(a.iv)	-	-	(88)	-	-
Reclassificação de ajustes acumulados de conversão para o resultado (ii)		55	(6.145)	-	55	(6.145)
		(4.408)	5.891	(2.199)	(4.103)	3.919
Resultado abrangente		7.508	36.905	38.087	9.816	36.094
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores		(2.308)	811	63	-	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Vale S.A.		9.816	36.094	38.024	-	-

(i) Inclui o efeito de variação das taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de controladas que atuam em ambiente econômico internacional, com moeda diferente da moeda funcional da Vale S.A. (nota 33d).

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente ao efeito da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão para o resultado do exercício em função do desinvestimento com perda de controle na Vale Oman Distribution Center e na PT Vale Indonesia Tbk, nos valores de R\$620 e R\$5.728, respectivamente (notas 31c e 31d).

Os itens acima estão apresentados líquidos de impostos quando aplicável, os quais estão apresentados na nota 5. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhões de reais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Caixa gerado pelas operações	11(a)	74.283	74.022	86.220	67.821	71.272
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	24	(5.590)	(4.710)	(3.695)	(6.216)	(6.138)
Recebimentos (pagamentos) na liquidação de derivativos, líquido	20	3.224	(34)	2.798	3.120	(18)
Pagamentos relacionados ao evento de Brumadinho	25	(4.826)	(4.934)	(6.597)	(4.826)	(4.934)
Pagamentos relacionados à descaracterização das barragens	14	(2.100)	(2.876)	(2.275)	(2.100)	(2.876)
Pagamentos relacionados à recompra parcial e remuneração das debêntures participativas	23(b)	(5.113)	(1.293)	(1.172)	(5.113)	(1.293)
Pagamentos de tributos sobre o lucro (incluindo programas de refinanciamento)		(11.113)	(9.976)	(9.374)	(9.042)	(8.491)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		48.765	50.199	65.905	43.644	47.522
Fluxo de caixa das atividades de investimento:						
Investimentos no imobilizado e intangível		(33.390)	(35.098)	(29.446)	(23.880)	(24.123)
Pagamentos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco	26(a)	(12.726)	(4.651)	(2.728)	(12.726)	(4.651)
Pagamento antecipado relacionado à repactuação dos contratos de concessão ferroviária	16	–	(4.000)	–	–	(4.000)
Recebimentos (pagamentos) provenientes da alienação e aquisição de investimentos, líquidos	31	4.674	13.966	(697)	5.332	(2.918)
Dividendos recebidos de coligadas e joint ventures		1.719	446	1.010	2.400	3.691
Aplicações financeiras, líquidas		1.865	(533)	613	1.485	101
Outras atividades de investimento, líquidas		(605)	(911)	(177)	(664)	(928)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(38.463)	(30.781)	(31.425)	(28.053)	(32.828)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Empréstimos e financiamentos de terceiros	24	26.523	26.701	9.585	9.299	13.694
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros	24	(8.299)	(14.344)	(3.215)	(2.142)	(1.264)
Pagamentos de arrendamentos	22(b)	(971)	(1.108)	(1.159)	(401)	(382)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Vale S.A.	29(e.i)	(19.971)	(20.662)	(27.759)	(19.971)	(20.662)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	30(c)	–	(1)	(208)	–	–
Programa de recompra de ações	29(c)	–	(2.054)	(13.593)	–	(1.204)
Emissão de títulos subordinados	24	3.957	–	–	–	–
Aquisição de participação adicional na VOPC	31(g)	–	–	(653)	–	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.239	(11.468)	(37.002)	(13.215)	(9.818)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquido		11.541	7.950	(2.522)	2.376	4.876
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		30.671	17.474	24.711	9.084	4.193
Efeito de variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		(1.649)	4.829	(1.314)	–	–
Efeito da transferência do caixa de controladas classificadas como ativos não circulantes mantidos para venda e outros		–	418	(3.401)	–	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.563	30.671	17.474	11.460	9.084

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em milhões de reais

31 de dezembro de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	19	40.563	30.671	11.460	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo	19	1.066	331	899	12
Contas a receber	7	12.639	14.600	15.081	28.663
Outros ativos financeiros	23	2.517	331	1.425	194
Estoques	8	32.666	28.513	7.944	7.975
Tributos a recuperar	5(e)	8.280	6.811	5.856	4.933
Outros		2.914	2.219	2.271	2.005
		100.645	83.476	44.936	52.866
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	27(c)	3.580	3.326	3.453	3.208
Outros ativos financeiros	23	2.637	1.429	1.230	179
Tributos a recuperar	5(e)	9.768	8.030	8.608	5.580
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	34.761	51.050	24.899	43.241
Outros		7.728	8.157	5.321	4.997
		58.474	71.992	43.511	57.205
Investimentos	30	27.674	28.158	133.861	152.740
Intangíveis	15	49.261	65.105	42.045	41.693
Imobilizado	13	240.040	247.594	159.608	150.812
		375.449	412.849	379.025	402.450
Total do ativo		476.094	496.325	423.961	455.316
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	9	30.621	26.217	17.289	15.286
Empréstimos e financiamentos	21	2.847	6.316	960	819
Arrendamentos	22	884	907	329	367
Concessão de ferrovias	16	3.138	2.895	3.138	2.895
Outros passivos financeiros	23	3.603	6.660	26.970	19.249
Tributos a recolher	5(e)	3.781	3.559	1.255	1.948
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	2.328	2.184	2.328	2.184
Passivos relacionados a Brumadinho	25	4.168	4.420	4.168	4.420
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	26	5.955	11.421	5.955	11.421
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	14	4.774	5.160	4.208	4.451
Provisões para processos judiciais e administrativos	27(a)	794	736	794	736
Benefícios a empregados	32	6.234	6.266	4.025	3.925
Dividendos a pagar	29(e.i)	14.588	2.046	14.588	2.046
Outros		3.605	2.268	2.672	2.718
		87.320	81.055	88.679	72.465
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	96.932	85.282	35.134	30.164
Arrendamentos	22	2.794	3.507	831	956
Concessão de ferrovias	16	10.034	11.684	10.034	11.684
Outros passivos financeiros	23	16.770	16.576	53.825	75.195
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	4.314	6.234	4.314	6.234
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	588	2.757	-	-
Passivos relacionados a Brumadinho	25	6.345	7.778	6.345	7.778
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	26	8.424	11.261	8.424	11.261
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	14	29.128	30.529	18.667	18.870
Provisões para processos judiciais e administrativos	27(a)	4.944	5.536	4.607	5.088
Benefícios a empregados	32	6.680	6.925	2.489	2.205
Transações de streaming		10.831	11.651	-	-
Outros		2.064	1.830	6.313	6.644
		199.848	201.550	150.983	176.079
Total do passivo		287.168	282.605	239.662	248.544
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido	29				
Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.		184.299	206.772	184.299	206.772
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores		4.627	6.948	-	-
Total do patrimônio líquido		188.926	213.720	184.299	206.772
Total do passivo e patrimônio líquido		476.094	496.325	423.961	455.316

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de reais

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Ações em tesouraria	Ajustes da avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		77.300	3.634	108.213	(25.675)	(5.276)	28.916	-	187.112	7.782	194.894
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	39.940	39.940	614	40.554
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(420)	(1.496)	-	(1.916)	(551)	(2.467)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(2.265)	-	-	-	(18.310)	(20.575)	-	(20.575)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(187)	(187)
Transação com acionistas não controladores	31(g)	-	-	-	-	15	-	-	15	(298)	(283)
Apropriação às reservas de lucros		-	-	21.630	-	-	-	(21.630)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(13.593)	-	-	-	(13.593)	-	(13.593)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	132	(150)	-	-	(18)	-	(18)
Ações em tesouraria canceladas	29(b)	-	-	(21.397)	21.397	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		77.300	3.634	106.181	(17.739)	(5.831)	27.420	-	190.965	7.360	198.325
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	31.592	31.592	(1.161)	30.431
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	756	3.746	-	4.502	1.972	6.474
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(11.722)	-	-	-	(11.162)	(22.884)	-	(22.884)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Transações com acionistas não controladores (i)		-	-	-	-	4.593	-	-	4.593	(1.222)	3.371
Apropriação às reservas de lucros		-	-	20.430	-	-	-	(20.430)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(2.054)	-	-	-	(2.054)	-	(2.054)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	8	50	-	-	58	-	58
Saldo em 31 de dezembro de 2024		77.300	3.634	114.889	(19.785)	(432)	31.166	-	206.772	6.948	213.720
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	13.814	13.814	(2.003)	11.811
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	24	(4.022)	-	(3.998)	(305)	(4.303)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(21.791)	-	-	-	(10.733)	(32.524)	-	(32.524)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Transação com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Apropriação às reservas de lucros	29(d)	-	-	3.081	-	-	-	(3.081)	-	-	-
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	4	231	-	-	235	-	235
Saldo em 31 de dezembro de 2025		77.300	3.634	96.179	(19.781)	(177)	27.144	-	184.299	4.627	188.926

(i) O efeito no patrimônio líquido dos acionistas não controladores em 2024 inclui o desreconhecimento da participação de acionistas não controladores na PT Vale Indonesia Tbk no valor de R\$9.050 (nota 31b) e o reconhecimento da participação de acionistas não controladores na Vale Base Metals Limited no valor de R\$7.828 (nota 31d).

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhões de reais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado				
Receita bruta				
Receita de produtos e serviços	215.288	208.129	129.958	141.892
Receitas relativas à construção de ativos próprios	5.908	7.808	5.511	6.857
Outras receitas	1.477	1.470	1.207	1.308
Menos:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(46.736)	(40.846)	(26.609)	(25.040)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(53.790)	(54.106)	(19.165)	(19.387)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidas	(25.147)	510	(3.455)	441
Despesas relacionadas ao evento de Brumadinho	(3.303)	(2.670)	(3.303)	(2.670)
Descaracterização de barragens	1.014	1.141	1.014	1.141
Outros custos e despesas	(15.904)	(19.636)	(10.513)	(11.964)
Valor adicionado bruto	78.807	101.800	74.645	92.578
Depreciação, amortização e exaustão	(17.306)	(16.525)	(10.867)	(10.075)
Valor adicionado líquido	61.501	85.275	63.778	82.503
Recebido de terceiros:				
Resultado de participações	(1.170)	(1.570)	(5.915)	(2.156)
Resultado financeiro	3.131	8.055	1.786	7.985
Total do valor adicionado a distribuir	63.462	91.760	59.649	88.332
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	11.760	10.808	6.231	5.580
Benefícios	4.707	4.381	3.794	3.440
FGTS	527	513	470	459
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos Federais	21.515	10.276	21.907	14.114
Impostos Estaduais	4.633	4.719	4.106	4.579
Impostos Municipais	131	184	91	131
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros (derivativos líquidos e variação monetária e cambial passiva)	7.442	28.637	8.375	26.706
Arrendamento	936	1.811	861	1.731
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido das operações continuadas reinvestido	13.814	31.592	13.814	31.592
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	(2.003)	(1.161)	-	-
Distribuição do valor adicionado	63.462	91.760	59.649	88.332

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Performance

1. Contexto operacional

A Vale S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O capital social é composto por ações ordinárias, negociadas na B3 sob o código VALE3. A Companhia possui *American Depositary Receipt* ("ADRs") listadas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") sob o código VALE. As ações também são negociadas no LATIBEX, sob o código XVALO. O LATIBEX é um mercado eletrônico não regulado criado pela Bolsa de Valores de Madri, para possibilitar a negociação de valores mobiliários latino-americanos. A composição acionária está apresentada na nota 29 destas demonstrações financeiras.

A Vale S.A., em conjunto com suas controladas ("Vale" ou "Companhia"), é uma das maiores produtoras mundiais de minério de ferro e níquel, produzindo também pelotas e briquetes de minério de ferro, cobre e subprodutos como metais do grupo da platina (PGM), ouro, prata e cobalto.

Os negócios da Companhia estão organizados em dois segmentos operacionais, "Soluções de Minério de Ferro" e "Vale Metais Básicos" (nota 3).

Soluções de Minério de Ferro

Compreende a extração de minério de ferro, a produção de pelotas e briquetes, bem grandes sistemas logísticos e centros de distribuição integrados às suas operações de mineração, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos.

- **Minério de ferro.** A Companhia opera três sistemas no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro:
 - Sistema Norte.** Totalmente integrado, com três complexos de mineração, uma ferrovia e um terminal marítimo.
 - Sistema Sudeste.** Totalmente integrado, com três complexos de mineração, uma ferrovia e terminais marítimos.
 - Sistema Sul.** Composto por dois complexos de mineração e terminais marítimos.
- **Pelotas de minério de ferro e outros produtos ferrosos.** A Vale possui um portfólio diversificado de aglomerados, que inclui pelotas e briquetes. A Companhia opera oito plantas de pelotização no Brasil, duas em Omã dedicadas à produção de pelotas, e duas plantas de briquetagem no Brasil para produção de briquetes.

A maior parte destes produtos são vendidos para o mercado internacional por meio da principal trading do grupo, a Vale International S.A. ("VISA"), uma subsidiária integral da Vale que está localizada na Suíça.

Vale Metais Básicos

O segmento Vale Metais Básicos é conduzido pela Vale Base Metals (VBM) e compreende a produção de níquel, cobre e respectivos subprodutos.

- **Níquel.** As principais operações são conduzidas pela Vale Canada Limited ("Vale Canada"), que possui minas e plantas de processamento no Canadá e no Brasil, além de instalações de refino de níquel no Reino Unido e Japão. A Companhia também detém investimentos em operações de níquel na Indonésia.
- **Cobre.** No Brasil, a Companhia produz concentrados de cobre em Sossego e Salobo em Carajás, Estado do Pará. No Canadá, por meio da Vale Canada, produz concentrados e cátodos de cobre, associados às operações de níquel em Sudbury (Ontário) e Voisey's Bay (Newfoundland e Labrador).
- **Outros metais básicos.** Em Sudbury, o minério extraído gera cobalto, PGMs, prata e ouro como subprodutos, processados nas instalações de refino em Port Colborne (Ontário). No Canadá, a Companhia também produz cobalto refinado em Long Harbour (Newfoundland e Labrador). As operações de cobre em Sossego e Salobo também produzem prata e ouro como subprodutos. A Companhia também possui transações de *streaming* em subprodutos de níquel e cobre, conforme apresentado na nota 10 destas demonstrações financeiras.

A Companhia também participa da exploração mineral *greenfield* em cinco países, sendo eles Brasil, Canadá, Chile, Peru e Indonésia. Além disso, a Vale detém participações em coligadas e *joint ventures*, envolvidas principalmente na produção de produtos ferrosos e metais básicos, na operação de infraestrutura logística e em negócios de energia que visam atender parte de necessidade de consumo da Vale por meio de fontes renováveis. A lista dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* da Companhia está apresentada na nota 30.

2. Principais eventos e transações relacionados às demonstrações financeiras de 2025

Ativos operacionais

- **Perda por *Impairment* nos ativos de níquel (Vale Metais Básicos)** – No último trimestre do exercício de 2025, a Companhia identificou indicadores de *impairment* relacionados às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") de níquel. Diante disso, foi realizado teste de recuperabilidade para essas UGCs, resultando no reconhecimento de perda por *impairment* referente à UGC de Newfoundland and Labrador, localizada no Canadá, no montante de R\$9.517. Adicionalmente, o teste de recuperabilidade do ágio alocado às UGCs de níquel do Canadá resultou no reconhecimento de perda por *impairment* no montante de R\$9.463. Essas perdas estão apresentadas como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício. Maiores detalhes estão apresentados na nota 12 destas demonstrações financeiras.

Gestão financeira

- **Recompra de debêntures participativas** – Em novembro de 2025, a Vale concluiu a recompra parcial das debêntures participativas por R\$3.755, incluindo o pagamento de prêmio de R\$80, que está apresentado na demonstração do resultado do exercício como "despesas financeiras". Maiores detalhes estão apresentados na nota 23(b) destas demonstrações financeiras.
- **Emissão de títulos subordinados** – Em novembro de 2025, a Vale emitiu títulos subordinados no valor de R\$4.006 (US\$750 milhões) com vencimento em 2056. Maiores detalhes estão apresentados na nota 23(a) destas demonstrações financeiras.
- **Oferta pública de debêntures** – Em junho de 2025, a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$6 bilhões com vencimento em 2032, 2035 e 2037. Maiores detalhes estão apresentados na nota 24 destas demonstrações financeiras.
- **Emissão e recompra de bonds** – Em fevereiro de 2025, a Companhia emitiu bonds no valor de R\$4.324 (US\$750 milhões) com vencimento em 2054. Em março de 2025, esses recursos foram parcialmente utilizados para resgatar bonds com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de R\$1.890 (US\$329 milhões) pagando prêmio de R\$254 (US\$44 milhões), que foi registrado na demonstração do resultado do período como despesa financeira. Maiores detalhes estão apresentados na nota 24 destas demonstrações financeiras.

Provisões e contingências

- **Ação judicial no Reino Unido** – Em novembro de 2025, a corte Inglesa confirmou a responsabilidade da BHP pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015, que era operada pela Samarco, uma *joint venture* entre Vale e BHP. Com isso, a Vale reconheceu uma provisão adicional de R\$2.450 (US\$449 milhões), apresentada no resultado do exercício de 2025 como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures". Maiores detalhes estão apresentados na nota 26(c) destas demonstrações financeiras.

Estrutura de capital

- **Remuneração aos acionistas** – Durante o exercício de 2025, a Companhia aprovou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor de R\$32.524. Maiores detalhes estão apresentados na nota 29(e) destas demonstrações financeiras.

Partes relacionadas

- **Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")** – Em setembro de 2025, a Companhia concluiu a venda de 70% de participação na Aliança para a Global Infrastructure Partners ("GIP"), por R\$4.616 (US\$871 milhões). Como resultado, a Aliança passou a ser uma coligada e a Vale reconheceu uma perda de R\$1.146 no resultado do exercício, que está apresentada como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Maiores detalhes estão apresentados na nota 31(a) destas demonstrações financeiras.

3. Informações por segmento de negócios e área geográfica

Os segmentos operacionais reportáveis estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, que incluem o Comitê Executivo e o Conselho de Administração, utilizam o LAJIDA (EBITDA) ajustado como medida de desempenho por segmento.

Segmento	Principais atividades
Soluções de Minério de Ferro	Compreendem a extração e produção de minério de ferro, produção de pelotas, outros produtos ferrosos e serviços de logística relacionados.
Vale Metais Básicos	Incluem a extração e produção de níquel e subprodutos (ouro, prata, cobalto e outros metais) e cobre, bem como seus subprodutos (ouro e prata).

O LAJIDA (EBITDA) ajustado da Companhia é calculado a partir do lucro ou prejuízo operacional, incluindo o LAJIDA (EBITDA) de coligadas e *joint ventures*, que é uma medida do "resultado de participações" (nota 30); e excluindo (i) depreciação, exaustão e amortização; e (ii) redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros.

Adicionalmente, itens não alocados aos segmentos reportáveis incluem despesas corporativas, pesquisa e desenvolvimento de projetos de exploração *greenfield*, bem como as despesas relacionadas ao evento de Brumadinho e a descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos.

a) LAJIDA (EBITDA) ajustado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado		
		2025	2024	2023
Minério de ferro		64.227	62.868	75.558
Pelotas de minério de ferro		11.462	17.050	15.658
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos		1.056	1.726	2.345
Soluções de Minério de Ferro		76.745	81.644	93.561
Níquel		3.905	616	4.299
Cobre		15.282	8.321	5.475
Outros metais básicos		(655)	(1.008)	59
Vale Metais Básicos		18.532	7.929	9.833
Itens não alocados		(9.387)	(9.452)	(10.800)
LAJIDA (EBITDA) ajustado		85.890	80.121	92.594
Depreciação, exaustão e amortização	11(a)	(17.306)	(16.525)	(15.300)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros (i)		(29.478)	(1.473)	(2.390)
LAJIDA (EBITDA) de coligadas e <i>joint ventures</i>		(5.967)	(5.094)	(4.198)
Lucro operacional		33.139	57.029	70.706
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	30	(1.170)	(1.570)	(5.434)
Resultado financeiro	18	(5.276)	(21.235)	(9.718)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554

(i) Inclui R\$19.517 de perdas por *impairment* (2024: R\$13.471 e 2023: R\$0), R\$5.630 de perdas líquidas com baixa de ativos não circulantes (2024: ganhos líquidos de R\$13.981 e 2023: perdas líquidas de R\$1.317) e R\$4.331 de despesas para refletir a performance das transações de *streaming* a preços de cotação de mercado (2024: R\$1.983 e 2023: R\$1.073).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Receita líquida de vendas por segmento de negócios e área geográfica

Consolidado									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025									
	Soluções de Minério de Ferro				Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	Receita de vendas, líquida
China (i)	102.762	84	–	102.846	2.902	1.735	265	4.902	107.748
Japão	11.147	937	8	12.092	1.461	–	–	1.461	13.553
Ásia, exceto Japão e China	13.704	1.798	117	15.619	2.296	3.251	363	5.910	21.529
Brasil	5.469	7.623	3.923	17.015	394	–	124	518	17.533
Estados Unidos	–	1.088	–	1.088	4.837	–	257	5.094	6.182
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	–	1.072	–	1.072	3.187	–	–	3.187	4.259
Alemanha	1.736	774	–	2.510	3.200	4.607	37	7.844	10.354
Europa, exceto Alemanha	4.215	501	–	4.716	5.291	11.258	215	16.764	21.480
Oriente Médio, África e Oceania	–	10.636	–	10.636	321	–	–	321	10.957
Receita de vendas, líquida	139.033	24.513	4.048	167.594	23.889	20.851	1.261	46.001	213.595

Consolidado									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
	Soluções de Minério de Ferro				Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	Receita de vendas, líquida
China (i)	98.553	–	–	98.553	2.359	3.920	368	6.647	105.200
Japão	12.863	1.495	9	14.367	1.924	–	175	2.099	16.466
Ásia, exceto Japão e China	11.001	2.074	63	13.138	2.084	421	–	2.505	15.643
Brasil	5.810	9.116	3.821	18.747	275	–	111	386	19.133
Estados Unidos	154	913	1	1.068	4.641	–	104	4.745	5.813
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	–	2.380	3	2.383	2.288	479	–	2.767	5.150
Alemanha	1.704	1.020	–	2.724	2.184	3.090	2	5.276	8.000
Europa, exceto Alemanha	4.217	799	1	5.017	3.963	7.321	–	11.284	16.301
Oriente Médio, África e Oceania	33	14.101	–	14.134	165	–	–	165	14.299
Receita de vendas, líquida	134.335	31.898	3.898	170.131	19.883	15.231	760	35.874	206.005

Consolidado									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
	Soluções de Minério de Ferro				Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Total Vale Metais Básicos	Outros	Receita de vendas, líquida
China (i)	104.582	12	–	104.594	3.431	2.250	5.681	–	110.275
Japão	11.738	1.383	4	13.125	2.916	–	2.916	–	16.041
Ásia, exceto Japão e China	8.399	2.011	53	10.463	2.311	524	2.835	–	13.298
Brasil	6.848	8.410	2.498	17.756	318	–	318	677	18.751
Estados Unidos	–	1.309	–	1.309	6.818	–	6.818	–	8.127
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	5	2.000	7	2.012	2.288	198	2.486	–	4.498
Alemanha	1.226	285	6	1.517	2.318	2.960	5.278	–	6.795
Europa, exceto Alemanha	5.208	1.885	–	7.093	5.436	5.903	11.339	–	18.432
Oriente Médio, África e Oceania	–	11.676	–	11.676	173	–	173	–	11.849
Receita de vendas, líquida	138.006	28.971	2.568	169.545	26.009	11.835	37.844	677	208.066

(i) Inclui a receita de vendas da China Continental no valor de R\$105.697 (2024: R\$100.765 e 2023: R\$107.122) e Taiwan no valor de R\$2.051 (2024: R\$4.435 e 2023: R\$3.153).

Em 2025 e 2024, nenhum cliente representou isoladamente 10% ou mais das receitas da Companhia. Em 2023, a receita proveniente de um único cliente do segmento de Soluções de Minério de Ferro totalizou R\$20.881, representando individualmente 10% da receita total da Companhia.

c) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento de negócios

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		
	2025	2024	2023
Minério de Ferro	75.023	69.523	61.446
Pelota de Minério de Ferro	14.011	15.755	13.779
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	3.388	3.010	1.669
Soluções de Minério de Ferro	92.422	88.288	76.894
Níquel	19.620	18.537	20.849
Cobre	9.151	7.976	6.766
Outros metais básicos	1.205	828	–
Vale Metais Básicos	29.976	27.341	27.615
Outros	–	–	974
Depreciação, exaustão e amortização	16.489	15.689	14.533
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	138.887	131.318	120.016

d) Ativos por área geográfica

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024					
	Investimentos em coligadas e joint ventures		Intangíveis	Imobilizado	Total	Investimentos em coligadas e joint ventures		Intangíveis	Imobilizado	Total
Brasil	14.268	49.210	185.732	249.210	12.670	54.781	177.757	245.208		
Canadá	–	42	44.318	44.360	–	10.315	58.533	68.848		
Américas, exceto Brasil e Canadá	–	–	20	20	–	–	21	21		
Indonésia	10.138	–	348	10.486	11.676	–	376	12.052		
China	–	6	15	21	–	3	25	28		
Ásia, exceto Indonésia e China	–	1	3.429	3.430	–	2	4.046	4.048		
Europa	–	–	3.393	3.393	–	1	3.647	3.648		
Omã	3.268	2	2.785	6.055	3.812	3	3.189	7.004		
Total	27.674	49.261	240.040	316.975	28.158	65.105	247.594	340.857		

Política contábil

Receita de vendas – A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da Vale estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita é reconhecida quando (i) o produto for disponibilizado no porto de embarque, (ii) carregado no navio, (iii) no porto de descarga ou (iv) entregue no armazém do cliente.

Uma proporção relevante das vendas da Vale é realizada com base nos *Incoterms* de Custo e Frete (“CFR”) e Custo, Seguro e Frete (“CIF”), pelos quais a Companhia é responsável por fornecer serviços de frete após a data em que a Vale transfere o controle dos bens para os clientes. Os serviços de frete para contratos CFR e CIF são considerados como uma obrigação de desempenho separada, na qual uma proporção do preço da transação é alocada e reconhecida ao longo do tempo à medida em que os serviços de frete são prestados.

Geralmente, os termos do contrato de pagamento consideram os pagamentos antecipados ou o uso de cartas de crédito. As condições de pagamento não possuem um componente financeiro significativo. Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado ou contratuais até à data da fixação do preço final.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de vendas na demonstração do resultado.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos e serviços prestados

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	2025	2024	2023	2025	2024
Frete e outros custos associados	27.748	27.254	22.481	299	336
Serviços	27.144	24.362	20.569	15.352	14.382
Depreciação, exaustão e amortização	16.489	15.689	14.533	10.323	9.441
Pessoal	16.121	14.600	14.626	10.580	9.461
Materiais	15.751	14.907	13.615	9.968	9.373
Aquisição de produtos	14.575	10.745	11.252	7.504	6.134
Royalties	7.082	6.932	6.397	6.584	6.607
Óleo combustível e gases	6.456	7.523	8.120	5.320	5.760
Energia	3.311	3.514	3.893	2.185	2.334
Outros	4.210	5.792	4.530	2.741	3.324
Total	138.887	131.318	120.016	70.856	67.152

b) Despesas com vendas e administrativas

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	2025	2024	2023	2025	2024
Pessoal	1.403	1.460	1.216	774	730
Serviços	880	869	770	421	403
Depreciação e amortização	400	307	235	143	141
Outros	883	761	537	369	295
Total	3.566	3.397	2.758	1.707	1.569

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Despesas relacionadas ao evento de Brumadinho	25	3.303	2.670	4.598	3.303	2.670
Complemento (reversão) de provisão relacionadas à descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos, líquidos	14	74	(931)	1.124	88	(1.058)
Provisão para processos judiciais	27(a)	1.313	1.681	1.138	1.241	1.648
Programa de participação nos lucros		829	997	742	545	701
Despesas com compromissos socioambientais		742	2.108	895	736	2.105
Outros		1.240	1.750	(1.075)	552	799
Total		7.501	8.275	7.422	6.465	6.865

5. Tributos

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554	29.437	39.589
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação (34%)		(9.076)	(11.636)	(18.888)	(10.009)	(13.460)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:						
(Baixa) constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais e outras naturezas (i)		(15.449)	2.767	1.422	(13.391)	1.694
Incentivos fiscais		5.895	3.420	5.310	3.835	2.331
Juros sobre o capital próprio		5.635	4.168	3.934	5.029	3.786
Efeitos da apuração fiscal em entidades no exterior		(1.584)	(2.394)	(450)	(155)	(258)
Efeitos fiscais decorrentes de desinvestimentos e aquisições, líquido		(698)	3.554	–	(698)	576
Dedução de CSLL no Brasil	5(d)	688	–	–	688	–
Provisão relacionada à Samarco	26(a)	(671)	(2.007)	(1.975)	(671)	(2.007)
Resultado de participações societárias		685	548	423	(921)	348
Reversão do imposto de renda diferido relacionado à Fundação Renova		–	–	(5.468)	–	–
Outros		(307)	(2.213)	692	670	(1.007)
Tributos sobre o lucro		(14.882)	(3.793)	(15.000)	(15.623)	(7.997)
Tributos correntes		264	(10.595)	(6.869)	2.754	(8.956)
Tributos diferidos		(15.146)	6.802	(8.131)	(18.377)	959
Tributos sobre o lucro		(14.882)	(3.793)	(15.000)	(15.623)	(7.997)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo refere-se substancialmente à baixa de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais decorrente da atualização da estimativa de lucros tributáveis futuros em subsidiárias no Canadá e na Suíça, principalmente em função da revisão de premissas de longo prazo. Consequentemente, há uma base de prejuízos fiscais no montante de R\$34.951 (2024: R\$24.782), relacionados as subsidiárias da Vale S.A., para os quais não há ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2025.

b) Imposto de renda diferido ativos e passivos

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano.

31 de dezembro de	Consolidado				Controladora			
	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos		Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal	19.904	34.159	–	–	11.550	25.400	–	–
Diferenças temporárias:								
Provisão para descomissionamento de ativos e outros passivos	15.747	17.517	(3.480)	(3.152)	12.569	13.643	(1.891)	(1.671)
Valor justo de instrumentos financeiros	3.546	5.774	–	–	3.546	5.773	–	–
Obrigações com benefícios e aposentadoria	2.176	2.281	–	–	1.061	1.029	–	–
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.833	2.022	–	–	1.803	1.946	–	–
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de negócios	–	–	(5.112)	(10.495)	–	–	–	–
Amortização de ágio	–	–	(2.895)	(2.860)	–	–	(2.895)	(2.860)
Outros	2.454	3.047	–	–	–	–	(844)	(19)
	45.660	64.800	(11.487)	(16.507)	30.529	47.791	(5.630)	(4.550)
Balanco patrimonial								
Ativo	34.761	51.050	–	–	24.899	43.241	–	–
Passivo	–	–	(588)	(2.757)	–	–	–	–

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos:

			Consolidado	Controladora
	Ativo	Passivo	Imposto diferido, líquido	Imposto diferido, líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.307	4.210	42.097	42.268
Prejuízo fiscal	4.807	–	4.807	1.693
Provisão para descomissionamento de ativos e outras provisões	(1.815)	115	(1.930)	(2.123)
Valor justo de instrumentos financeiros	2.216	–	2.216	2.218
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de negócios	–	(2.502)	2.502	–
Outros	(793)	–	(793)	(829)
Efeitos no resultado	4.415	(2.387)	6.802	959
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(130)	144	(274)	(157)
Valor justo de instrumentos financeiros	(3)	–	(3)	(3)
Outros resultados abrangentes	(133)	144	(277)	(160)
Transferências entre ativo e passivo	(1.477)	(1.477)	–	–
Ajuste de conversão	1.959	555	1.404	174
Incorporações, aquisições e desinvestimentos	(21)	1.712	(1.733)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.050	2.757	48.293	43.241
Prejuízo fiscal	(13.536)	–	(13.536)	(13.850)
Provisão para descomissionamento de ativos e outras provisões	(1.512)	408	(1.920)	(1.293)
Valor justo de instrumentos financeiros	(2.249)	–	(2.249)	(2.249)
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de negócios	–	(3.296)	3.296	–
Outros	(689)	46	(735)	(985)
Efeitos no resultado	(17.986)	(2.842)	(15.144)	(18.377)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	31	51	(20)	35
Outros resultados abrangentes	31	51	(20)	35
Transferências entre ativo e passivo	2.406	2.406	–	–
Ajuste de conversão	(687)	(85)	(602)	–
Incorporações, aquisições e desinvestimentos	(53)	(1.699)	1.646	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.761	588	34.173	24.899

c) Incentivos fiscais

No Brasil, a Companhia possui incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda gerado pelas operações conduzidas na região norte com minério de ferro e cobre (“Incentivos Fiscais”). O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade incentivada (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiários para cada produto, que no geral são por 10 anos. Além destes incentivos, parte do imposto de renda devido pode ser reinvestido na aquisição de novas máquinas e equipamentos, sujeito à aprovação posterior pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”).

De acordo com a legislação brasileira e a Resolução do Conselho Deliberativo da SUDAM Nº 136, que impõe a obrigatoriedade para capitalização do reinvestimento, o montante obtido com a economia fiscal em função dos Incentivos Fiscais deve ser apropriado em conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas. O impacto dos Incentivos Fiscais na alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro está apresentado como “incentivos fiscais” no item (a) desta nota explicativa.

A Lei Complementar nº 224 (“LC 224”), sancionada em dezembro de 2025 e com vigência a partir de 2026, estabelece uma redução linear de 10% nos incentivos e benefícios federais de natureza tributária. Os Incentivos Fiscais atualmente usufruídos pela Companhia, os quais expiram entre 2028 e 2035, não serão impactados pela LC 224. À medida que as vigências se aproximam do prazo de expiração, a Vale avalia e conduz os procedimentos necessários para seu novo enquadramento e concessão. Caso obtenha êxito junto aos órgãos competentes, os novos incentivos serão concedidos com a mencionada redução de 10%. Assim, a redução do imposto de renda passa dos atuais 75,0% para 67,5%, refletindo os ajustes previstos na LC 224 em relação a novos incentivos.

d) Posições fiscais incertas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil em relação a certas posições fiscais adotadas pela Companhia na apuração do imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), cuja determinação final é incerta e pode ser alterada dependendo de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e mudanças nas leis e regulamentos tributários. As posições fiscais assumidas pela Vale são apoiadas por assessores jurídicos especializados e a Companhia está sujeita à revisão pelas autoridades locais do imposto de renda por até 10 anos dependendo da jurisdição em que ela opera.

O valor atuado em discussão com as autoridades fiscais é de R\$48.742 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$45.046), que inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL no montante de R\$9.125 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$8.273), caso a autoridade fiscal não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia em relação a esses temas.

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Autuado (i)	Não atuado (ii)	Total	Autuado (i)	Não atuado (ii)	Total
Consolidado						
Incertezas fiscais não registradas no balanço patrimonial						
Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior	26.517	9.950	36.467	24.108	9.958	34.066
Despesas de Juros sobre o Capital Próprio	7.215	–	7.215	8.681	–	8.681
Processo relacionado ao imposto pago no exterior	2.847	–	2.847	2.642	–	2.642
Amortização de ágio	5.547	422	5.969	5.000	386	5.386
Despesas com repasses à Fundação Renova (iii)	4.034	1.525	5.559	2.027	2.171	4.198
Outros	2.582	–	2.582	2.588	–	2.588
	48.742	11.897	60.639	45.046	12.515	57.561
Incertezas fiscais registradas no balanço patrimonial						
Dedução de CSLL no Brasil (iv)	–	–	–	952	–	952
	–	–	–	952	–	952

(i) Inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL, com multa e juros.

(ii) Inclui o valor de principal, sem multa e juros.

(iii) Em outubro de 2025, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao período de 2020, no montante de R\$1.775.

(iv) Com base em decisão administrativa proferida no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em julho de 2025, o montante foi parcialmente liquidado (R\$297), enquanto o saldo remanescente (R\$688) foi revertido do passivo, impactando a rubrica de "tributos sobre o lucro" na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia acredita que o tratamento fiscal adotado para estes assuntos será aceito em decisões de tribunais superiores de última instância. As principais discussões estão descritas a seguir.

Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior - A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ e CSLL, referente aos anos de 2015 a 2020 em decorrência da desconsideração por parte da autoridade fiscal do custo de intermediação e outros ajustes utilizados na apuração do cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério ferro, pelotas, manganês e cobre para uma subsidiária no exterior. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa, que aguarda julgamento.

O valor total atuado é de R\$20.274 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$18.447), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$6.243 (2024: R\$5.661), com multa e juros, totalizando R\$26.517 (2024: R\$24.108). O valor envolvido, referente aos períodos não atuados, é de R\$9.950 (2024: R\$9.958). A Companhia considera o tratamento tributário adequado e discute as referidas cobranças na esfera administrativa.

Despesas de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") - A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ, CSLL e multas, sob o fundamento de ser indevida a dedução de JCP, referente aos anos-base de 2017 e 2018, por inobservância do regime de competência e ausência de crédito contábil individualizado por acionista. O valor atuado é de R\$5.488 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$7.115), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$1.727 (2024: R\$1.566), com multa e juros, totalizando R\$7.215 (2024: R\$8.681). A Companhia apresentou defesas administrativas para essas autuações.

Em dezembro de 2025, a Vale obteve decisão favorável em 1ª instância na esfera judicial em relação à autuação do ano-base 2018, aplicando ao caso o entendimento firmado no STJ (Superior Tribunal de Justiça) no Tema 1.319 e, como resultado, a estimativa de perda em relação a esta autuação foi parcialmente reclassificada para prognóstico de perda remota.

Compensação do imposto pago no exterior – A Companhia recebeu autuação no valor total de R\$2.847 (2024: R\$2.642) devido à desconsideração dos tributos pagos no exterior que foram compensados para pagamento do IRPJ referente ao ano-base de 2016. As Autoridades Fiscais alegam que não foram cumpridas as regras aplicáveis à compensação, no Brasil, do imposto de renda pago no exterior. A Companhia apresentou sua defesa contra esta cobrança e obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A União Federal apresentou recurso que aguarda julgamento.

Amortização de ágio – A Companhia recebeu autos de infração para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos períodos entre 2013 e 2021, devido à desconsideração da dedução das despesas de amortização do ágio registrado na aquisição de controladas, após sua incorporação pela Companhia.

A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa e o valor autuado é de R\$4.757 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$4.283), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$790 (2024: R\$717), com multa e juros, totalizando R\$5.547 (2024: R\$5.000). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de R\$422 (2024: R\$386).

Despesas com repasses à Fundação Renova – A Companhia deduziu os pagamentos feitos à Fundação Renova decorrentes da obrigação firmada no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (“TTAC”). A Vale entende que a dedução de tais despesas é adequada, uma vez que sua responsabilidade é objetiva, decorre da obrigação firmada no TTAC e de sua condição de acionista da Samarco e de mantenedora da Fundação Renova.

Os referidos pagamentos foram deduzidos até abril de 2023, quando a Vale assinou um acordo vinculante com a BHPB, a Samarco e alguns de seus credores, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial da Samarco em setembro de 2023, estabelecendo os parâmetros do plano da reestruturação consensual da dívida da Samarco. Nos termos do acordo, as contribuições realizadas pela Vale para a Fundação Renova a partir de maio de 2023 serão convertidas em aportes de capital à Samarco e, portanto, não serão mais consideradas dedutíveis na Vale. Mais detalhes sobre a recuperação judicial da Samarco estão apresentados na nota 26 destas demonstrações financeiras.

A Companhia recebeu auto de infração, relativos aos períodos de 2016, 2018, 2019 e 2020 para a cobrança de IRPJ e CSLL sob o fundamento de que as despesas incorridas com a Fundação Renova foram indevidamente deduzidas por supostamente não serem consideradas necessárias. O valor autuado é de R\$3.710 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$1.734), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$324 (2024: R\$293), com multa e juros, totalizando R\$4.034 (2024: R\$2.027). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de R\$1.525 (2024: R\$2.171). A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa.

e) Tributos a recuperar e a recolher e programas de refinanciamento (REFIS)

A Companhia considerou os efeitos decorrentes da Lei Complementar nº 214, que regulamentou a reforma tributária sobre o valor agregado (nota 5g), em sua avaliação sobre a realização dos tributos a recuperar.

31 de dezembro de	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	1.711	1.609	107	18	284	211	-	-
PIS e COFINS	1.144	1.646	7.117	6.036	11	90	-	-
Tributos sobre o lucro	5.354	3.490	2.544	1.975	1.933	1.961	-	-
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")	-	-	-	-	422	387	-	-
Outros	71	66	-	1	1.131	910	-	-
Total tributos a recolher e a recuperar	8.280	6.811	9.768	8.030	3.781	3.559	-	-
Passivo REFIS (i)	-	-	-	-	2.328	2.184	4.314	6.234
Total passivo REFIS	-	-	-	-	2.328	2.184	4.314	6.234

(i) O saldo é substancialmente proveniente da adesão ao REFIS dos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Esse saldo é devido com juros indexados à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e será pago em parcelas mensais até outubro de 2028 e o impacto de atualização do passivo pela SELIC é registrado no resultado financeiro da Companhia (nota 18). A taxa SELIC ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 15,00% (2024: 12,25%)

f) Tributação mínima global (Pilar II)

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo do Pilar II para uma reforma tributária internacional. Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras, deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, denominada alíquota efetiva GloBE.

Quando a alíquota efetiva GloBE de qualquer jurisdição onde o grupo opera, considerando a visão agregada das entidades localizadas naquela jurisdição, for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima.

A Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar II da OCDE em diversas jurisdições, tais como Brasil, Canadá e Suíça, entre outras.

Não houve impactos materiais decorrentes do Pilar II na despesa de tributos sobre o lucro relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia aplicou a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da legislação tributária, para implementação das regras modelo do Pilar II da OCDE, de acordo com a IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

g) Reforma tributária sobre o valor agregado

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor minerário.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído em 2026.

Política contábil

Para as subsidiárias da Vale S.A. que operam em jurisdições onde a alíquota do imposto de renda é inferior à alíquota praticada no Brasil, a legislação tributária brasileira requer que a Vale S.A. recolha no Brasil o imposto de renda relativo ao referido diferencial de alíquota. Portanto, os tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. No entanto, os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ágio originado em combinação de negócios, bem como a partir do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afete o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal) e não dê origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. Os ativos e passivos diferidos são compensados quando existe um direito legalmente exercível de compensar os ativos e passivos fiscais correntes e quando os saldos de impostos diferidos estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A Companhia avalia anualmente a realização desses ativos fiscais diferidos por meio da revisão das estimativas de lucros tributáveis futuros.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Tributos diferidos sobre o lucro – Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Posições fiscais incertas – A Companhia aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais e para mensurar o montante da incerteza fiscal relacionada, incluindo as estimativas dos efeitos fiscais decorrentes da redução de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, juntamente com as multas e juros correspondentes, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia opera em várias jurisdições onde surgem incertezas na aplicação dos requerimentos fiscais em função da complexidade da legislação tributária nessas localidades. A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6. Lucro básico e diluído por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação estão apresentados a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.	13.814	31.592	39.940
Em milhares de ações			
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	4.268.775	4.274.854	4.366.130
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação e potenciais ações ordinárias	4.274.804	4.279.867	4.369.961
Lucro por ação			
Lucro básico por ação ordinária (R\$)	3,24	7,39	9,15
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)	3,23	7,38	9,15
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.			
Lucro básico por ação ordinária (R\$)	3,24	7,39	9,15
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)	3,23	7,38	9,15



Capital de giro

7. Contas a receber

31 de dezembro de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Recebíveis de contratos com clientes					
Terceiros					
Soluções de Minério de Ferro		7.021	9.536	1.205	2.339
Vale Metais Básicos		5.194	4.880	–	–
Outros		90	121	93	75
Partes relacionadas	33(b)	631	385	13.871	26.329
Contas a receber		12.936	14.922	15.169	28.743
Perda de crédito esperada		(297)	(322)	(88)	(80)
Contas a receber, líquidas		12.639	14.600	15.081	28.663

Contratos de venda a preços provisórios – A Companhia está exposta principalmente ao risco do preço do minério de ferro e cobre. O preço final de venda destas *commodities* é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior à data de reconhecimento da receita. Portanto, a Companhia reconhece a receita inicialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 19), sendo estas alterações no valor do contas a receber registradas na receita de vendas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita de vendas decorrente de ajustes no valor justo de contratos a preços provisórios totalizou R\$2.972.

A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final do contas a receber com preços provisórios está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2025			
	Mil toneladas métricas	Preço provisório (US\$/ton)	Variação	Efeito na receita (R\$ milhões)
Minério de ferro	19.006	107	+/-10%	+/- 1.098
Pelotas	157	102	+/-10%	+/- 9
Cobre	61	11.044	+/-10%	+/- 403

Política contábil

As contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia e são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, com exceção dos componentes de vendas de commodities com preços provisórios, que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para o saldo de contas a receber mensurado ao custo amortizado. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

8. Estoques

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados				
Soluções de Minério de Ferro	17.520	15.435	4.989	5.355
Vale Metais Básicos	3.772	3.535	–	–
	21.292	18.970	4.989	5.355
Produtos em elaboração				
Material de consumo	4.956	4.282	–	3
	6.428	6.119	2.959	2.733
Redução ao valor realizável líquido	(10)	(858)	(4)	(116)
Total de estoques	32.666	28.513	7.944	7.975

O valor do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota 4(a).

Política contábil

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção. Os custos são agregados aos itens em estoque com base no custo médio ponderado. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, e uma provisão para perda com estoque obsoleto ou de baixa movimentação pode ser reconhecida. As baixas e reversões são reconhecidas como "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados".

9. Fornecedores e outras contas a pagar

31 de dezembro de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Terceiros		29.335	24.797	16.489	14.398
Partes relacionadas	33(b)	1.286	1.420	800	888
Total		30.621	26.217	17.289	15.286

Os passivos financeiros apresentados como Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial da Companhia representam o montante em aberto de faturas para compras de bens e serviços, cujo prazo médio de vencimento normalmente é de aproximadamente 60 dias.

A Companhia realiza acordos de financiamento de fornecedores ("Acordos") como parte da estratégia de capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, cuja extensão de prazo de pagamento é limitada a um período de curto prazo. A Companhia também é parte de acordos para que determinados fornecedores possam adiantar seus recebíveis com a Vale em função de compras de materiais e serviços, sem qualquer tipo de alteração em valor ou prazo de pagamento para a Companhia. Estes acordos de financiamento de fornecedores continuam a ser apresentados como fornecedores no balanço patrimonial da Companhia, já que não modificam substancialmente os termos e condições dos passivos originais. O saldo em aberto relativo a essas transações está demonstrado a seguir:

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores já receberam o pagamento	7.627	8.313	6.711	6.816
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores ainda não receberam o pagamento	–	36	–	–
Saldo total relativo a Acordos apresentado como Fornecedores e outras contas a pagar	7.627	8.349	6.711	6.816

Os encargos financeiros relacionados ao aumento do prazo de pagamento são reconhecidos no resultado financeiro como "Juros sobre transações de capital de giro" (nota 18). Os encargos financeiros e a variação cambial reconhecidos no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em função dos Acordos totalizaram, respectivamente, R\$756 (2024: R\$865) e R\$20 (2024: R\$33).

Política contábil

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento com fornecedores dentro de fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar comerciais.

Esse é o caso quando o acordo de financiamento com fornecedores faz parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não são substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar comerciais que não fazem parte do acordo, isto é, o passivo financeiro original não é substancialmente modificado.

Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial são apresentados em atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

10. Transações de streaming

a) Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Streaming de ouro	446	8.607	9.053	841	8.932	9.773
Streaming de cobalto	253	2.224	2.477	135	2.719	2.854
Total do passivo contratual	699	10.831	11.530	976	11.651	12.627

b) Efeitos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		
	2025	2024	2023
Streaming de cobalto	168	102	70
Streaming de ouro	1.033	658	669
Receita fixa - Apropriação do passivo contratual	1.201	760	739
Streaming de cobalto	61	22	15
Streaming de ouro	1.558	550	465
Receita variável - Pagamentos adicionais recebidos	1.619	572	480

Streaming de ouro

A Companhia vendeu para a Wheaton Precious Metals Corp. ("Wheaton") um total agregado de (i) 75% do ouro produzido como subproduto na mina de cobre Salobo, no Brasil, ao longo da vida útil da mina, e (ii) 70% do ouro produzido como subproduto nas minas de níquel de Sudbury, no Canadá, até 2034.

A Vale recebeu pagamentos adiantados de (i) R\$4 bilhões (US\$1,9 bilhão) em 2013, (ii) R\$2,8 bilhões (US\$900 milhões) em 2015 e (iii) R\$2,6 bilhões (US\$800 milhões) em 2016. A Companhia também recebe pagamentos adicionais equivalentes ao menor valor entre US\$400 por onça de ouro entregue e o preço de mercado na data de entrega.

Nos termos do contrato de streaming de Salobo, a Companhia tinha o direito a receber um pagamento adicional caso a capacidade de processamento de cobre atingisse um determinado nível de produção. Os níveis de produção foram atingidos em 2023 e 2025, nos quais a Vale recebeu pagamentos adicionais de R\$1.791 (US\$370 milhões) e R\$833 (US\$144 milhões), respectivamente, que foram registrados nas obrigações de *streaming*.

Além disso, a Wheaton será obrigada a efetuar pagamentos anuais no valor de R\$41 (US\$8,5 milhões) por um período de 10 anos, caso o complexo Salobo atinja taxas específicas de mineração e teores de cobre.

Streaming de cobalto

Em junho de 2018, a Companhia vendeu à Wheaton e à Cobalt 27 Capital Corp. ("Cobalt 27") uma combinação de 75% do cobalto produzido como subproduto na mina de Voisey's Bay a partir de 1º de janeiro de 2021 pelo montante de R\$2,6 bilhões (US\$690 milhões). A Vale também recebe pagamentos adicionais de 20%, em média, do preço de referência de mercado do cobalto, para cada cobalto acabado entregue. Em fevereiro de 2021, o fluxo originalmente vendido à Cobalt 27 foi transferido para o Anglo Pacific Group.

Política contábil

A Companhia segregou ambas as transações de *streaming* em dois componentes identificáveis: (i) venda dos direitos minerários e (ii) prestação de serviços de extração.

Venda dos direitos minerários - O valor alocado a esse componente é reconhecido como receita no resultado no momento que a Companhia transfere a propriedade dos direitos minerários à contraparte. O custo relativo ao componente vendido é reconhecido no resultado no mesmo momento.

Prestação de serviços de extração - A Companhia reconhece como passivos contratuais os pagamentos recebidos antecipadamente de clientes, enquanto os critérios para o reconhecimento de receita não são atendidos. O montante recebido proveniente da transação de *streaming* alocado a esse componente é reconhecido como "transações de *streaming*", no passivo da Companhia.

O passivo contratual é inicialmente reconhecido ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e é subsequentemente mensurado ao custo amortizado e atualizado pelo método da taxa de juros efetivos. O passivo contratual é apropriado ao resultado, com base no volume produzido em comparação com o total de reservas provadas e prováveis de ouro ou cobalto, cuja estimativa é revisada anualmente.

11. Fluxos de caixa das atividades operacionais

a) Reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554	29.437	39.589
Ajustado por:						
Resultado de participações em controladas	30	-	-	-	4.745	586
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	30	1.170	1.570	5.434	1.170	1.570
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	12, 13, 15 e 31	25.147	(510)	1.317	3.455	(441)
Mudança de estimativas relacionadas à provisão de Brumadinho	25	1.631	692	2.255	1.631	692
Mudança de estimativas relacionadas à provisão para descaracterização de barragens	14	(1.014)	(1.141)	750	(1.014)	(1.141)
Depreciação, exaustão e amortização		17.306	16.525	15.300	10.867	10.075
Resultado financeiro, líquido	18	5.276	21.235	9.718	6.808	18.660
Variações de ativos e passivos:						
Contas a receber	7	907	8.185	1.591	(902)	(6.057)
Estoques	8	(6.068)	(2.462)	(1.116)	(16)	214
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9	4.593	(2.015)	3.098	2.133	(720)
Outros ativos e passivos, líquidos		(1.358)	(2.281)	(7.681)	9.507	8.245
Caixa gerado pelas operações		74.283	74.022	86.220	67.821	71.272

b) Transações que não envolveram caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	2025	2024	2023	2025	2024
Transações que não envolveram caixa:					
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	126	197	96	126	197



Ativos operacionais

12. Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Newfoundland and Labrador	12(a)	(9.517)	(3.292)	–
Goodwill alocado às operações de níquel no Canadá	12(a)	(9.463)	–	–
Thompson	12(a)	(537)	(8.566)	–
Parque solar sol do cerrado		–	(1.613)	–
Redução ao valor recuperável		(19.517)	(13.471)	–
Resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros	13, 15 e 31	(5.630)	13.981	(1.317)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos		(25.147)	510	(1.317)

A Companhia testou a recuperabilidade das unidades geradoras de caixa ("UGCs") que tiveram indicativos de *impairment* e, depois, testou a recuperabilidade das UGCs e conjunto de UGCs que contém *goodwill* alocado. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada UGC foi avaliado usando o modelo valor justo líquido de despesas de venda ("FVLCD - *Fair Value Less Costs of Disposal*"), através de técnicas de fluxo de caixa descontado, sendo classificado no "nível 3" na hierarquia de valor justo, levando em consideração propostas e acordos de venda, quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram projetados em termos reais e descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou o custo médio ponderado de capital ("WACC") do segmento de mineração como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco dos países nos quais a UGC individual opera.

Mudanças climáticas

Os potenciais impactos financeiros das mudanças climáticas e da transição para uma economia de baixo carbono foram considerados na avaliação das estimativas contábeis críticas da Companhia, incluindo os indicativos de *impairment*, tais como: (i) eventuais reduções de demanda das *commodities* devido a mudanças em políticas, ambiente regulatório (incluindo mecanismos de precificação de carbono), alterações legais, tecnológicas, de mercado ou sociais; (ii) impactos físicos relacionados a eventuais aumento da frequência ou severidade de eventos climáticos extremos e relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos; e (iii) os investimentos relacionados com a intenção de descarbonização da Companhia.

Adicionalmente, a Vale incluiu, na nota 17, análise de sensibilidade sobre a mensuração do valor recuperável de determinadas UGCs considerando certos riscos e oportunidades climáticos.

a) *Impairment* de ativos da Vale Metais Básicos

No último trimestre do exercício de 2025, a Companhia concluiu e aprovou seu planejamento estratégico, processo que inclui a revisão das principais premissas utilizadas nas projeções de longo prazo da Companhia. A conclusão deste processo indicou uma redução entre 11% e 21% na projeção dos preços para níquel, principalmente em função do excesso de oferta no mercado global de níquel, o que foi considerado como um indicativo para a realização de teste de *impairment* para as UGCs de níquel.

Depois de realizar os testes de recuperabilidade para as UGCs de níquel individualmente, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para o conjunto de UGCs de níquel do Canadá, para o qual há *goodwill* alocado.

A Companhia não identificou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável das UGCs de Cobre.

Teste de recuperabilidade de 2025 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

As principais premissas utilizadas nos testes, que resultaram no reconhecimento de perda por *impairment* no montante de R\$9.517 na UGC Vale Newfoundland and Labrador, localizada no Canadá, estão apresentadas no quadro abaixo:

	VNL (i)	Vale Canada Limited (ii)	Onça Puma (iii)	PTVI (iv)
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	4.325	26.577	8.972	9.734
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$9.517.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável do investimento é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	6,5%	7,3%	6,8%
Período do fluxo de caixa	2049	2049	2069	2064
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000

(i) Inclui as operações da Vale Newfoundland and Labrador, que consiste em duas minas de níquel, uma usina de concentração e uma refinaria.

(ii) Inclui as operações da Vale Canada Limited, que consiste em seis minas de níquel, uma usina de concentração, um forno e quatro refinarias.

(iii) Inclui as operações da Mineração Onça Puma, que consiste em uma mina de níquel e dois fornos.

(iv) Inclui a participação de 33,88% da Vale na PT Vale Indonésia (nota 30).

Teste de recuperabilidade de 2024 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

No encerramento do exercício de 2024, a Companhia identificou indicadores de *impairment* relacionadas às operações de níquel em Thompson e Newfoundland and Labrador, ambas localizadas no Canadá. Para ambos os testes, as principais premissas utilizadas foram:

	Vale Canada Limited	VNL
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	25.983	14.892
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$8.566.	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$3.292.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,0%	5,0%–6,0%
Período do fluxo de caixa	2035	2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.662 – 21.000	US\$/t 16.662 – 21.000

Operação de níquel em Thompson, Canadá

A Companhia produz concentrado de níquel em Thompson, que é processado em outro ativo, para então ser vendido e entregue aos clientes deste produto. Portanto, os ativos associados à operação de Thompson são parte de uma das UGCs associadas à operação de níquel da Vale Canada Limited. Em janeiro de 2025, dentro do período de eventos subsequentes para as demonstrações financeira relativas ao exercício de 2024, Companhia iniciou uma revisão estratégica para avaliar alternativas, incluindo a potencial venda, dos ativos associados à operação de Thompson.

Assim, a Vale revisou o plano de negócios para esta operação de acordo com a nova estratégia e mensurou o valor recuperável destes ativos, que resultou em uma perda por *impairment* no montante de R\$8.566 apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de R\$25.983 em 31 de dezembro de 2024.

Operação de níquel em Newfoundland and Labrador, Canadá

Desde 2015, a Companhia estava desenvolvendo o projeto de expansão da operação da Vale Newfoundland and Labrador, que é subsidiária da Companhia e considerada uma UGC. Este projeto representou uma mudança significativa de operações de mineração a céu aberto para duas operações de mineração subterrânea em Voisey's Bay.

Em dezembro de 2024, o projeto de expansão dessa operação foi concluído, representando o início de sua fase de *ramp-up*, onde a Companhia identificou desafios operacionais relacionados à produção e processamento de níquel refinado que é extraído das minas subterrâneas, resultando na revisão dos custos de produção e dos investimentos de capital projetados para essa UGC.

A Vale considerou o aumento nos custos de produção e nos investimentos de manutenção de capacidade como um indicativo para a elaboração de um teste de *impairment* específico para esta UGC. O teste elaborado pela Companhia resultou em uma perda por *impairment* no montante de R\$3.292 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como "reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de R\$14.892 em 31 de dezembro de 2024.

Goodwill alocado às UGCs de níquel do Canadá

Em 2006, a Companhia registrou ágio decorrente da aquisição da Inco Limited, atual Vale Canada Limited, o qual está alocado às UGCs de níquel do Canadá e cuja recuperabilidade é avaliada anualmente.

Em 2025, o teste de recuperabilidade resultou em perda por *impairment* no montante de R\$9.463, principalmente em função da redução dos preços projetados de níquel. Esta perda representou a baixa integral do *goodwill* alocado às operações de níquel do Canadá e está apresentada como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício de 2025.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	–	10.249
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$9.463, correspondente ao valor integral do <i>goodwill</i> .	O valor recuperável das UGCs de níquel do Canadá é superior aos respectivos valores contábeis, incluindo o <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	5,0%–6,0%
Período do fluxo de caixa	2049	2035–2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.662 – 21.000
Sensibilidade das premissas-chave	–	Uma redução de 19,2% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 5,7% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

b) Impairment de ativos de minério de ferro e pelotas

A Companhia não identificou alterações nas circunstâncias ou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável da UGC de Minério de ferro e Pelotas. Ainda assim, a Companhia realizou o teste de *impairment* do *goodwill*, conforme sumarizado abaixo.

Goodwill alocado às operações de minério de ferro e pelotas

Inclui o ágio que decorrente da aquisição de negócios de minério de ferro e o ágio advindo da incorporação da Valepar pela Vale S.A. em 2017.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	7.136	7.133
Resultado do teste	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	7,3%	7,2%
Período do fluxo de caixa	2055	2054
Range de preços projetados para minério de ferro	US\$/t 78 – 91	US\$/t 78 – 95
Sensibilidade das premissas-chave	Uma redução de 23% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 48% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.	Uma redução de 25% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 57% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

c) Ganhos (perdas) decorrentes da compra e venda de ativos não circulantes (nota 31)

Nos últimos anos, a Companhia adquiriu participações societárias e desinvestiu de ativos, conforme detalhado na nota explicativa 31 destas demonstrações financeiras. O resultado de parte dessas transações está apresentado como “Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos” no resultado do exercício, conforme resumido abaixo:

- Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (nota 31a):** Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$674 no resultado do exercício de 2025 como “Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. Em setembro de 2025, a Companhia concluiu a transação pelo valor de R\$4.616 (US\$871 milhões), e reconheceu um complemento de perda no valor de R\$472 no resultado do exercício de 2025 como “Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”.
- Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. (nota 31b):** Em dezembro de 2024, a Companhia concluiu a compra de 15% da Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., empresa que atualmente detêm o complexo Minas-Rio, no Brasil. Como parte da contraprestação pela aquisição da participação societária, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de R\$4.573 (US\$750 milhões), reconhecendo um ganho de R\$3.815 no resultado do exercício findo em 2024 como “Reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos” em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina. Este ganho foi reconhecido na extensão da participação do outro sócio na investida.
- Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center (nota 31c):** Em setembro de 2024, a Companhia concluiu a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da Vale Oman Distribution Center pelo valor de R\$3.325 (US\$600 milhões), reduzindo sua participação de 100% para 50% na investida e alterando sua condição de subsidiária para joint venture. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$6.776 no resultado do exercício findo em 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado) com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de R\$3.078, (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de R\$3.078 e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$620.

- **Desinvestimento na PT Vale Indonesia Tbk (nota 31d):** Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PT Vale Indonesia Tbk em aproximadamente 10,5%, alterando sua condição de subsidiária para coligada. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$5.710 no resultado do exercício findo em 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. Este ganho é derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de R\$5.728 e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de R\$3.654, líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de R\$3.672.

Política contábil

Impairment de ativos não financeiros – Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados no menor nível em que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Para fins deste teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros (excluindo ágio) os quais a Companhia reconheceu *impairment* em anos anteriores são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridos para determinar a existência de evidências objetivas de *impairment* e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A Administração utiliza os orçamentos aprovados como ponto de partida e as premissas chave são, mas não estão limitadas a: (i) reservas e recursos minerais mensurados por especialistas internos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando apropriado; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa (relação entre produção e as reservas minerais); e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa.

Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor recuperável dos ativos.

13. Imobilizado

Consolidado

	Notas	Imóveis e terrenos	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		48.989	44.730	21.543	33.524	12.645	6.579	12.028	54.264	234.302
Adições		–	–	–	–	–	501	–	31.339	31.840
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	197	197
Baixas		(164)	(269)	(186)	(57)	(29)	–	(16)	(1.565)	(2.286)
Redução ao valor recuperável		(2)	(2.040)	(344)	(9.918)	(17)	–	(4)	(1.146)	(13.471)
Obrigações para descomissionamento de ativos		–	–	–	30	–	–	–	–	30
Depreciação, exaustão e amortização		(2.354)	(2.950)	(3.724)	(2.578)	(821)	(1.019)	(1.737)	–	(15.183)
Aquisição da Aliança Energia		152	484	1.826	10	–	19	284	407	3.182
Desconsolidação da VODC		–	(48)	(543)	(52)	–	(2.908)	–	(92)	(3.643)
Ajuste de conversão		1.599	991	1.592	3.117	17	917	878	3.515	12.626
Transferências		5.377	9.163	4.838	4.077	1.137	–	2.142	(26.734)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		53.597	50.061	25.002	28.153	12.932	4.089	13.575	60.185	247.594
Custo		94.531	83.838	59.950	78.731	22.559	8.742	29.730	60.185	438.266
Depreciação acumulada		(40.934)	(33.777)	(34.948)	(50.578)	(9.627)	(4.653)	(16.155)	–	(190.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		53.597	50.061	25.002	28.153	12.932	4.089	13.575	60.185	247.594
Adições		–	–	–	–	–	532	–	29.866	30.398
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	126	126
Baixas		(118)	(207)	(25)	(42)	(74)	–	(29)	(2.802)	(3.297)
Redução ao valor recuperável		–	(6.352)	(1.967)	(848)	–	–	–	(887)	(10.054)
Obrigações para descomissionamento de ativos	14	–	–	–	947	–	–	–	–	947
Depreciação, exaustão e amortização		(2.673)	(3.363)	(3.578)	(2.627)	(880)	(774)	(2.350)	–	(16.245)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)		(135)	(1.753)	(2.058)	(6)	–	(212)	(279)	(326)	(4.769)
Ajuste de conversão		(589)	(608)	(685)	(344)	(5)	(295)	(398)	(1.736)	(4.660)
Transferências		7.675	8.893	8.306	(1.754)	1.170	–	2.597	(26.887)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		57.757	46.671	24.995	23.479	13.143	3.340	13.116	57.539	240.040
Custo		99.632	80.544	60.835	83.152	23.370	8.560	30.963	57.539	444.595
Depreciação acumulada		(41.875)	(33.873)	(35.840)	(59.673)	(10.227)	(5.220)	(17.847)	–	(204.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		57.757	46.671	24.995	23.479	13.143	3.340	13.116	57.539	240.040

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

	Notas	Imóveis e terrenos	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		31.675	34.918	12.093	9.452	12.538	1.284	6.635	32.814	141.409
Adições		–	–	–	–	–	220	–	21.386	21.606
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	197	197
Baixas		(112)	(185)	(58)	(11)	(28)	–	(13)	(1.382)	(1.789)
Redução ao valor recuperável		–	(1.610)	(2)	–	–	–	(1)	–	(1.613)
Obrigações para descomissionamento de ativos		–	–	–	(150)	–	–	–	–	(150)
Depreciação, exaustão e amortização		(1.452)	(1.956)	(2.055)	(817)	(810)	(362)	(1.396)	–	(8.848)
Transferências		4.708	7.595	3.141	178	1.129	–	2.124	(18.875)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		34.819	38.762	13.119	8.652	12.829	1.142	7.349	34.140	150.812
Custo		50.347	57.896	28.360	14.068	22.354	2.916	17.810	34.140	227.891
Depreciação acumulada		(15.528)	(19.134)	(15.241)	(5.416)	(9.525)	(1.774)	(10.461)	–	(77.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		34.819	38.762	13.119	8.652	12.829	1.142	7.349	34.140	150.812
Adições		–	–	–	–	–	356	–	20.215	20.571
Capitalização de juros		–	–	–	–	–	–	–	126	126
Baixas		(91)	(112)	(16)	(41)	(74)	–	(22)	(1.800)	(2.156)
Obrigações para descomissionamento de ativos	14	–	–	–	1.263	–	–	–	–	1.263
Depreciação, exaustão e amortização		(1.639)	(2.226)	(2.021)	(802)	(868)	(284)	(1.533)	–	(9.373)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)		–	(1.290)	(1)	–	–	(178)	(1)	(165)	(1.635)
Transferências		3.429	5.462	3.425	114	1.143	–	2.180	(15.753)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		36.518	40.596	14.506	9.186	13.030	1.036	7.973	36.763	159.608
Custo		53.638	60.064	31.351	15.439	23.151	3.092	19.685	36.763	243.183
Depreciação acumulada		(17.120)	(19.468)	(16.845)	(6.253)	(10.121)	(2.056)	(11.712)	–	(83.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		36.518	40.596	14.506	9.186	13.030	1.036	7.973	36.763	159.608

Para mais detalhes sobre os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, vide nota 22.

Extravasamentos de água em Fábrica e Viga

Em janeiro de 2026 (evento subsequente), houve um extravasamento de água com sedimentos (terra) nas unidades operacionais de Fábrica e Viga, localizadas nos municípios de Ouro Preto-MG e Congonhas-MG, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das atividades da Vale nas referidas unidades operacionais.

Em fevereiro de 2026 (evento subsequente), a Companhia tomou conhecimento de quatro medidas judiciais relacionadas ao evento, que buscam a adoção de medidas liminares distintas, incluindo bloqueios patrimoniais, e foram propostas pelas seguintes autoridades: (i) Ministério Público Federal que, em duas ações distintas, fez os pedidos de bloqueio patrimonial de R\$1 bilhão e R\$200, em função dos extravasamentos de Fábrica e Viga, respectivamente, (ii) Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade Viga, com o requerimento de bloqueio patrimonial de R\$1 bilhão; e (iii) Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade de Fábrica, com o requerimento de bloqueio patrimonial de R\$846, sob o argumento de prevenir o agravamento de supostos danos ambientais.

Todas as ações ajuizadas pelas autoridades já foram prontamente respondidas pela Companhia, resultando no indeferimento de três dos quatro pedidos de bloqueio. No momento, permanece pendente de apreciação a ação referente à Viga, proposta pelo Ministério Público Federal.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Companhia de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

Os ativos imobilizados e outros ativos minerários são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Imóveis	10 a 50 anos
Instalações	18 a 40 anos
Equipamentos	3 a 40 anos
Equipamentos de ferrovia	5 a 45 anos
Ativos minerários	1 a 120 anos
Ativo de direito de uso	1 a 18 anos
Outros	2 a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Gastos e *stripping costs*

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento – São considerados como despesas operacionais e registrados como “Pesquisa e desenvolvimento” na demonstração do resultado, até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como ativos minerários.

(ii) Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas – A Companhia também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

(iii) Gastos com manutenção – Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

(iv) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério (“*stripping costs*”) – Após a comprovação da viabilidade econômica da jazida, os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custos de remoção de estéril” ou “*stripping costs*”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo minerário. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Reservas minerais – As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerários, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas e o impairment de ativos de longo prazo. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de impairment.

14. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem o descomissionamento dos ativos da Vale ao término da operação e, portanto, os gastos relacionados ao descomissionamento ocorrem após o encerramento das atividades operacionais e ao longo da vida útil das operações por meio dos fechamentos progressivos. Estas obrigações são regulamentadas no Brasil em âmbito Federal e Estadual pela ANM (Agência Nacional de Mineração) e pelos Órgãos Ambientais, respectivamente. Dentre os requerimentos, os planos de fechamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Dependendo das características geotécnicas das estruturas, a Companhia é obrigada a realizar a descaracterização, conforme apresentado no item a) abaixo.

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante	14(a)	(1.014)	(1.141)	750	(1.014)	(1.141)
Obrigação para descomissionamento de ativos	14(b)	948	(105)	25	1.006	(70)
Obrigações ambientais	14(b)	140	315	349	96	153
Total		74	(931)	1.124	88	(1.058)

Movimentações nas provisões durante o exercício

Notas	Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Consolidado	
				Total	
		13.706	19.234	2.749	35.689
		(1.014)	948	140	74
		–	947	225	1.172
		(2.100)	(1.203)	(635)	(3.938)
		944	738	125	1.807
31(a)		–	(13)	(128)	(141)
		–	(730)	(31)	(761)
		11.536	19.921	2.445	33.902

	Controladora			
	Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.706	7.810	1.805	23.321
Mudança de estimativas – efeito no resultado de operações encerradas	(1.014)	1.006	96	88
Mudança de estimativas – valor capitalizado para plantas operacionais	–	1.263	110	1.373
Desembolsos	(2.100)	(958)	(430)	(3.488)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	944	530	107	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.536	9.651	1.688	22.875

(i) Os fluxos de caixa dos projetos de descaracterização de barragens estão projetados para um período de até 13 anos e foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que aumentou de 7,36% em 31 de dezembro de 2024 para 7,77% em 31 de dezembro de 2025.

a) Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho (nota 25) e, em atendimento às leis e regulamentos, a Companhia tomou a decisão de acelerar seu plano de descaracterizar todas as barragens e diques construídos sob o método a montante, localizados no Brasil. Essas estruturas encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia o alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto, conforme práticas de mercado

A Companhia também opera barragens de rejeitos no Canadá, incluindo barragens alteadas a montante. Contudo, a Companhia decidiu que essas barragens serão descomissionadas utilizando outros métodos, assim, a provisão para realizar o descomissionamento das barragens do Canadá está reconhecida como “Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais”, apresentada no item b) abaixo.

Decreto que regulamenta a caução ambiental

Em dezembro de 2023, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.747, que regulamenta medidas de mensuração e execução de caução ambiental de forma individualizada para cada barragem, com base na área do reservatório, classificação e finalidade da barragem, e custos estimados de descaracterização. A caução deverá ser mantida durante toda a vida útil da barragem, desde a instalação até a conclusão da descaracterização e recuperação socioambiental.

Em setembro de 2024, a Companhia protocolou as propostas de caução ambiental com o valor total de R\$1,7 bilhão, sujeito a correção monetária, o qual a Companhia pretende atender prioritariamente por meio de hipoteca de bens imóveis, alienação fiduciária de bens imóveis, fiança bancária ou seguro-garantia e a Companhia espera um custo financeiro imaterial.

Em dezembro de 2024, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.977, que alterou o decreto nº 48.747 e trouxe um novo cronograma para implementação da caução, que deverá ter prazo máximo de 3 anos contados a partir da aprovação das propostas pelo governo de Minas Gerais, sendo metade do valor em até 12 meses e o restante distribuído igualmente nos 2 anos subsequentes.

Operações paradas

Algumas operações foram paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em relação a segurança de suas estruturas geotécnicas localizadas no Brasil. A Companhia vem registrando perdas, principalmente relacionadas aos custos fixos destas operações do segmento de Soluções de Minério de Ferro e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, essas despesas totalizaram R\$236 (2024 e 2023: R\$816 e R\$1.094, respectivamente). A Companhia está trabalhando em medidas legais e de segurança para retomar as operações

b) Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora		Taxa de desconto		Duração do fluxo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo por área geográfica								
Brasil	12.652	11.052	11.339	9.616	7,17%	7,38%	2163	2132
Canadá	8.184	9.412	–	–	1,81%	1,44%	2152	2152
Omã	843	879	–	–	3,48%	3,66%	2035	2035
Outras regiões	687	640	–	–	2,75%	2,77%	–	–
	22.366	21.983	11.339	9.616				
Plantas operacionais	16.297	15.526	7.267	5.516				
Plantas encerradas	6.069	6.457	4.072	4.100				
	22.366	21.983	11.339	9.616				

Plano de descomissionamento e uso futuro

A implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei e, portanto, não compõe o valor provisionado. Contudo, a Companhia está avaliando possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Vale opera. Eventuais obrigações futuras, se assumidas pela Vale, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

Garantias financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias emitidas por instituições financeiras no valor de R\$6.240 (31 de dezembro de 2024: R\$6.756) para as obrigações para desmobilização de ativos de suas operações da Vale Metais Básicos. O custo financeiro dessas garantias é imaterial.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

O custo correspondente ao reconhecimento inicial da provisão e as atualizações subsequentes em função de revisão nas estimativas é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. Quando não se espera mais obter benefícios econômicos futuros através da operação, as mudanças nas estimativas são reconhecidas como “outras despesas operacionais, líquidas” no resultado no respectivo exercício. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Descaracterização de barragens – A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descaracterização de barragens contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

Descomissionamento de ativos – A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descomissionamento de ativos e passivos ambientais contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

15. Intangíveis

Consolidado

	Notas	Ágio	Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		15.799	37.226	502	2.782	–	56.309
Adições		–	2.704	289	4	–	2.997
Baixas		–	(56)	–	(23)	–	(79)
Amortização		–	(1.464)	(287)	–	–	(1.751)
Aquisição da Aliança Energia	31(a)	1.426	4.581	–	21	–	6.028
Ajuste de conversão		1.586	–	15	–	–	1.601
Saldo em 31 de dezembro de 2024		18.811	42.991	519	2.784	–	65.105
Custo		18.811	52.806	3.585	2.784	–	77.986
Amortização acumulada		–	(9.815)	(3.066)	–	–	(12.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		18.811	42.991	519	2.784	–	65.105
Adições		–	2.014	172	2	–	2.188
Baixas		–	(26)	–	(4)	–	(30)
Amortização		–	(1.544)	(243)	–	(95)	(1.882)
Redução ao valor recuperável de ativos	12	(10.137)	–	–	–	–	(10.137)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)		(752)	(4.419)	–	(21)	–	(5.192)
Transferências (i)		–	–	–	(2.754)	2.754	–
Ajuste de conversão		(786)	–	(5)	–	–	(791)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		7.136	39.016	443	7	2.659	49.261
Custo		7.136	49.895	3.651	7	2.754	63.443
Amortização acumulada		–	(10.879)	(3.208)	–	(95)	(14.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		7.136	39.016	443	7	2.659	49.261

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

	Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.226	386	2.754	-	40.366
Adições	2.689	215	-	-	2.904
Baixas	(44)	-	-	-	(44)
Amortização	(1.362)	(171)	-	-	(1.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.509	430	2.754	-	41.693
Custo	48.059	1.992	2.754	-	52.805
Amortização acumulada	(9.550)	(1.562)	-	-	(11.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.509	430	2.754	-	41.693
Adições	2.001	124	-	-	2.125
Baixas	(26)	-	-	-	(26)
Amortização	(1.468)	(184)	-	(95)	(1.747)
Transferências (i)	-	-	(2.754)	2.754	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	39.016	370	-	2.659	42.045
Custo	49.895	2.116	-	2.754	54.765
Amortização acumulada	(10.879)	(1.746)	-	(95)	(12.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	39.016	370	-	2.659	42.045

(i) Em outubro de 2025, a Vale alterou o plano de utilização para a tecnologia decorrente dos projetos oriundos da aquisição da New Steel Global N.V. e, como resultado, o valor contábil associado aos referidos projetos passou a ser apresentado como "patente" e será amortizado pelo prazo de proteção legal.

a) Concessões – Inclui os contratos de concessões de operação da EFC e da EFVM (nota 16).

b) Ágio ("goodwill") – Inclui o ágio que foi gerado a partir da aquisição de negócios de minério de ferro e do ágio advindo da incorporação da Valepar na Vale S.A. em 2017 oriundo da aquisição do controle da Vale S.A. pela Valepar, tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura do segmento de ferrosos. A Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ágio, pois não existem diferenças entre o saldo contábil e a base tributária. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade desses ativos, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado (nota 12).

c) Patentes – Refere-se às patentes identificadas na combinação de negócios da New Steel Global N.V., adquirida em 2019.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Concessões ferroviárias	5 a 33 anos
Patentes	7 anos
Software	5 anos

16. Concessões de ferrovias

Passivos relacionados as outorgas da concessão

As operações integradas da Companhia abrangem as concessões ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e Estrada de Ferro de Carajás (EFC). A ferrovia EFVM conecta as minas do Sistema Sudeste na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado brasileiro de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. A ferrovia EFC liga as minas do Sistema Norte na região de Carajás, no Pará, ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Os passivos relacionados a estas concessões ferroviárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Taxa de desconto		Prazo remanescente das obrigações
	31 de dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualizações monetárias e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Obrigação de pagar	6.924	180	588	(313)	7.379	7,49% - 11,04%	32 anos
Investimentos em infraestrutura	7.655	61	530	(2.453)	5.793	7,15% - 9,10%	7 anos
	14.579	241	1.118	(2.766)	13.172		
Passivo circulante	2.895				3.138		
Passivo não circulante	11.684				10.034		
Passivo	14.579				13.172		

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões de operação da Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes, a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União.

No âmbito dessas bases gerais, a Vale aceitaria fazer um aporte global máximo de aproximadamente R\$11.031, destinado à revisão da base de ativos da EFC e EFVM, à otimização das obrigações contratuais e ao replanejamento dos investimentos.

Como consequência das novas condições das bases gerais, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, um complemento de provisão no valor de R\$1.559, que refletia a revisão da estimativa em relação ao montante de desembolsos futuros que seriam necessários para cumprir com as novas obrigações associadas às concessões das ferrovias. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado, em relação ao fluxo de caixa anteriormente planejado, no montante de R\$4.000 em 30 de dezembro de 2024.

Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Companhia entende que as provisões registradas continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões, razão pela qual não houve revisão do montante registrado em seu passivo.

a.i) Obrigação de pagar

A Companhia realizará pagamentos pela outorga das concessões em parcelas trimestrais pelo período da concessão. Esta obrigação é atualizada anualmente pelo Índice de Reajuste Tarifário ("IRT"), que foi 4,68% para o ano de 2025 (2024: 4,76%), resultando no aumento de R\$207 no valor do passivo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$151).

A renovação dos contratos de concessão prevê a avaliação para confirmação da base de ativos, cuja conclusão do processo depende da análise e aprovação da ANTT e autoridades competentes. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da concessão. Também, existe previsão que a Companhia deve concluir um percentual mínimo de certos investimentos até 2027. Nessas circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e se novos investimentos forem requeridos ou se houver atrasos nas entregas de investimentos com prazo determinado, o valor de outorga a pagar contabilizado poderá variar materialmente no futuro.

a.ii) Investimentos em infraestrutura

Ferrovia de Integração Centro-Oeste ("FICO") - Construção de 363 km da FICO, entre os municípios de Mara Rosa, em Goiás, e Água Boa, no Mato Grosso. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui uma provisão no montante de R\$2.392 (2024: R\$4.066).

Programa de infraestrutura - Contempla mais de 450 projetos para melhorar a segurança e redução do fluxo dos cruzamentos onde as ferrovias passam por áreas urbanas, além de projetos de desenvolvimento tecnológico e cultural. O programa beneficiará 25 e 33 municípios interceptados pela EFC e EFVM, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui uma provisão no montante de R\$3.402 (2024: R\$3.589).

Política contábil

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

Os pagamentos relacionados à outorga são descontados utilizando-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") regulatório, que é a taxa de juros explícita no contrato de concessão conforme determinado pela ANTT, e os pagamentos relacionados às demais obrigações de investimento são descontados por uma taxa incremental para refletir o valor do dinheiro no tempo, ou seja, uma taxa de juros livre de risco aplicável ao ambiente econômico no qual a Companhia opera e com termos e condições equivalentes aos das obrigações assumidas.

Os valores a pagar à título de outorga por direitos de concessão são registrados em contrapartida ao ativo intangível com base na política contábil disposta na nota 15.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os passivos relacionados a outorga das concessões podem ser afetados por fatores que incluem, mas não estão limitados a: (i) valores que se espera que sejam desembolsados para a construção das ferrovias e de obras de infraestrutura; (ii) custos com a aquisição bens destinados à prestação de serviço público ferroviário; (iii) outras obrigações diversas vinculados aos investimentos em infraestrutura que complementam o acordo de prorrogação antecipada das concessões ferroviárias; e (iv) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

17. Informações financeiras relacionadas ao clima

A Companhia integra a estratégia climática em seus negócios por meio de uma abordagem abrangente, baseada em planejamento e execução sistemáticos, priorizando o gerenciamento de riscos e a alavancagem de oportunidades, conectados ao seu propósito de liderar a geração de valor na mineração de forma ética e sustentável.

Os investimentos anunciados e a estratégia da Companhia com as iniciativas relacionadas à descarbonização foram avaliados no contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas. Futuras alterações nessa estratégia ou no cenário global podem afetar as principais estimativas da Companhia e podem resultar em impactos materiais no resultado e nos saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia em exercícios futuros.

A Companhia estabeleceu, voluntariamente, seguindo as melhores práticas globais de governança climática, as seguintes metas relacionadas ao clima:

- Reduzir em 33% as emissões absolutas de Escopos 1 e 2 até 2030.
- Reduzir em 15% as emissões líquidas de Escopo 3 até 2035.
- Atingir emissões líquidas zero de Escopo 1 e 2 até 2050.

A Vale avaliou suas metas de descarbonização analisando os critérios para reconhecimento de provisão conforme IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão e Crédito de Descarbonização. Não há provisão reconhecida em 31 de dezembro de 2025 pois nenhuma meta representa uma obrigação presente para a Companhia.

Para apoiar as metas de descarbonização e gerar um desenvolvimento econômico alinhado com a preservação ambiental e a sustentabilidade do negócio, a Companhia possui um extensivo portfólio de projetos em fase de pesquisa e desenvolvimento e em fase operacional, que inclui a readequação da sua estrutura de produção com foco em produtos de redução direta e mineração circular, a substituição de matérias-primas fósseis de energia por fontes renováveis ou de menor intensidade de emissão, entre outros.

Estes projetos de descarbonização possuem prazos de implementação que variam entre 1 e 30 anos, alinhados aos horizontes de tempo que a Vale define para apoiar o seu planejamento estratégico, e a Companhia monitora e avalia as incertezas relevantes quanto à recuperabilidade destes investimentos, tais como riscos tecnológicos, regulatórios e de mercado, que podem afetar o desempenho econômico esperado destes ativos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou desvios ou alterações materiais entre os valores orçados e realizados para os referidos projetos.

a) Atuação no mercado de crédito de carbono

Para as emissões cuja esfera de influência é a cadeia de valor (Escopo 3), a Companhia poderá utilizar, de forma limitada, créditos de carbono de alta integridade para eventual compensação das emissões de gases do efeito estufa ("GEE"). Portanto, a Vale atua como usuária final no mercado de crédito de carbono, objetivando a aposentadoria dos créditos de carbono para atingimento da meta de descarbonização. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um saldo de R\$49 (2024: R\$39) em adiantamento para aquisição de créditos de carbono, apresentados no balanço patrimonial como outros ativos.

Os créditos de carbono, quando efetivamente recebidos, serão registrados no ativo intangível e mensurados ao custo conforme IAS 38/CPC 04 – Ativo Intangível e OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão e Crédito de Descarbonização.

b) Efeitos de riscos e oportunidades climáticos nas estimativas contábeis de valor recuperável de ativos

A mensuração do valor recuperável de ativos está sujeita a incertezas, incluindo potenciais impactos decorrentes de riscos e oportunidades climáticas. A Vale realizou uma análise de sensibilidade sobre a mensuração do valor recuperável de determinadas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) considerando certos riscos e oportunidades climáticas, conforme demonstrado a seguir.

Ao mensurar o valor recuperável de seus ativos, a Vale baseia suas projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa do conjunto de condições econômicas, as quais subsidiam os modelos utilizados para mensurar o valor recuperável das UGCs, conforme nota 12. Portanto, os cenários utilizados nesta análise de sensibilidade não são considerados pela Companhia como as melhores estimativas para determinar impactos esperados de perda de recuperabilidade.

OP2 Potenciais impactos da oportunidade associada à demanda crescente por níquel no valor recuperável das UGCs

Em 2025, a Vale reconheceu perdas por *impairment* no montante total de R\$19.517 relacionadas às suas UGCs de níquel, incluindo o *goodwill* alocado (nota 12). Partindo dos modelos utilizados para mensurar o valor recuperável destas UGCs, a Companhia sensibilizou a curva de preços de níquel considerando um aumento médio de 11%, substancialmente concentrado nos preços de longo prazo, em relação à curva utilizada nos modelos base, refletindo a eventual materialização de um cenário em que a velocidade e a intensidade da transição energética são mais favoráveis ao níquel e, como resultado, as perdas por *impairment* reconhecidas em 2025 teriam sido reduzidas em R\$7.964.

RT1 Potenciais impactos do risco associado a regulamentações relacionadas às emissões de GEE no valor recuperável do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro

A implementação de políticas climáticas, incluindo mecanismos de precificação de carbono, pode afetar a competitividade dos produtos da Vale. Portanto, a velocidade e a intensidade da implementação de tais regulamentações impactam os preços e custos dos produtos do segmento de Soluções de Minério de Ferro.

A Vale testou a recuperabilidade do *goodwill* alocado ao segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro em 2025 e não identificou perda por *impairment* (nota 12). Partindo dos modelos utilizados para mensurar o valor recuperável deste segmento operacional, a Companhia incluiu premissas para sensibilizar uma eventual redução no EBITDA em função da materialização de um cenário de políticas climáticas menos favorável ao portfólio de produtos da Vale e, como resultado, o *headroom* do teste de recuperabilidade do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro seria reduzido. No entanto, como o valor recuperável do segmento operacional continuaria superior ao seu valor contábil, incluindo o *goodwill*, não haveria *impairment* a ser reconhecido.



Gestão financeira

18. Resultado financeiro

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Receitas financeiras						
Aplicações financeiras		2.409	1.776	1.547	1.636	1.048
Outras		394	505	612	71	35
		2.803	2.281	2.159	1.707	1.083
Despesas financeiras						
Juros sobre empréstimos e financiamentos	24	(5.365)	(4.293)	(3.622)	(6.130)	(5.814)
Despesas com prêmio na recompra de debêntures participativas e bonds	24 e 23(b)	(334)	(275)	(106)	(80)	–
Juros sobre transações de capital de giro	7 e 9	(1.177)	(964)	(1.160)	(672)	(501)
Juros sobre REFIS		(482)	(488)	(737)	(482)	(494)
Pis e Cofins sobre receita financeira		(376)	(152)	(258)	(342)	(133)
Despesas bancárias		(228)	(557)	(662)	(194)	(212)
Juros sobre passivos de arrendamento	22	(173)	(258)	(310)	(63)	(55)
Outras		(1.044)	(981)	(421)	(748)	(936)
		(9.179)	(7.968)	(7.276)	(8.711)	(8.145)
Outros itens financeiros, líquidos						
Perdas cambiais e monetárias, líquidas		(4.454)	(7.702)	(8.185)	(4.519)	(3.755)
Debêntures participativas	23(b)	(3.698)	(1.048)	(871)	(3.698)	(1.048)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	20	9.252	(6.798)	4.455	8.413	(6.795)
		1.100	(15.548)	(4.601)	196	(11.598)
Total		(5.276)	(21.235)	(9.718)	(6.808)	(18.660)

Política contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira. As exceções são as transações relacionadas ao *hedge* de investimento líquido ou itens que são atribuíveis ao saldo de investimento líquido em entidade no exterior, cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

As políticas contábeis relacionadas aos demais itens do resultado financeiro estão demonstradas nas notas explicativas, "30. Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*", "23.b. Debêntures participativas", "21. Empréstimos e financiamentos" e "22. Arrendamentos".

19. Ativos e passivos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

		31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
Ativos financeiros	Notas	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (i)		40.563	–	–	40.563	30.671	–	–	30.671
Aplicações financeiras de curto prazo (ii)		–	–	1.066	1.066	–	–	331	331
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	2.278	2.278	–	–	331	331
Contas a receber	7	886	–	11.753	12.639	2.313	–	12.287	14.600
		41.449	–	15.097	56.546	32.984	–	12.949	45.933
Não circulante									
Depósitos judiciais	27(c)	3.580	–	–	3.580	3.326	–	–	3.326
Caixa restrito	23	50	–	–	50	78	–	–	78
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	1.115	1.115	–	–	91	91
Investimentos em ações	23	–	347	–	347	–	337	–	337
		3.630	347	1.115	5.092	3.404	337	91	3.832
Total dos ativos financeiros		45.079	347	16.212	61.638	36.388	337	13.040	49.765
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores e outras contas a pagar	9	30.621	–	–	30.621	26.217	–	–	26.217
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	514	514	–	–	1.220	1.220
Empréstimos e financiamentos	21	2.847	–	–	2.847	6.316	–	–	6.316
Arrendamentos	22	884	–	–	884	907	–	–	907
Títulos subordinados	23(a)	22	–	–	22	–	–	–	–
Concessão de ferrovias	16	3.138	–	–	3.138	2.895	–	–	2.895
Outros passivos financeiros – Partes relacionadas	33	1.293	–	–	1.293	1.803	–	–	1.803
Outros passivos financeiros	23	1.774	–	–	1.774	3.637	–	–	3.637
		40.579	–	514	41.093	41.775	–	1.220	42.995
Não circulante									
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	287	287	–	–	2.650	2.650
Empréstimos e financiamentos	21	96.932	–	–	96.932	85.282	–	–	85.282
Arrendamentos	22	2.794	–	–	2.794	3.507	–	–	3.507
Títulos subordinados	23(a)	4.079	–	–	4.079	–	–	–	–
Debêntures participativas	23(b)	–	–	12.403	12.403	–	–	13.727	13.727
Concessão de ferrovias	16	10.034	–	–	10.034	11.684	–	–	11.684
Outros passivos financeiros	23	–	–	1	1	198	–	1	199
		113.839	–	12.691	126.530	100.671	–	16.378	117.049
Total dos passivos financeiros		154.418	–	13.205	167.623	142.446	–	17.598	160.044

(i) Inclui R\$13.923 (2024: R\$10.580) denominados em R\$, R\$25.378 (2024: R\$18.877) denominados em US\$ e R\$1.262 (2024: R\$1.214) denominados em outras moedas.

(ii) Compreende substancialmente investimentos em títulos de dívida e aplicações em fundo de investimento exclusivo, cuja carteira é composta por operações compromissadas e certificados de depósito bancário (“CDB”).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		11.460	–	–	11.460	9.084	–	–	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo		–	–	899	899	–	–	12	12
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	1.425	1.425	–	–	194	194
Contas a receber	7	14.539	–	542	15.081	27.783	–	880	28.663
		25.999	–	2.866	28.865	36.867	–	1.086	37.953
Não circulante									
Depósitos judiciais	27(c)	3.453	–	–	3.453	–	–	–	–
Caixa restrito	23	30	–	–	30	24	–	–	24
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	1.073	1.073	–	–	35	35
Investimentos em ações	23	–	127	–	127	–	120	–	120
		3.483	127	1.073	4.683	24	120	35	179
Total dos ativos financeiros		29.482	127	3.939	33.548	36.891	120	1.121	38.132
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores e outras contas a pagar	9	17.289	–	–	17.289	15.286	–	–	15.286
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	383	383	–	–	1.124	1.124
Empréstimos e financiamentos	21	960	–	–	960	819	–	–	819
Arrendamentos	22	329	–	–	329	367	–	–	367
Concessão de ferrovias	16	3.138	–	–	3.138	2.895	–	–	2.895
Empréstimos – Partes relacionadas	33	24.302	–	–	24.302	14.731	–	–	14.731
Outros passivos financeiros – Partes relacionadas	29	2.285	–	–	2.285	3.380	–	–	3.380
Outras obrigações financeiras	23	–	–	–	–	14	–	–	14
		48.303	–	383	48.686	37.492	–	1.124	38.616
Não circulante									
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	208	208	–	–	2.491	2.491
Empréstimos e financiamentos	21	35.134	–	–	35.134	30.164	–	–	30.164
Arrendamentos	22	831	–	–	831	956	–	–	956
Empréstimos – Partes relacionadas	33	41.213	–	–	41.213	58.976	–	–	58.976
Debêntures participativas	23(b)	–	–	12.403	12.403	–	–	13.727	13.727
Concessão de ferrovias	16(a)	10.034	–	–	10.034	11.684	–	–	11.684
Outras obrigações financeiras	23	–	–	1	1	–	–	1	1
		87.212	–	12.612	99.824	101.780	–	16.219	117.999
Total dos passivos financeiros		135.515	–	12.995	148.510	139.272	–	17.343	156.615

c) Valor justo dos empréstimos, financiamentos e títulos subordinados

Os empréstimos, financiamentos e os títulos subordinados são mensurados ao custo amortizado. Para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado secundário, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento na data base das demonstrações financeiras. O valor contábil dos demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado representa uma aproximação razoável do seu respectivo valor justo.

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds	42.273	44.209	45.003	44.866
Debêntures	13.043	12.938	7.876	7.897
Total dos empréstimos e financiamentos	55.316	57.147	52.879	52.763
Títulos subordinados	4.101	4.113	-	-

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds	2.757	2.733	3.103	2.910
Debêntures	13.043	12.938	6.680	6.702
Total	15.800	15.671	9.783	9.612

Política contábil

Classificação e mensuração - A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no propósito comercial de se manter o ativo e se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Os ganhos e perdas de instrumentos de dívida reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado no evento de sua baixa.

Os investimentos em instrumentos de patrimônio são mensurados ao FVTPL a menos que sejam elegíveis a mensuração pelo FVOCI, cujos ganhos e perdas não são em nenhuma circunstância reciclados para o resultado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos e as debêntures participativas permanecem classificadas na categoria FVTPL.

Hierarquia de valor justo - A Companhia classifica os instrumentos financeiros dentro da hierarquia de valor justo como:

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ex. derivativos e ações negociados publicamente) é baseado nos preços de mercado cotados no final do período das demonstrações financeiras.

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para o valor justo de um instrumento forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 2.

Nível 3: Se um ou mais dos dados significativos não forem baseados em dados de mercado observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. O valor justo dos derivativos classificados como nível 3 é estimado utilizando fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções com inputs não observáveis de taxas de desconto, preços de ações e preços de *commodities*.

20. Gestão de riscos financeiros e de capital

A Companhia está exposta a diversos fatores de riscos financeiros e de capital que podem impactar a sua performance e posição patrimonial. A avaliação da exposição aos riscos financeiros e de capital é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão de riscos.

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de preservar os pagamentos regulares de dividendos e juros sobre capital próprio, manter um perfil de dívida adequado às suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

O Conselho de Administração estabelece e supervisiona o gerenciamento de riscos financeiros com o apoio de um Comitê de Assessoramento de Alocação de Capital e Projeto, que assegura que as atividades financeiras da Companhia são governadas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, mensurados e gerenciados de acordo com as políticas e objetivos da Companhia.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida por meio da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição a riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento, de investimento e certos compromissos, de modo que a Vale não possua operações com derivativos que resultem em valores nominais que excedam suas exposições. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas periodicamente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia aplica o *hedge accounting* no programa de investimento líquido no exterior.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Instrumentos financeiros e outros passivos financeiros que não são denominados em US\$	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado – Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities e de insumos	Operações com derivativos, como opções, futuros e termos
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para limites de exposição das contrapartes
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo

Métodos e técnicas de avaliação dos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados utilizando curvas e preços de mercado, que impactam cada instrumento nas datas de apuração, aplicando técnicas de precificação amplamente utilizadas pelo mercado.

Os *swaps* são precificados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas e moedas correspondentes, enquanto contratos a termo e futuros utilizam as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Para as opções, a Companhia utiliza o modelo de Black & Scholes e no caso de opções asiáticas o modelo de Turnbull & Wakeman. Em todos os casos, consideramos o risco de crédito tanto da Companhia quanto da contraparte para cálculo final do valor justo. Quando não há informações de preços disponíveis de uma fonte de mercado cotada, mecanismos de mercado alternativos ou transações recentes comparáveis, o valor justo é estimado com base nas perspectivas da Companhia.

Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Risco de câmbio e taxa de juros	3.234	729	321	3.723
Risco de preços de produtos	159	72	101	145
Derivativos embutidos	-	-	-	2
Total	3.393	801	422	3.870

	Controladora			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Risco de câmbio e taxa de juros	2.498	591	229	3.615
Total	2.498	591	229	3.615

Exposição líquida

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Risco de câmbio e taxa de juros (i)	2.505
Risco de preços de produtos	87	(44)
Derivativos embutidos	-	(2)
Total	2.592	(3.448)

(i) Inclui uma posição ativa (passiva) de R\$988 e R\$(2.068) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, relacionada a proteção das oscilações de câmbio e juros nos empréstimos, financiamentos e provisões relacionadas a Brumadinho e Samarco.

Efeitos dos derivativos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	Ganho (perda) reconhecido no resultado				
	2025	2024	2023	2025	2024
Risco de câmbio e taxa de juros	9.204	(6.670)	4.457	8.413	(6.795)
Risco de preços de produtos	46	(137)	(16)	-	-
Derivativos embutidos	2	9	14	-	-
Total	9.252	(6.798)	4.455	8.413	(6.795)

Efeitos dos derivativos na demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	Liquidação financeira entradas (saídas)				
	2025	2024	2023	2025	2024
Risco de câmbio e taxa de juros	3.302	(64)	2.346	3.120	(18)
Risco de preços de produtos	(78)	30	32	-	-
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	420	-	-
Total	3.224	(34)	2.798	3.120	(18)

a) Risco de mercado

a.i) Programas de proteção de câmbio e juros

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto parte significativa dos custos, despesas e investimentos é denominada em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

A Companhia pode contratar operações de derivativos para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado às suas dívidas e outros compromissos – principalmente o risco cambial.

Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* e a termo para converter para US\$ o fluxo de caixa de dívidas e obrigações financeiras em Reais, com travas de taxa de câmbio e *swaps* de taxas fixas e flutuantes indexadas principalmente ao certificado de depósito interbancário (“CDI”), à TJLP e ao índice nacional de preços ao consumidor (“IPCA”). Nestas operações de *swap*, a Companhia paga taxas fixas em US\$ e recebe remuneração em R\$ fixo ou atrelada às taxas de juros dos passivos protegidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também está exposta a riscos de taxas de juros flutuantes em certos empréstimos e financiamentos. A dívida com taxa flutuante em dólares norte-americanos é constituída principalmente por empréstimos, incluindo pré-pagamentos de exportação, empréstimos com bancos comerciais e organizações multilaterais. Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter taxas de juros indexadas à SOFR em contratos de empréstimos e financiamentos para taxas fixas. Nestas operações, a Companhia recebe taxas flutuantes indexadas à SOFR e paga remuneração atrelada a taxas fixas em US\$.

Fluxo	Valor principal			Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028+	
Derivativos de câmbio e juros	US\$ 9.201	US\$11,490	2.505	(3.402)	1.679	354	472	

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Desvalorização do R\$	2.505	(5.142)	(12.789)
Queda do cupom cambial	2.505	1.572	494
Alta da taxa pré em R\$	2.505	556	(1.050)
Queda da TJLP	2.505	2.494	2.483
Queda do IPCA	2.505	1.477	534
Queda da SOFR US\$	2.505	2.362	2.215

a.ii) Programa de proteção de preços de produtos e custos de insumos

A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, principalmente os custos de frete e combustível. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* são utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Os instrumentos derivativos utilizados são predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Fluxo	Valor principal			Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2026	2026	2027+	
Petróleo do tipo Brent (bbl)								
Opções	22.224.999	24.050.625	(27)	67	(27)	–	–	
Frete marítimo (dias)								
Termo Frete	2.070	3.240	82	(65)	82	–	–	
Proteção para vendas a preço fixo (ton)								
Termo de Níquel	3.557	4.978	29	(46)	29	–	–	
Proteção para vendas a preço fixo (ton)								
Termo de Cobre	26	–	3	–	3	–	–	

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Petróleo do tipo Brent (bbl)	Queda do preço do óleo combustível	(27)	(690)	(2.326)
Frete marítimo (dias)	Queda do preço do frete	82	10	(61)
Proteção para vendas de níquel a preço fixo (ton)	Queda do preço do níquel	29	29	29
Proteção para vendas de cobalto a preço fixo (ton)	Queda do preço do cobalto	3	1	(1)

Estrutura de opções sobre o petróleo do tipo Brent – Para reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível na contratação e disponibilização de frete marítimo e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção deste insumo, por meio da aquisição de opções de compra e venda sobre o petróleo do tipo *Brent*, para diferentes parcelas da exposição. Os contratos foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Derivativos de Frete – Para reduzir o impacto da volatilidade do preço de afretamento marítimo no fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção, por meio de contratos a termo de frete denominados *Forward Freight Agreements* (FFAs). Os FFAs são negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e podem ser registrados em Centrais de Liquidação e Custódia, neste caso sujeitos a requerimentos de margem.

Proteção para vendas a preço fixo – A Companhia possui um programa operacional de proteção de vendas de níquel e cobalto a preço fixo, para converter para preço flutuante os contratos comerciais de forma a manter a exposição às flutuações de preço. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura.

Programa de hedge para aquisições de produtos para revenda – A Companhia possui um programa de *hedge* com operações a termo de níquel, com objetivo de reduzir o risco de descasamento de preços entre o período de compra e de venda de produtos de terceiros. O programa foi liquidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

a.iii) Derivativos embutidos em contratos

Fluxo	Valor principal		Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2025	2026	2027+
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)							
Opção de compra	746.667	746.667	–	(2)	–	–	–

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)				
Derivativo embutido – Compra de gás	Alta do preço da pelota	–	–	(1)

Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural – A Companhia possui um contrato de compra de gás natural, cujo valor cobrado varia de acordo com o preço de mercado das pelotas vendidas pela Companhia.

a.iv) Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	2025	2024	2023	2025	2024
Hedge de investimento líquido	1.581	(2.750)	683	1.581	(2.750)
Hedge de fluxo de caixa	–	–	(88)	–	–

Hedge de investimento líquido – A Companhia utiliza a contabilidade de *hedge* para o risco cambial decorrente dos investimentos líquidos da Vale S.A. na Vale International S.A.. Com o programa de *hedge*, a dívida da Companhia com terceiros denominada em dólares serve como instrumento de *hedge* para o investimento na Vale International S.A. O montante da dívida designada como instrumento de *hedge* para esse investimento é de R\$21.267 (US\$3.865 milhões) e R\$20.484 (US\$3.308 milhões) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Como resultado do programa de *hedge*, o impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólares passou a ser parcialmente registrado em outros resultados abrangentes, em “ajustes acumulados de conversão”.

Hedge accounting de fluxo de caixa (Níquel) – Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em decorrência de oscilações no preço do níquel, a Companhia implementou o programa de *hedge* de receita de níquel. Neste programa, operações de *hedge* foram executadas, por meio de contratos de opções, para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, de realização altamente provável, garantindo preços acima no custo unitário médio de produção de níquel para os volumes protegidos. Em 2023, o programa foi liquidado e não foram realizadas novas operações em 2024 e 2025. Os contratos eram negociados na London Metal Exchange ou em mercado de balcão (*over-the-counter*).

b) Gestão de risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente de recebíveis, transações com derivativos, garantias, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Companhia atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

Com base no risco de crédito da contraparte, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para gerenciar o risco de crédito da Companhia. As principais estratégias de mitigação do risco de crédito incluem descontos de recebíveis, seguros, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, hipotecas, entre outros.

b.i) Carteira de recebíveis

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada do ponto de vista geográfico, sendo a Ásia, Oriente Médio, Norte da África, Europa e o Brasil as regiões com exposições mais significativas. De acordo com cada região, diferentes garantias podem ser utilizadas para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis. Historicamente, a perda esperada de crédito do contas a receber da Companhia é imaterial (nota 7).

b.ii) Ativos financeiros, exceto carteira de recebíveis

Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos, limites de crédito são aprovados para cada contraparte com a qual a Companhia tem exposição de crédito. Além disso, a Companhia controla a diversificação da carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

Consolidado

	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	19(a)	40.563	30.671
Aplicações financeiras de curto prazo	19(a)	1.066	331
Caixa restrito	23	50	78
Depósitos judiciais		3.580	3.326
Instrumentos financeiros derivativos		3.393	422
Investimentos em ações	23	347	337
Total		48.999	35.165

Controladora

	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	19(a)	11.460	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo	19(a)	899	12
Caixa restrito	23	30	24
Depósitos judiciais		3.453	3.208
Instrumentos financeiros derivativos		2.498	229
Investimentos em ações	23	127	120
Total		18.467	12.677

b.iii) Ratings das contrapartes financeiras

As operações de instrumentos financeiros derivativos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revistos periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado por meio de metodologia que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências internacionais de classificação.

O quadro a seguir apresenta os ratings em moeda estrangeira publicados pela *Moody's* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia contrata operações de derivativos, caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos
Aa2	3.969	3	2.421	3
A1	16.056	933	11.605	172
A2	4	1	3.220	83
A3	7.370	336	4.391	12
Baa1	2	–	6	–
Baa2	13	–	25	–
Baa3	299	–	–	–
Ba1 (i)	9.120	1.088	4.453	111
Ba2 (i)	4.796	1.032	4.881	41
	41.629	3.393	31.002	422

(i) Parte substancial dos saldos é com instituições financeiras no Brasil e, em moeda local, são consideradas *investment grade*.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

As linhas de crédito rotativo disponíveis têm como objetivo auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo e permitir maior eficiência na gestão de caixa, e foram contratadas com um sindicato formado por vários bancos comerciais globais. A Companhia possui duas linhas de crédito rotativo, no montante de R\$27.512 (US\$5.000 milhões), dos quais R\$16.507 (US\$3.000 milhões) têm vencimento em 2029 e R\$11.005 (US\$2.000 milhões) em 2026. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum saldo devedor relativo a estas linhas.

A Companhia também participa de acordos de financiamento de fornecedores para administrar seu capital de giro e não considera que estes acordos resultem em concentrações excessivas de risco de liquidez, para maiores detalhes vide nota 9 destas demonstrações financeiras.

Política contábil

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteger sua exposição a certos riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento e de investimento. Os derivativos são incluídos nos ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivos (*hedge accounting*).

No início das operações de *hedge*, a Companhia documenta o tipo de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, sua gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta tanto no início da cobertura quanto de forma contínua, se espera que a cobertura continue a ser altamente eficaz. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* prevista na IFRS 9/CPC 48 e designa certos derivativos como:

Hedge de fluxo de caixa - A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Hedge de investimento líquido - As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes acumulados de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado - Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada em "Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos".

21. Empréstimos e financiamentos

a) Saldo dos empréstimos e financiamentos por tipo e moeda

	Taxa de juros média (i)	Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cotados no mercado secundário:					
US\$ Bonds	6,05%	–	–	41.859	44.502
R\$ Debêntures	7,22%	313	419	12.581	7.375
Contratos de dívida no Brasil em:					
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	9,88%	240	253	490	887
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR	5,72%	–	–	825	929
Contratos de dívida no mercado internacional em:					
US\$, com juros variáveis e fixos	5,09%	1.128	4.433	38.207	31.222
Outras moedas, com juros fixos	4,79%	66	71	236	312
Outras moedas, com juros variáveis	2,76%	27	–	2.734	55
Encargos incorridos		1.073	1.140		–
Total		2.847	6.316	96.932	85.282

	Taxa de juros média (i)	Controladora			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cotados no mercado secundário:					
US\$, Bonds	5,66%	–	–	2.703	3.042
R\$, Debêntures	7,22%	313	195	12.581	6.417
Contratos de dívida no Brasil em (ii):					
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	9,88%	241	239	490	729
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR	5,72%	–	–	825	929
Contratos de dívida no mercado internacional em:					
US\$, com juros variáveis e fixos	5,15%	26	–	18.535	18.992
Outras moedas, com juros variáveis		–	–	–	55
Encargos incorridos		380	385		–
Total		960	819	35.134	30.164

(i) Para determinar a taxa de juros média dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou a taxa aplicada em 31 de dezembro de 2025.

(ii) A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de toda a dívida contratada no Brasil, resultando em um custo médio de 3,21% a.a. em US\$.

A reconciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento está apresentada na nota 24.

b) Fluxos de pagamentos futuros de principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	Principal	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)	Principal	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)
2026	1.776	5.443	580	1.992
2027	9.352	5.116	4.165	1.859
2028	5.426	4.855	5.327	1.678
2029	19.024	4.644	4.806	1.433
Entre 2030 e 2032	19.708	9.852	6.792	3.304
2033 em diante	43.420	21.466	14.044	4.073
Total	98.706	51.376	35.714	14.339

(i) Com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que os pagamentos de principal serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de juros ainda não provisionados e os juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2% do total dos juros incorridos nos empréstimos e financiamentos foram capitalizados (2024: 4%) (nota 13). Os custos com empréstimos e financiamentos que não são capitalizados foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos.

c) *Covenants*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os termos de certos passivos financeiros que possuem um valor contábil total de R\$14.333 (2024: R\$16.696), a Companhia é obrigada a cumprir com os seguintes *covenants* financeiros ao final de cada exercício social:

- Alavancagem: A dívida não deve ser superior a 4,5x o LAJIDA (EBITDA) ajustado;
- Cobertura de juros: O LAJIDA (EBITDA) ajustado não deve ser inferior a 2x as despesas com juros.

A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a próxima data de apuração será em 31 de dezembro de 2026.

A Vale também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e ambientais, entre outros. A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. A Companhia contrata derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa da dívida, alterando o custo médio das dívidas que possuem derivativos de *hedge* contratados.

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

22. Arrendamentos

a) Ativo de direito de uso

Consolidado

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Depreciação e redução ao valor recuperável de ativos	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão	31 de dezembro de 2025
Portos	316	(43)	(117)	–	(12)	144
Embarcações	2.188	243	(281)	–	(249)	1.901
Plantas de pelotização	677	(2)	(178)	–	–	497
Imóveis	584	175	(92)	(212)	–	455
Plantas de energia	172	–	(43)	–	(15)	114
Outros	152	159	(63)	–	(19)	229
Total	4.089	532	(774)	(212)	(295)	3.340

Controladora

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Depreciação e redução ao valor recuperável de ativos	Transferência para mantido para venda (nota 28a)	31 de dezembro de 2025
Plantas de pelotização	677	(2)	(178)	–	497
Imóveis	451	190	(87)	(178)	376
Outros	14	168	(19)	–	163
Total	1.142	356	(284)	(178)	1.036

b) Passivo de arrendamento

Consolidado

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Desembolsos (i)	Juros	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão	31 de dezembro de 2025
Portos	333	(43)	(117)	11	–	(14)	170
Embarcações	2.202	243	(357)	73	–	(235)	1.926
Plantas de pelotização	778	(2)	(278)	33	–	–	531
Imóveis	664	175	(116)	29	(217)	–	535
Plantas de energia	268	–	(18)	15	–	(26)	239
Outros	169	159	(85)	12	–	22	277
Total	4.414	532	(971)	173	(217)	(253)	3.678
Passivo circulante	907						884
Passivo não circulante	3.507						2.794
Total	4.414						3.678

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Desembolsos (i)	Juros	Transferência para mantido para venda (nota 28a)	31 de dezembro de 2025
Plantas de pelotização	778	(2)	(278)	33	–	531
Imóveis	530	189	(109)	27	(180)	457
Outros	15	168	(14)	3	–	172
Total	1.323	355	(401)	63	(180)	1.160
Passivo circulante	367					329
Passivo não circulante	956					831
Total	1.323					1.160

(i) O valor total dos pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos diretamente no resultado, foi de R\$524 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.365 e R\$557 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente).

Pagamentos mínimos anuais e prazo de arrendamento remanescente

A tabela a seguir apresenta os valores das obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento, não descontados a valor presente e por ano de vencimento. O passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial é mensurado ao valor presente destas obrigações.

Consolidado

	2026	2027	2028	2029	2030 e subsequente	Total	Prazo remanescente (anos)	Taxa de desconto
Portos	77	6	6	6	88	183	1 a 17	4% a 5%
Embarcações	391	385	325	275	759	2.135	1 a 7	3% a 4%
Plantas de pelotização	204	143	127	33	116	623	1 a 7	2% a 5%
Imóveis	121	116	110	83	171	601	1 a 13	2% a 6%
Plantas de energia	33	28	28	28	160	277	1 a 4	5%
Outros	105	77	55	33	17	287	1 a 4	3% a 6%
Total	931	755	651	458	1.311	4.106		

Política contábil

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

23. Outros ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de	Notas	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		2025	2024	2025	2024
Outros ativos financeiros					
Caixa restrito		–	–	50	78
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.278	331	1.115	91
Investimentos em ações		–	–	347	337
Empréstimos – Partes relacionadas	33(b)	239	–	1.125	923
		2.517	331	2.637	1.429
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	19	514	1.220	287	2.650
Títulos subordinados	23(a)	22	–	4.079	–
Debêntures participativas	23(b)	–	–	12.403	13.727
Outros passivos financeiros – Partes relacionadas	33(b)	1.293	1.803	–	–
Outros		1.774	3.637	1	199
		3.603	6.660	16.770	16.576

31 de dezembro de	Notas	Controladora			
		Circulante		Não circulante	
		2025	2024	2025	2024
Outros ativos financeiros					
Caixa restrito		–	–	30	24
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.425	194	1.073	35
Investimentos em ações		–	–	127	120
		1.425	194	1.230	179
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	19	383	1.124	208	2.491
Pré-pagamentos de exportação – Partes relacionadas	33(b)	24.302	14.731	41.213	58.976
Debêntures participativas	23(b)	–	–	12.403	13.727
Outros passivos financeiros – Partes relacionadas	33(b)	2.285	3.380	–	–
Outros		–	14	1	1
		26.970	19.249	53.825	75.195

a) Títulos subordinados

Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a emissão de títulos subordinados, no valor de R\$4.006 (US\$750 milhões) vencimento em 2056 e juros com pagamentos semestrais à taxa inicial de 6% ao ano. A taxa de juros será reajustada a cada cinco anos, a partir de fevereiro de 2031.

Estes títulos possuem prioridade de pagamento apenas em relação ao capital social, sendo subordinados a todas as obrigações financeiras ou não financeiras da Vale. Adicionalmente, a Companhia possui o direito de diferir o pagamento dos juros até o vencimento do principal, condicionado a eventos que estão no controle da Vale.

Os recursos líquidos da emissão foram utilizados para finalidades corporativas gerais, incluindo, mas não se limitando, à recomposição de caixa após o pagamento da recompra parcial das debêntures participativas em novembro de 2025 (nota 23b).

b) Debêntures participativas

Por ocasião de sua privatização em 1997, a Companhia emitiu 388.559.056 debêntures participativas aos acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Essas debêntures foram estruturadas para garantir que os acionistas pré-privatização participassem de eventuais benefícios futuros provenientes da exploração de determinados recursos minerais. Os detentores têm direito a pagamentos semestrais calculados como uma porcentagem da receita relacionada a esses recursos, deduzidos impostos, tarifas de transporte e despesas de seguro. A obrigação permanece vigente até que todos os recursos minerais abrangidos sejam exauridos, vendidos ou alienados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2025, a Vale concluiu a recompra de 89.410.390 debêntures participativas pelo valor de R\$3.755, incluindo o pagamento de prêmio no montante de R\$80, que está apresentado como "despesas financeiras" no resultado do exercício de 2025. A iniciativa representou uma redução de 23,01% do total de debêntures em circulação, otimizando a estrutura de capital da Companhia por meio da gestão de passivos financeiros e reforçando sua estratégia de alocação de capital.

O impacto das debêntures participativas no resultado financeiro está apresentado na nota 18, e o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês de cada exercício está apresentado abaixo:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Preço médio (R\$)		
	2025	2024	2023
Debêntures Participativas	41,46	35,33	35,80

A Companhia disponibilizou para saque a títulos de remuneração para seus debenturistas os valores a seguir:

	Data da disponibilização	Valor de remuneração
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2025	1 de outubro de 2025	598
Remuneração referente ao segundo semestre de 2024	1 de abril de 2025	760
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		1.358
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2024	1 de outubro de 2024	527
Remuneração referente ao segundo semestre de 2023	1 de abril de 2024	766
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		1.293
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2023	2 de outubro de 2023	535
Remuneração referente ao segundo semestre de 2022	3 de abril de 2023	637
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023		1.172

Política contábil

As debêntures participativas são passivos financeiros mensuradas ao valor justo por meio do resultado com base na abordagem de mercado, representando o montante que seria pago pela aquisição destes títulos na data de mensuração e, portanto, também compreende implicitamente a remuneração ao debenturista. Para calcular o valor justo do passivo, a Companhia utiliza o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês do período.

24. Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Reconciliação dos fluxos de caixa decorrentes dos passivos provenientes das atividades de financiamento

Consolidado

	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total empréstimos e financiamentos	Títulos subordinados	Total
31 de dezembro de 2022	33.900	1.461	22.980	58.341	-	58.341
Adições	7.277	-	2.308	9.585	-	9.585
Pagamentos (i)	(2.637)	(248)	(330)	(3.215)	-	(3.215)
Juros pagos (ii)	(2.254)	(123)	(1.318)	(3.695)	-	(3.695)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.386	(371)	660	2.675	-	2.675
Efeito de taxa de câmbio	(2.261)	-	(2.204)	(4.465)	-	(4.465)
Juros provisionados	2.157	121	1.546	3.824	-	3.824
Varição não caixa	(104)	121	(658)	(641)	-	(641)
31 de dezembro de 2023	36.182	1.211	22.982	60.375	-	60.375
Adições	11.389	-	15.312	26.701	-	26.701
Pagamentos (i)	(5.730)	(246)	(8.368)	(14.344)	-	(14.344)
Juros pagos (ii)	(2.891)	(106)	(1.713)	(4.710)	-	(4.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.768	(352)	5.231	7.647	-	7.647
Aquisição da Aliança Energia	1.184	176	-	1.360	-	1.360
Efeito de taxa de câmbio	10.027	944	6.480	17.451	-	17.451
Juros provisionados	2.718	109	1.938	4.765	-	4.765
Varição não caixa	13.929	1.229	8.418	23.576	-	23.576
31 de dezembro de 2024	52.879	2.088	36.631	91.598	-	91.598
Adições	10.324	-	16.199	26.523	4.006	30.529
Custos de transação	-	-	-	-	(49)	(49)
Pagamentos (i)	(2.146)	(243)	(5.910)	(8.299)	-	(8.299)
Juros pagos (ii)	(3.398)	(129)	(2.063)	(5.590)	-	(5.590)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	4.780	(372)	8.226	12.634	3.957	16.591
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(1.206)	(170)	-	(1.376)	-	(1.376)
Efeito de taxa de câmbio	(5.241)	(104)	(4.085)	(9.430)	120	(9.310)
Juros provisionados	4.104	128	2.121	6.353	24	6.377
Varição não caixa	(2.343)	(146)	(1.964)	(4.453)	144	(4.309)
31 de dezembro de 2025	55.316	1.570	42.893	99.779	4.101	103.880

Controladora

	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total
31 de dezembro de 2022	3.870	1.460	10.152	15.482
Adições	–	–	2.308	2.308
Pagamentos (i)	(211)	(247)	–	(458)
Juros pagos (ii)	(244)	(123)	(631)	(998)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(455)	(370)	1.677	852
Efeito de taxa de câmbio	(176)	–	(876)	(1.052)
Juros provisionados	257	121	730	1.108
Varição não caixa	81	121	(146)	56
31 de dezembro de 2023	3.496	1.211	11.683	16.390
Adições	6.000	–	7.694	13.694
Pagamentos (i)	(321)	(241)	(2.973)	(3.535)
Juros pagos (ii)	(213)	(101)	(887)	(1.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.466	(342)	3.834	8.958
Efeito de taxa de câmbio	629	944	2.811	4.384
Juros provisionados	192	102	957	1.251
Varição não caixa	821	1.046	3.768	5.635
31 de dezembro de 2024	9.783	1.915	19.285	30.983
Adições	6.000	–	3.299	9.299
Pagamentos (i)	(239)	(240)	(1.663)	(2.142)
Juros pagos (ii)	(747)	(126)	(1.058)	(1.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.014	(366)	578	5.226
Efeito de taxa de câmbio	(149)	(102)	(2.200)	(2.451)
Juros provisionados	1.152	123	1.061	2.336
Varição não caixa	1.003	21	(1.139)	(115)
31 de dezembro de 2025	15.800	1.570	18.724	36.094

(i) Inclui despesas com recompra de *bonds*.

(ii) Classificado como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Adições em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia (i) emitiu títulos subordinados no valor total de R\$4.006 (US\$750 milhões), com vencimento em 2056 e (ii) contratou empréstimos no valor total de R\$2.262 (US\$420 milhões), indexados à SOFR, ajustados por *spread* e com vencimento em 2029.
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$5.586 (US\$1.011 milhões), indexados à SOFR ou LPR, ajustados por *spread* e com vencimentos entre 2028 e 2030.
- No segundo trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$3.326 (US\$596 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2026 e 2030, e (ii) emitiu debêntures no valor de R\$6 bilhões, com cupom de IPCA acrescido de 6,76% a 6,89% ao ano, pagos semestralmente. Esta emissão foi estruturada em três séries de R\$2 bilhões cada, com vencimentos em 2032, 2035 e 2037, e os recursos serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias.
- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$5.025 (US\$861 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2026 e 2029, e (ii) emitiu *bonds* no valor de R\$4.324 (US\$750 milhões) com cupom de 6,40% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054.

Pagamentos em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de R\$391 (US\$71 milhões).
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia liquidou empréstimos no valor total de R\$2.490 (US\$449 milhões).
- No segundo trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de R\$164 (US\$28 milhões).

- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia amortizou empréstimos no valor de R\$862 (US\$150 milhões) e resgatou *bonds* com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de R\$1.890 (US\$329 milhões), pagando prêmio de R\$254 (US\$44 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.

Adições em 2024

- No quarto trimestre de 2024, a Companhia (i) contratou um empréstimo com o *Bank of Nova Scotia* no valor de R\$1.672 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2027, (ii) emitiu debêntures no valor de R\$6.000 com cupom de IPCA acrescido de 6,38% a 6,43% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2034, 2036 e 2039. Os recursos foram recebidos em novembro de 2024 e serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias, (iii) contratou um empréstimo com o *BBM Bank* no valor de R\$1.704 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2029, (iv) contratou um empréstimo com o *The Hongkong and Shanghai Banking Corporation* no valor de R\$1.524 (US\$250 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2028, e (v) contratou um empréstimo com o *DBS Bank* no valor de R\$305 (US\$50 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2026.
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$5.330 (US\$962 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2027 e 2029.
- No segundo trimestre de 2024, a Companhia (i) emitiu *bonds* de R\$5.389 (US\$1 bilhão) com cupom de 6,45% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054, e (ii) contratou um empréstimo no valor de R\$451 (US\$90 milhões), indexado à SOFR, acrescido de *spread* e com vencimento em 2024.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$4.326 (US\$870 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2024 e 2035.

Pagamentos em 2024


- No quarto trimestre de 2024, a Companhia liquidou o empréstimo contratado com o Banco HSBC, no valor de R\$1.513 (US\$250 milhões).
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia (i) liquidou empréstimos no valor total de R\$3.368 (US\$599 milhões), e (ii) resgatou *bonds* com vencimento em 2026, 2036 e 2039, no valor total de R\$5.251 (US\$970 milhões), pagando um prêmio de R\$275 (US\$50 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de R\$226 (US\$46 milhões).

Adições em 2023

- No terceiro trimestre de 2023, a Companhia contratou empréstimo no valor de R\$727 (US\$150 milhões), indexada à SOFR com ajustes de *spread* e com vencimento em 2028 junto ao Citibank.
- No segundo trimestre de 2023, a Companhia emitiu *bonds* de R\$7.277 (US\$1.500 milhões) com cupom de 6,125% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2033.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia contratou um empréstimo com o *Industrial and Commercial Bank of China Limited, Panama Branch* ("ICBC") no valor de R\$1.581 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2028.

Pagamentos em 2023

- No segundo trimestre de 2023, a Companhia resgatou *bonds* com vencimentos em 2026, 2036 e 2039 no valor total de R\$2.426, pagando prêmio de R\$106, que foi registrado como "Despesas financeiras" no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de R\$124.

A high-angle photograph of a train crossing a long bridge over a wide river. The train consists of a yellow and blue locomotive pulling several brown freight cars. The bridge has a concrete deck and metal railings. In the background, there is a dense forest and a power line tower under a cloudy sky.

Provisões, contingências e outros compromissos

25. Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho (“evento”) resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo duas mulheres grávidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Companhia possui provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade. Adicionalmente, a Companhia incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços jurídicos, abastecimento de água, entre outros.

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		
	2025	2024	2023
Acordo Judicial para Reparação Integral	373	(261)	191
Outras obrigações	1.258	953	2.135
Gastos reconhecidos diretamente no resultado	1.717	2.039	2.421
Seguro recebido	(45)	(61)	(149)
Rompimento da barragem de Brumadinho	3.303	2.670	4.598

Movimentações na provisão durante o exercício

	Consolidado				
	31 de Dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualização monetária e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de dezembro de 2025
Acordo Judicial para Reparação Integral					
Obrigações de pagamento	1.885	10	231	(1.086)	1.040
Provisão para reparação socioeconômica e outros	2.025	5	250	(535)	1.745
Provisão para reparação e compensação socioambiental	3.300	358	445	(1.267)	2.836
	7.210	373	926	(2.888)	5.621
Outras obrigações					
Contenção de rejeitos, segurança geotécnica e compensação socioambiental	3.121	419	371	(930)	2.981
Indenização individual	301	332	46	(266)	413
Outros	1.566	507	167	(742)	1.498
	4.988	1.258	584	(1.938)	4.892
Passivo	12.198	1.631	1.510	(4.826)	10.513

Os fluxos de caixa das obrigações estão projetados por um período médio de 5 a 7 anos e foram descontados por uma taxa de desconto em termos reais, que variou de 7,88% em 31 de dezembro de 2024 para 8,07% em 31 de dezembro de 2025.

Acordo Judicial para Reparação Integral

Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral (“Acordo”), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. Com o Acordo, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Companhia foram substancialmente resolvidos.

O Acordo é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios da Bacia do Rio Paraopeba; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Adicionalmente, o Acordo endereça os danos socioeconômicos difusos e coletivos decorrentes do rompimento, ficando excetuados os danos supervenientes, os individuais e os individuais homogêneos de natureza divisível, conforme os pedidos das ações judiciais não extintos pelo Acordo.

Para as obrigações elencadas nos itens (i) e (ii), os valores estão definidos no Acordo. Para a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Companhia de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Outras obrigações

A Companhia também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU").

a) Principais passivos contingentes

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - American Depositary Receipts ("ADRs") - de emissão da Vale.

Em agosto de 2024 foi realizada uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe ("*motion for class decertification*") e sustentação oral sobre exclusão de alguns dos peritos. No momento, aguarda-se uma decisão do Juízo sobre os pedidos.

Em novembro de 2021, uma nova Reclamação ("*Complaint*") foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal. Desde dezembro de 2023, aguarda-se uma decisão do Juízo sobre a defesa preliminar apresentada pela Vale ("*motion to dismiss*").

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessas ações, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. Os Autores não especificaram valores dos prejuízos alegados nas respectivas demandas.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo em uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários e três arbitragens movidas por pessoas jurídicas estrangeiras. A Vale figurava, ainda, como requerida em duas arbitragens coletivas instauradas por associação de classe que supostamente representaria os acionistas da Companhia, que foram extintas em agosto de 2024, dado o acolhimento dos repetidos pedidos da companhia, em razão da falta de pagamento das custas pela associação requerente.

Nas quatro arbitragens em curso, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem B-I, situada na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e a outras barragens de rejeitos, e falhou no

dever de divulgar tais riscos aos acionistas. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

A expectativa de perda é classificada como possível, para os quatro procedimentos e, considerando a fase inicial, não tendo havido o detalhamento dos pedidos e das causas de pedir, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por pessoas jurídicas estrangeiras, em que o termo de arbitragem ainda não foi assinado, os Requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$1.800, sujeito a juros e correção monetária. Em outro procedimento apresentado por pessoas jurídicas estrangeiras, em que também está pendente a assinatura do termo de arbitragem, os Requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$3.900, sujeito a juros e correção monetária. No procedimento apresentado por acionistas minoritários, quando da assinatura do Termo de Arbitragem, em maio de 2024, os Requerentes atribuíram à causa o valor de R\$3.000 (o que se referia a um único evento), sujeito a juros e correção monetária, podendo ser majorado posteriormente, conforme alegado pelos requerentes. Há apenas uma arbitragem sem valor estimado pelos Requerentes, a qual ainda está em trâmite e cujo termo de arbitragem já foi assinado.

A Companhia contesta os procedimentos em curso. Diante da falta de visibilidade de todos os pedidos que serão apresentados e dos critérios adotados para estimativa do valor, a Vale, em conjunto com seus assessores externos, classificou neste momento como remota a perda do valor estimado.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As provisões para reparação social, econômica e ambiental podem ser afetadas por fatores que incluem, mas não estão limitados a: (i) variação dos preços correntes estimados de custos diretos e indiretos relacionados a insumos e serviços, (ii) alterações do fluxo previsto de pagamentos dos custos estimados, (iii) mudanças em tecnologias consideradas na mensuração atual, (iv) quantidade de pessoas com direito aos pagamentos de indenização, (v) resolução de questões legais potenciais e existentes, (vi) premissas demográficas, (vii) premissas atuariais e (viii) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

26. Passivos relacionados à participação em coligadas e joint ventures

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão em Mariana, Minas Gerais, de propriedade da Samarco Mineração S.A. ("Samarco") se rompeu, inundando determinadas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. O rompimento resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma *joint venture* com participação societária igualmente dividida entre Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHPB").

Assim, Vale, Samarco e BHPB firmaram acordos com a União Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, algumas outras autarquias federais e estaduais, estabelecendo a criação de programas socioambientais e socioeconômicos visando a adoção de medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos. No entanto, as medidas reparatórias previstas nos acordos não puderam ser integralmente implementadas durante o período estabelecido e as partes envolvidas iniciaram novas negociações, buscando um acordo definitivo para o cumprimento de todas as obrigações relacionadas ao rompimento da barragem.

a) Movimentação da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco

Em 2025, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de R\$3.379, composto por R\$2.450 associados a alteração de prognóstico da ação judicial no Reino Unido e R\$929 relativos substancialmente a revisão na estimativa de gastos para concluir os programas de indenização individual, conforme apresentado abaixo:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.682
Complemento de provisão e mudança de estimativas	3.379
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	1.044
Desembolsos	(12.726)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.379

Os fluxos de caixa das obrigações foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que variou de 7,30% em 31 de dezembro de 2024 para 7,66% em 31 de dezembro de 2025.

b) Acordo Definitivo para Reparação Integral

Em outubro de 2024, Vale, Samarco e BHPB, em conjunto com o Governo Federal do Brasil, os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Defensorias Públicas Estaduais e da União, e demais entidades públicas brasileiras (em conjunto, "as Partes") assinaram um acordo para a reparação integral e definitiva dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais ("Acordo Definitivo"), o qual foi homologado em novembro de 2024.

O Acordo Definitivo, estimado em R\$170 bilhões, substituiu todos os acordos anteriormente firmados e contempla tanto desembolsos realizados antes de sua homologação quanto novos compromissos financeiros, que serão pagos ao longo de 20 anos em ações de remediação e compensação. Além disso, prevê iniciativas a serem implementadas pela Samarco, com desembolsos estimados para ocorrer nos três anos seguintes à homologação.

A Samarco tem responsabilidade primária pelas obrigações, enquanto Vale e BHPB possuem responsabilidade subsidiária, na proporção de sua participação acionária de 50% cada, caso a Samarco não consiga cumprir com tais obrigações. A homologação judicial extinguiu diversos processos relevantes movidos no Brasil, cujo requerimento para arquivamento foi peticionado pela Vale, em conjunto com a BHPB e Samarco.

Como resultado do Acordo Definitivo, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de R\$5.299 em 31 de dezembro de 2024, o qual reflete a estimativa em relação ao montante de desembolsos futuros que serão necessários para resolver todos os aspectos relacionados ao Acordo Definitivo e a capacidade financeira da Samarco para realizar pagamentos futuros (vide item "d" abaixo).

Em 2025, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de R\$929, substancialmente relacionado a revisão na estimativa de gastos para concluir os programas de indenização individual.

c) Processos judiciais remanescentes

Com o Acordo Definitivo, as ações civis públicas movidas pelas instituições de justiça e entes públicos signatários foram substancialmente resolvidas e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação dos danos foram definidos. Assim, os processos judiciais mais relevantes remanescentes estão demonstrados a seguir:

Ações judiciais no Reino Unido e na Holanda

Em julho de 2024, a Vale e a BHP firmaram um acordo, sem qualquer admissão de responsabilidade, segundo o qual as empresas compartilharam igualmente eventual obrigação de pagamento perante os requerentes nas Reivindicações do Reino Unido e da Holanda, descritas abaixo.

Ação judicial no Reino Unido – Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited (“BHP”) é ré em uma ação perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales, movida por aproximadamente 610.000 autores, incluindo pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil alegadamente afetados pelo rompimento da barragem da Samarco.

O procedimento foi estruturado em fases, sendo a primeira destinada à avaliação da responsabilidade, da BHP pelo rompimento da barragem de Fundão. Após o julgamento da primeira fase, realizado entre outubro de 2024 e março de 2025, a justiça Inglesa proferiu, em novembro de 2025, decisão reconhecendo a responsabilidade da BHP à luz da legislação brasileira. A decisão também confirmou a validade das renúncias e termos de quitação assinados por reclamantes já indenizados no Brasil, o que reduzirá o número de reclamantes e o valor das demandas.

Em função desta decisão, a expectativa de perda em relação a este processo passou a ser classificada como provável e a Companhia reconheceu uma provisão adicional de R\$2.450 (US\$449 milhões) no resultado do exercício como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”, que está apresentada no balanço patrimonial como parte da rubrica “Passivos relacionados à participação em coligadas e *joint ventures*” por estar associada ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco.

A BHP apresentou requerimento para apelação contra a decisão da primeira fase, o qual se encontra pendente de apreciação. Eventual recurso de apelação não suspende o andamento do processo, que seguirá para a segunda fase de julgamento, destinada à discussão e definição de temas relativos ao cabimento e à extensão dos danos, cujo início deverá ocorrer em 2027. Após, é provável ainda que o tribunal inglês defina uma terceira etapa para apuração em relação a eventuais valores de indenizações.

Ação judicial na Holanda – Uma ação judicial foi movida contra a Companhia por determinados municípios brasileiros, uma empresa e uma fundação, que representa milhares de indivíduos e algumas entidades, e que alegam ter sido afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco em 2015.

Em março de 2024, o tribunal de Amsterdam concedeu uma medida cautelar, em prejulgamento, para bloquear as ações da Vale S.A. na Vale Holdings B.V., uma subsidiária integral constituída na Holanda, e os direitos econômicos relacionados a essas ações, em garantia do valor aproximado de R\$5.952 (EUR920 milhões). Em 2025, com a adesão de três municípios (Iapu, Ponte Nova e Rio Casca) ao Acordo Definitivo, estes deixaram de compor o litígio e o montante da garantia foi reduzido para aproximadamente R\$4.822 (EUR 745,4 milhões).

Em outubro de 2025, a Vale apresentou sua defesa quanto à jurisdição da ação movida contra a Companhia e primeira audiência da primeira etapa do procedimento ocorrerá no segundo semestre de 2026.

A expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessa ação, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda neste momento, podendo a estimativa ser quantificada conforme o curso do processo.

d) Recuperação Judicial da Samarco

Em abril de 2021, a Samarco anunciou o pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) ajuizado junto à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que estava em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. A RJ é uma forma da Samarco reestruturar suas dívidas e estabelecer uma posição financeira independente e sustentável, permitindo que a Samarco continuasse trabalhando na retomada de suas operações com segurança e cumprindo com suas obrigações de mitigação, reparação e compensação dos danos.

Em maio de 2023, a Vale S.A. firmou um acordo vinculante em conjunto com a BHPB, a Samarco e determinados credores que detinham em conjunto mais de 50% dos títulos de dívida da Samarco, que estabelece os parâmetros para a reestruturação da dívida por meio de um plano de uma reestruturação consensual, o qual foi aprovado pelos credores, submetido à Justiça de Minas Gerais em julho de 2023 e homologado pelo juiz em setembro de 2023.

Em dezembro de 2023, os R\$24 bilhões (US\$4,8 bilhões) de dívida financeira existente da Samarco detidos pelos credores foram trocados por aproximadamente R\$19 bilhões (US\$3,9 bilhões) de dívida de longo prazo sem garantia e com atualização de juros pelo período de 2023 a 2031.

Após a execução do plano, a Samarco possui uma estrutura de capital adequada, em linha com seu *ramp-up* operacional e geração de fluxo de caixa. O plano considera pagamentos para a reparação e compensação limitados a R\$5 bilhões (US\$1 bilhão) pelo período de 2024 a 2030, dos quais R\$2.353 já foram incorridos, e prevê que, após esse período, a Samarco terá capacidade de realizar contribuições adicionais com base em suas projeções de geração de caixa.

Em agosto de 2025, o processo de recuperação judicial da Samarco foi concluído por decisão da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, com parecer favorável do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que concluiu que a recuperação judicial cumpriu sua finalidade. A Samarco continuará cumprindo com as obrigações remanescentes, nos termos e prazos estabelecidos.

e) Informações financeiras resumidas da Samarco

As demonstrações financeiras individuais dessa entidade podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Ativos circulantes	5.655	4.078
Ativos não circulantes	31.684	18.107
Ativo	37.339	22.185
Passivos circulantes	13.995	24.930
Passivos não circulantes	111.302	109.001
Total dos passivos	125.297	133.931
Patrimônio líquido negativo	(87.958)	(111.746)
Prejuízo do exercício	(25.816)	(39.747)

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como “Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*” na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Conforme a legislação societária brasileira, e nos termos do acordo da joint venture, a Companhia não tem a obrigação de prover recursos à Samarco. Como consequência, o investimento da Companhia na Samarco teve seu valor recuperável reduzido a zero e nenhuma provisão relacionada ao patrimônio líquido negativo da Samarco foi reconhecida.

A provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco requer o uso de premissas e estimativas, que podem alterar significativamente em função do: (i) custo para a conclusão dos programas no âmbito do Acordo Definitivo, (ii) a extensão em que a Samarco será capaz de pagar diretamente suas obrigações futuras relativas à reparação e compensação, considerando que suas projeções de fluxos de caixa dependem principalmente da capacidade da Samarco de retomar os níveis máximos de produção e dos preços das commodities, (iii) resolução de ações judiciais potenciais e já existentes, e (iv) atualizações da taxa de desconto.

Como resultado, os gastos no futuro podem diferir dos montantes provisionados e as alterações nessas estimativas podem resultar num impacto material no montante da provisão no futuro.

27. Processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos cíveis, tributários, ambientais e trabalhistas.

A Companhia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 25) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas a seguir.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado			Controladora	
	2025	2024	2023	2025	2024
Provisões tributárias	310	473	(38)	297	440
Provisões cíveis	(125)	140	341	(137)	160
Provisões trabalhistas	957	1.051	834	913	1.032
Provisões ambientais	171	17	1	168	16
Total	1.313	1.681	1.138	1.241	1.648

Movimentações nas provisões durante o exercício

	Consolidado				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.245	1.790	2.989	248	6.272
Adições e reversões, líquido	310	(125)	957	171	1.313
Pagamentos	(188)	(985)	(566)	(168)	(1.907)
Atualizações monetárias	262	170	236	8	676
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	(433)	(28)	(1)	(154)	(616)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.196	822	3.615	105	5.738

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Controladora
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.211	1.575	2.954	84	5.824
Adições e reversões, líquido	297	(137)	913	168	1.241
Pagamentos	(173)	(985)	(552)	(168)	(1.878)
Atualizações monetárias	260	150	229	8	647
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	(433)	–	–	–	(433)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.162	603	3.544	92	5.401

A Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados principalmente à incidência de Pis e Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e outros tributos. O contencioso tributário relacionado a tributos sobre o lucro está apresentado na nota explicativa 5(d).

Processos cíveis – Ações em que são discutidas: (i) indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores, e (ii) ações de natureza fundiária que se referem a imóveis operacionais da Vale.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 25) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas acima.

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Controladora	
31 de dezembro de	2025	2024	2025	2024
Processos tributários	39.715	37.122	39.030	36.309
Processos cíveis	11.617	7.891	10.255	6.444
Processos trabalhistas	2.070	1.809	1.956	1.683
Processos ambientais	6.610	6.499	4.794	4.673
Total	60.012	53.321	56.035	49.109

Os passivos contingentes relevantes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir

Processos tributários – Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relacionados ao *royalty* da mineração conhecido como CFEM. Os processos decorrem de autuações promovidas pelo Agência Nacional de Mineração ("ANM", antigo "DNPM"), cujas principais discussões envolvem a dedução dos tributos e dos custos de seguros e transportes destacados em nota fiscal na apuração da CFEM, além da incidência deste *royalty* sobre pelotas e receitas das vendas realizadas pelas controladas da Companhia no exterior. Estes processos têm prognóstico de perda possível, no montante de R\$12.662 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$11.358).

Processos tributários – PIS/COFINS

A Companhia é parte em diversas cobranças relacionadas à suposta tomada indevida de crédito de PIS e COFINS (tributos federais cobrados sobre a receita bruta das empresas). A legislação tributária brasileira autoriza que os contribuintes utilizem créditos tributários de PIS e COFINS, tais como aqueles referentes à aquisição de insumos para o processo produtivo e outras rubricas. As autoridades fiscais alegam principalmente, que (i) alguns créditos não estavam relacionados ao processo produtivo, e (ii) não foi comprovado adequadamente o direito à utilização dos créditos tributários. A Companhia está discutindo as referidas cobranças relativas aos créditos apurados a partir de

2002. As chances de perda relacionadas a estes processos classificadas como possíveis totalizam R\$15.538 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$14.397).

Processos tributários – Imposto sobre Serviços (“ISS”)

A Companhia está envolvida em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ISS em diferentes municípios brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) de que a base de cálculo utilizada estaria incorreta; (ii) ausência de recolhimento de ISS referente a serviços de administração de bens e negócios de terceiros e (iii) incidência do imposto sobre a movimentação portuária de mercadoria própria (“autosserviço”). O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$4.369 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$4.574).

Processos tributários – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”)

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ICMS e multa em diferentes estados brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) tomadas de crédito indevido; (ii) incidência do imposto nas aquisições de energia elétrica; (iii) operações relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota (“DIFAL”); e (iv) incidência do ICMS sobre transporte próprio. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é de R\$2.932 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$2.407).

Processos cíveis – Autos de infração recebidos da Agência Nacional de Mineração (“ANM”)

Em 2026 (evento subsequente), a Vale recebeu autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), relacionados à mina de Pico em Itabirito (MG), à mina de Mar Azul em Nova Lima (MG) e ao extravasamento ocorrido na cava 18 da Mina de Fábrica em Congonhas (MG), para a cobrança de multa nos valores de R\$128, R\$1.159 e R\$409, respectivamente, com base em supostas infrações previstas nas resoluções da ANM. A Companhia apresentará defesas administrativas contestando as referidas autuações, e o prognóstico de perda foi classificado como possível.

Processos cíveis – Ação Civil pública na Mina do Tamanduá

Em agosto de 2025, a Advocacia-Geral da União ajuizou uma ação civil pública contra a Vale no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sob o fundamento de suposta lavra em área fora da poligonal da Mina do Tamanduá, localizada em Nova Lima (MG). O valor do pedido é de R\$2.096 e a expectativa de perda deste processo é classificada como possível em 31 de dezembro de 2025.

Processos ambientais – Operação de minério de ferro em Itabira

A Companhia é parte em duas ações movidas pelo município de Itabira, no estado de Minas Gerais. A primeira é uma ação civil pública ajuizada pelo município de Itabira em agosto de 1996, na qual se alega que as operações da Vale de minério de ferro em Itabira causaram danos ambientais, sociais e danos relativos à suposta degradação ambiental do local, bem como requer a recuperação imediata do complexo ecológico afetado e a realização de programas ambientais compensatórios na região. Na segunda ação, ajuizada em setembro de 1996, o município de Itabira reivindica o direito de ser ressarcido pelas despesas incorridas com relação aos serviços públicos prestados em decorrência das atividades de mineração. Os danos pleiteados, atualizados desde a data da ação, totalizam R\$3.153 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$2.850). Ambas as ações se encontram em fase de instrução processual e a Companhia avaliou que o risco de perda é possível.

Processos ambientais – Ação Civil Pública de Maravilhas II e III e Forquilhas V

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e pelo município de Jeceaba solicitando a suspensão do descarte de rejeitos nas barragens de Maravilhas II e III (complexo de Vargem Grande) e Forquilhas V (complexo de Fábrica). As ações estão em curso e aguarda-se a produção de provas para posterior julgamento do processo. A Companhia entende que o risco de perda é possível. Contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação destas operações ou ações de compensação não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais – Ações relacionadas ao Porto de Tubarão

Em julho de 2006, a Associação Nacional dos Amigos do Meio Ambiente (ANAMA) ajuizou uma ação coletiva contra a Vale, o Estado do Espírito Santo, o Instituto do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo (IEMA), o Município de Vitória, a União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A ANAMA pediu uma indenização pela poluição alegadamente causada na Região Metropolitana do Município de Vitória e suspensão da licença de operação. Em 2018, a Companhia celebrou um acordo que estabeleceu investimentos para melhorar o controle das emissões atmosféricas no Porto de Tubarão e nas usinas de pelotização. Esse acordo deveria ter interrompido o prosseguimento da ação judicial. No entanto, apesar das conclusões da prova técnica judicial e da execução do acordo, em novembro de 2023, o tribunal estabeleceu que a Vale apresentasse provas técnicas complementares para avaliar a contribuição da Companhia para a qualidade do ar da região metropolitana de Vitória, no estado do Espírito Santo. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação desta operação ou ações de compensação para impedir a suspensão desta licença não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais – Acidente Stella Banner

Em dezembro de 2020, o MPF ajuizou uma ação civil pública contra a Vale buscando indenização pelos supostos danos ambientais e reembolso das despesas incorridas pelas autoridades públicas. Em abril de 2022, o MPF ajuizou uma ação penal perante a Justiça Federal contra o capitão da transportadora, a Polaris e a Vale, por suposto crime de poluição por meio do despejo não autorizado de resíduos oleosos. Em novembro de 2023, o tribunal aceitou a denúncia pelo suposto crime de poluição por meio do despejo de óleo no mar. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas não pode ser estimado com confiabilidade.

c) Depósitos judiciais

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Processos tributários	2.124	2.096	2.069	2.045
Processos cíveis	857	481	813	450
Processos trabalhistas	531	681	504	653
Processos ambientais	68	68	67	60
Total	3.580	3.326	3.453	3.208

d) Garantias contratadas para processos judiciais e administrativos

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais acima, a Companhia contratou R\$19,2 bilhões (31 de dezembro de 2024: R\$17,8 bilhões) de garantias para processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial/administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais e administrativos são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

28. Compromissos e garantias concedidas

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos relacionados a contratos de longo prazo para aquisição de matérias-primas essenciais às operações e contratação de serviços diversos no montante de R\$30.323 (2024: R\$39.761).

A Vale também possui garantias concedidas à coligadas e *joint ventures* e para obrigação de descomissionamento de ativos, que estão demonstradas a seguir:

31 de dezembro de	2025						2024		
	Valor da garantia	Caixa restrito	Passivo registrado	Valor da garantia	Caixa restrito	Passivo registrado			
Coligadas e <i>joint ventures</i>	1.284	–	1	1.299	–	1			
Obrigações para descomissionamento de ativos	6.240	–	–	6.756	–	–			
	7.524	–	1	8.055	–	1			

Garantias relacionadas para determinadas coligadas e *joint ventures* – A Companhia possui, no limite de sua participação direta ou indireta, garantias para determinadas coligadas e *joint ventures*.

Garantias relacionadas a obrigação de descomissionamento de ativos – A Companhia possui garantias financeiras para as obrigações de descomissionamento de ativos de suas operações de Vale Metais Básicos no Canadá. Adicionalmente, na Indonésia, a Companhia possui depósitos bancários para garantir a execução das obrigações de descomissionamento de ativos.

Garantia de empréstimos e financiamentos – Os *bonds* emitidos pela Companhia por meio de sua subsidiária integral Vale Overseas Limited são totalmente garantidos pela Controladora.



Estrutura de capital

29. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$77.300, correspondendo a 4.539.007.580 ações escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão e cancelamento de ações ordinárias, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Acionistas	31 de dezembro de 2025		
	Ações ordinárias	Golden shares	Total
Previ (i)	381.002.396	-	381.002.396
Mitsui&co (i)	286.347.055	-	286.347.055
Blackrock, Inc (ii)	267.178.371	-	267.178.371
Acionistas com mais de 5% do capital total	934.527.822	-	934.527.822
<i>Free floating</i>	3.334.252.319	-	3.334.252.319
<i>Golden shares</i> (iii)	-	12	12
Total em circulação (sem ações em tesouraria)	4.268.780.141	12	4.268.780.153
Ações em tesouraria	270.227.427	-	270.227.427
Capital total	4.539.007.568	12	4.539.007.580

(i) Reflete a quantidade de ações detidas pelo acionista, conforme extrato disponibilizado pelo escriturador baseado nas informações da B3.

(ii) Reflete a quantidade de ações declaradas pela Blackrock Inc. no Schedule 13G/A, arquivado na SEC.

(iii) Reflete a quantidade de ações preferenciais de classe especial ("*golden shares*") detidas pelo Governo Federal, as quais conferem poderes de veto limitado sobre determinadas deliberações da Companhia, bem como o direito de eleger e destituir um membro para o Conselho Fiscal.

Em janeiro de 2026 (evento subsequente), a *Capital World Investors* comunicou o aumento de sua participação societária na Vale S.A., passando a deter 227.690.911 ações, que representam 5,02% do total de ações emitidas.

b) Cancelamento de ações em tesouraria

Durante os exercícios de 2023, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social. Os efeitos transitaram no patrimônio líquido como "Ações em tesouraria canceladas", entre "Reserva de lucro" e "Ações em tesouraria". Não houve cancelamento de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Quantidade de ações canceladas	Custo histórico
Cancelamento aprovado no dia 2 de março de 2023	239.881.683	21
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	239.881.683	21

c) Recompra de ações

Em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 120.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses, iniciados a partir do encerramento do programa anteriormente vigente. Não houve recompra de ações em 2025.

Exercício findo em 31 de dezembro de	Quantidade de ações recompradas			Efeito nos fluxos de caixa		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Programa de recompra de até 150.000.000 de ações (i)						
Adquirido pela Controladora	-	18.251.159	1.500.000	-	1.204	109
Adquirido por subsidiárias integrais	-	12.672.414	1.500.000	-	850	110
	-	30.923.573	3.000.000	-	2.054	219
Programa de recompra de até 500.000.000 de ações (ii)						
Adquirido pela Controladora	-	-	93.638.352	-	-	6.906
Adquirido por subsidiárias integrais	-	-	88.058.750	-	-	6.468
	-	-	181.697.102	-	-	13.374
Programa de recompra de ações	-	30.923.573	184.697.102	-	2.054	13.593

(i) Em 26 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 150.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses. O programa foi encerrado em 2025.

(ii) Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 500.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses. O programa foi encerrado em 2023.

d) Destinação do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício	13.814	31.592	39.940
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(3.081)	(2.009)	(4.505)
Lucro líquido após destinação da reserva de incentivo fiscal	10.733	29.583	35.435
Remuneração mínima obrigatória (i)	3.157	8.701	10.422
Remuneração conforme política de remuneração aos acionistas (ii)	14.913	8.740	9.577
Remuneração adicional à política de remuneração aos acionistas (iii)	5.311	2.864	10.033
Remuneração adicional ao mínimo obrigatório:	20.224	11.604	19.610
Da parcela remanescente do lucro líquido do exercício	7.576	11.604	30.032
Das reservas de lucro	12.648	-	-
Total de remuneração aos acionistas	23.381	20.305	30.032
Constituição de reserva estatutária	-	9.278	5.403

(i) Remuneração mínima obrigatória correspondente à 25% do lucro líquido após destinação da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal, conforme estabelecido no estatuto social da Vale S.A.

(ii) De acordo com a política de remuneração aos acionistas da Companhia, o valor mínimo da remuneração ao acionista é de 30% do LAJIDA (EBITDA) ajustado (conforme definido na nota 3) menos os investimentos realizados em manutenção de capacidade operacional, que representaram R\$24.270 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$24.766 e 2023: R\$21.232). Portanto, a remuneração adicional para atendimento à política foi de R\$14.913.

(iii) Adicionalmente, o Conselho de Administração deliberou dividendos acima da política no valor de R\$5.311, perfazendo o total de R\$23.381 de remuneração aos acionistas.

Em 2022, o limite de 20% do capital social para constituição da reserva legal foi atingido, conforme artigo 193 da Lei 6.404 e artigo 39 do Estatuto Social da Controladora.

e) Remuneração deliberada aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Vale S.A., a remuneração mínima obrigatória aos acionistas deve representar 25% do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e reserva de incentivo fiscal. O valor deliberado sob a forma de Juros sobre o capital próprio ("JCP") é calculado incluindo o valor do imposto de renda de 15% retido na fonte. A remuneração aos acionistas foi determinada a partir das seguintes deliberações:

	Data de aprovação	Data do pagamento	Valor por ação (R\$)	Montante total deliberado
Dividendos referentes ao exercício de 2022	16/2/2023	22/3/2023	1,827	8.130
JCP referentes ao exercício de 2023	27/7/2023	1/9/2023	1,917	8.277
Dividendos e JCP referentes ao exercício de 2023	26/10/2023	1/12/2023	2,332	10.033
				26.440
Dividendos referentes ao exercício de 2023	22/2/2024	19/3/2024	2,738	11.722
JCP referentes ao exercício de 2024	25/7/2024	4/9/2024	2,094	8.940
JCP referentes ao exercício de 2024	28/11/2024	14/3/2025	0,521	2.222
				22.884
Dividendos referentes ao exercício de 2024	19/2/2025	14/3/2025	2,142	9.143
JCP referentes ao exercício de 2025	31/7/2025	3/9/2025	1,895	8.091
Dividendos referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	7/1/2026	1,244	5.311
Dividendos e JCP referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	4/3/2026	2,338	9.979
				32.524

e.i) Movimentação do saldo de dividendos a pagar

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.046
Adição por deliberação do CA em relação ao exercício anterior	9.143
Adição por deliberação do CA em antecipação a remuneração do exercício corrente	23.381
Imposto de renda sobre JCP deliberado	(1.759)
Pagamento	(18.212)
Remuneração prescrita	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.588

f) Reservas de lucro

	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva estatutária	Reserva de retenção de lucro	Reserva de remuneração adicional proposta	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.459	23.040	48.782	18.667	2.265	108.213
Destinação do resultado	-	4.505	5.403	-	12	22
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(2)	(2)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.459	27.545	32.788	18.667	11.722	106.181
Destinação do resultado	-	2.009	9.278	-	9.143	20.430
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(11.722)	(11.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.459	29.554	42.066	18.667	9.143	114.889
Destinação do resultado	-	3.081	-	-	-	3.081
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	(12.648)	(9.143)	(21.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.459	32.635	42.066	6.019	-	96.179

Reserva legal – As empresas brasileiras de capital aberto têm a obrigação de reter 5% do lucro líquido anual, até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. Em 2022, o limite de 20% do capital social para constituição da reserva legal foi atingido, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404 e artigo 39 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais – Resulta da opção de designar a parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e incentivos fiscais. O montante registrado nesta reserva refere-se substancialmente aos incentivos vinculados às subvenções destinadas a investimentos realizados no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM).

Reserva estatutária – Tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia. O Estatuto Social limita a constituição da reserva em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível, até o montante do capital social.

Reserva de retenção de lucro – É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, conforme a legislação brasileira.

Reserva de remuneração adicional proposta – Resulta da parcela da remuneração proposta pela Administração, que exceda a remuneração mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado.

Política contábil

Capital social e ações em tesouraria - A Companhia mantém ações em tesouraria para uma futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de remuneração de longo prazo dos executivos. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutoras do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Remuneração aos acionistas - A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"). O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício da Companhia, em contraposição ao pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parcela da remuneração referente aos juros sobre capital próprio a Companhia retém 15% de imposto de renda em nome dos acionistas. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição a título de JCP é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.



Partes Relacionadas

30. Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures

	Atividade principal	% de participação	31 de dezembro de 2024	Adições e capitalizações	Resultado de participações societárias	Dividendos declarados	Ajuste de conversão de moeda	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Remensuração a valor justo	Outros	31 de dezembro de 2025
Coligadas e joint ventures											
No Brasil											
	Aliança Geração de Energia S.A. (ii)	Energia	30,00	–	44	(31)	51	–	1.262	–	1.326
	Aliança Norte Energia Participações S.A.	Energia	51,00	459	–	(93)	–	–	–	–	366
	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Minério de ferro	15,00	4.104	7	(799)	(407)	–	–	(4)	3.572
	Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,00	468	–	68	(53)	–	–	–	483
	Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,89	257	–	34	(46)	–	–	–	245
	Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,90	377	–	25	(16)	–	–	29	415
	Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	51,00	800	–	116	(57)	–	–	2	861
	MRS Logística S.A.	Logística	49,01	3.659	–	762	–	–	–	–	4.421
	Samarco Mineração S.A. (nota 26)	Pelotas	50,00	–	–	–	–	–	–	–	–
	VLI S.A.	Logística	29,60	2.111	–	369	(225)	–	–	–	2.255
	Outros	–	435	8	15	(4)	–	–	–	(130)	324
No exterior											
	PT Vale Indonesia Tbk	Vale Metais Básicos	33,88	11.676	–	(175)	(67)	(1.295)	–	–	10.138
	Vale Oman Distribution Center	Logística	50,00	3.812	–	184	(305)	(423)	–	–	3.268
	Outros resultados de participações societárias (iii)				(3.190)						
	Total Consolidado		28.158	15	(1.170)	(1.603)	(2.074)	–	1.262	(104)	27.674
Controladas diretas											
No Brasil											
	Aliança Geração de Energia S.A. (i)	Energia	–	5.995	–	297	–	(5.618)	–	(674)	–
	Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	Minério de ferro	100,00	557	–	180	(122)	–	–	27	642
	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	Minério de ferro	100,00	1.401	–	135	(650)	–	–	–	886
	Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – Ágio	–	–	4.060	–	–	–	–	–	–	4.060
	Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A.	Minério de ferro	100,00	133	142	(94)	–	–	–	–	181
	Valepar – Ágio	–	–	3.073	–	–	–	–	–	–	3.073
	Outros	–	865	279	(81)	(22)	–	–	–	205	1.246
No exterior											
	Vale Holdings B.V.	Holding	100,00	108.208	–	(5.028)	–	(8.057)	–	686	95.809
	Outros	–	290	185	(154)	–	(31)	–	–	–	290
	Total Controladora		152.740	621	(4.745)	(2.397)	(10.162)	(5.618)	1.262	140	133.861

(i) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se à perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$674, alocado ao ágio no investimento da Aliança Geração de Energia S.A. (nota 31a).

(ii) Refere-se a remensuração a valor justo da parcela de 30% detida na Aliança Geração de Energia S.A., após o fechamento da transação de desinvestimento (nota 31a).

(iii) Refere-se substancialmente ao complemento da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26b).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale e utilizando as mais recentes informações financeiras disponíveis, ajustadas pelos efeitos de transações ou eventos significativos que ocorreram entre a data da informação financeira e a data das demonstrações financeiras da Companhia. As informações financeiras resumidas da Samarco estão apresentadas na nota 26.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Aliança Geração de Energia S.A.	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia Tbk	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.
Ativo circulante	1.233	1	3.544	1.556	5.548	5.051	869	4.382
Ativo não circulante	8.442	725	41.529	2.679	19.347	27.870	9.194	17.820
Total dos ativos	9.675	726	45.073	4.235	24.895	32.921	10.063	22.202
Passivo circulante	600	–	5.816	281	3.233	1.948	319	2.816
Passivo não circulante	4.655	8	15.445	4	12.641	1.051	3.208	11.768
Total dos passivos	5.255	8	21.261	285	15.874	2.999	3.527	14.584
Patrimônio líquido	4.420	718	23.812	3.950	9.021	29.922	6.536	7.618
Receita líquida	653	–	11.121	754	7.585	5.530	1.586	9.313
Lucro líquido (prejuízo)	147	(183)	4.471	479	1.555	(516)	368	1.246

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia Tbk	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.
Ativo circulante	1	4.231	2.287	5.373	7.325	548	4.868
Ativo não circulante	907	51.863	2.316	15.240	29.686	11.018	17.073
Total dos ativos	908	56.094	4.603	20.613	37.011	11.566	21.941
Passivo circulante	–	6.395	852	3.390	1.635	251	4.947
Passivo não circulante	8	12.884	5	9.757	914	3.691	9.863
Total dos passivos	8	19.279	857	13.147	2.549	3.942	14.810
Patrimônio líquido	900	36.815	3.746	7.466	34.462	7.624	7.131
Receita líquida	–	11.245	1.656	7.025	2.683	414	9.192
Lucro líquido (prejuízo)	(108)	2.162	1.050	1.416	(526)	183	1.484

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Participação de acionistas não controladores

Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das controladas com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

	31 de dezembro de 2025		
	Vale Base Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	87	–	–
Ativo não circulante	60.533	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	5.749	–	–
Total dos ativos	66.369	–	–
Passivo circulante	123	–	–
Passivo não circulante	–	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	12.450	–	–
Total dos passivos	12.573	–	–
Patrimônio líquido	53.796	–	–
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	5.380	(753)	4.627
Prejuízo	(18.301)	–	–
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(1.830)	(173)	(2.003)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	–	–	–

	31 de dezembro de 2024		
	Vale Base Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	114	–	–
Ativo não circulante	81.372	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	1.542	–	–
Total dos ativos	83.028	–	–
Passivo circulante	–	–	–
Passivo não circulante	–	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	7.180	–	–
Total dos passivos	7.180	–	–
Patrimônio líquido	75.848	–	–
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	7.585	(637)	6.948
Prejuízo	(12.813)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(1.174)	13	(1.161)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	–	1	1

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2023		
	PTVI	Outros	Total
Ativo circulante	4.285	–	–
Ativo não circulante	14.409	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	403	–	–
Total dos ativos	19.097	–	–
Passivo circulante	1.070	–	–
Passivo não circulante	1.159	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	–	–	–
Total dos passivos	2.229	–	–
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo)	16.868	–	–
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	7.742	(382)	7.360
Lucro líquido	1.027	–	–
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	721	(107)	614
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	167	41	208

Política contábil

Controladas – A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando: (i) a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (ii) tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a investida.

Transações com participações de não controladores – Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Vale são classificados como acionista não controlador (“NCI”). A Companhia trata as transações com acionistas não controladores como operações com acionistas da Companhia. Para as compras ou alienações de participações de acionistas não controladores, a diferença entre a consideração paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido em “Aquisições e baixas de acionistas não controladores”.

Perda de controle – Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Investimento em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (“joint arrangements”) – Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empreendimentos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimentos em conjunto são classificados como operações em conjunto (“joint operations”) ou empreendimentos controlados em conjunto (“joint ventures”) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As *joint operations* são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados ao *joint operation* são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment*. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Adicionalmente, as informações financeiras das coligadas e *joint ventures* utilizadas para a contabilização nas demonstrações financeiras da Companhia podem divergir das demonstrações financeiras individuais destas entidades em função de ajustes para a política contábil da Vale e em função da data-base das demonstrações financeiras individuais utilizadas.

Ajustes acumulados de conversão – A IAS 21/CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis estabelece que as diferenças de câmbio originadas por transações e saldos de operações no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido até que esta operação seja total ou parcialmente alienada. A alienação parcial de um investimento pode ser interpretada como (i) redução do percentual de participação societária; ou (ii) redução do valor absoluto do investimento por meio da redução do capital social da investida, ainda que o percentual de participação do investidor não seja alterado. Portanto, há uma opção de política contábil quanto à definição de alienação parcial.

Nesse contexto, a Companhia definiu como sua política contábil que as transações de redução de capital em investimentos no exterior devem ser tratadas através da aplicação da abordagem do valor absoluto descrita em ii) acima e, portanto, as diferenças de câmbio registradas no patrimônio líquido são reclassificadas para o resultado do exercício na mesma proporção da redução no investimento líquido devido no investimento no exterior.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Em algumas circunstâncias, julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

A Companhia detém a maioria do capital com direito a voto em quatro operações controladas em conjunto (Aliança Norte Energia Participações S.A., Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização). No entanto, em função de acordo de acionistas, a administração concluiu que a Companhia não possui direito de voto suficientemente dominante para ter o poder de direcionar as atividades dessas entidades. Como resultado, essas entidades são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial devido a acordos de acionistas onde as decisões relevantes são compartilhadas com outras partes.

31. Aquisições e desinvestimentos

Ganhos (perdas) na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de		Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Aliança Geração de Energia S.A.	31(a)	(1.146)	1.693	–	(1.146)	1.693
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	31(b)	–	3.815	–	–	3.815
Vale Oman Distribution Center	31(c)	–	6.776	–	–	–
PT Vale Indonesia Tbk	31(d)	–	5.710	–	–	–
Mineração Rio do Norte	31(f)	–	–	(420)	–	–
Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)	–	–	160	–	–
		(1.146)	17.994	(260)	(1.146)	5.508

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Caixa recebido na alienação parcial das ações da Aliança	31(a)	4.674	–	–	5.332	–
Caixa desembolsado na compra de ações da Aliança	31(a)	–	(2.737)	–	–	(2.737)
Caixa desembolsado na compra de ações da Anglo American Brasil	31(b)	–	(181)	–	–	(181)
Caixa recebido na alienação parcial das ações da VODC	31(c)	–	3.325	–	–	–
Caixa recebido na alienação parcial das ações da PTVI	31(d)	–	862	–	–	–
Caixa recebido na alienação parcial das ações da VBML	31(e)	–	12.697	–	–	–
Desembolso relacionado à venda da MRN	31(f)	–	–	(351)	–	–
Caixa recebido na venda da Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)	–	–	5.637	–	–
Contribuição de capital para a Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)	–	–	(5.983)	–	–
Recebimentos (pagamentos) provenientes da alienação e aquisição de investimentos, líquido		4.674	13.966	(697)	5.332	(2.918)

a) Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) – Em março de 2024, a Companhia celebrou acordo com a Cemig GT para a aquisição da participação de 45% detida na Aliança. A decisão foi tomada no contexto do plano de desinvestimento divulgado ao mercado pela Cemig GT em 2020, e a Vale optou por exercer seu direito preferencial de aquisição.

Em agosto de 2024, a transação foi concluída pelo valor de R\$2.737 e a Vale passou a deter 100% da participação acionária da Aliança. Como consequência, a Companhia registrou um ganho de R\$1.693 no resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2024 como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”, decorrente da remensuração ao valor justo da participação acionária detida anteriormente.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos como resultado da aquisição estão demonstrados a seguir:

	Notas	Aliança Energia 13 de agosto de 2024
Ativos identificáveis adquiridos		
Caixa e equivalentes de caixa		525
Intangíveis	15	4.602
Imobilizado	13	3.182
Outros		222
		8.531
Passivos assumidos		
Empréstimos e financiamentos	21(c)	1.360
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	1.734
Outros		780
		3.874
Ativos líquidos adquiridos		4.657

Conforme demonstrado na tabela abaixo, o passivo fiscal diferido reconhecido sobre a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos resultou em ágio, o qual não é dedutível para fins fiscais.

	Notas	13 de agosto de 2024
Contraprestação transferida pela aquisição de 45% de participação detida pela Cemig GT		2.737
Valor justo da participação acionária de 55% previamente detida pela Vale		3.346
Total [A]		6.083
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos		6.083
(-) Passivo fiscal diferido sobre a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos		(1.426)
Valor justo dos ativos adquiridos, líquido [B]		4.657
Ágio [A-B]	15	1.426

Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners ("GIP") para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves.

Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$674 no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos", que foi alocada ao ágio (nota 15) originado na aquisição da Aliança.

Em setembro de 2025, os ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves foram transferidos da Vale S.A. para a Aliança, e a Companhia concluiu a referida transação pelo valor de R\$4.616 (US\$871 milhões), composto por um recebimento de caixa de R\$5.332 (US\$1.006 milhões), líquido de uma redução de R\$716 (US\$135 milhões) no investimento remanescente na Aliança em função de um empréstimo assumido pela investida no contexto da transação.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu uma perda de R\$472 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos", e perdeu o controle sobre a Aliança. Consequentemente, a Companhia não irá mais consolidar a Aliança, sendo a participação remanescente contabilizada como uma coligada, por meio do método da equivalência patrimonial. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	Setembro de 2025
Caixa recebido	5.332
Reconhecimento do investimento remanescente de 30% a valor justo	1.262
(-) Desreconhecimento dos ativos líquidos da Aliança	(7.066)
Perda na transação	(472)

b) Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. ("Anglo American Brasil") – Em fevereiro de 2024, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Anglo American plc para a compra de 15% da Anglo American Brasil, empresa que atualmente detêm o complexo Minas-Rio ("Minas-Rio"), no Brasil. A transação foi concluída em dezembro de 2024 e, nos termos do acordo, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de R\$4.573 (US\$750 milhões) e realizou um desembolso de R\$181 (US\$30 milhões). Adicionalmente, dependendo dos preços de minério de ferro nos próximos quatro anos, poderá haver um ajuste no preço da transação, o qual será reconhecido no resultado da Companhia, se houver.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu um ganho de R\$3.815 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina, os quais foram aportados na Anglo American Brasil como parte da contraprestação pela participação societária adquirida.

A Companhia também receberá sua parcela proporcional da produção do Minas-Rio, além de deter uma opção de compra de uma participação adicional de 15% na operação. O preço de exercício da opção será o valor justo, calculado no momento do exercício.

A partir da aquisição, a Anglo American Brasil passou a ser uma coligada, sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pela Vale na investida.

c) Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center ("VODC") – A VODC opera um terminal marítimo com acesso ao Porto de Sohar, em Omã, com um amplo cais de águas profundas e um centro integrado de *blending* e distribuição de minério de ferro com capacidade nominal de 40 milhões de toneladas por ano.

Em agosto de 2024, a Companhia estabeleceu uma joint venture com a AP Oryx Holdings LLC ("Apollo") por meio de um acordo vinculante para a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da VODC, pelo valor de R\$3.325 (US\$600 milhões). A transação foi concluída em setembro de 2024, reduzindo a participação da Vale na VODC de 100% para 50% e alterando sua condição de subsidiária para *joint venture*.

Com a transação, a Vale compartilhou o controle sobre a VODC com a Apollo e, a partir de então, não irá mais consolidar a VODC, que será contabilizada como uma *joint venture* pelo método de equivalência patrimonial.

Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$6.776 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de R\$3.078, (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de R\$3.078 e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$620. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

26 de setembro de 2024	
Venda de 50% de participação	
Contraprestação recebida	3.325
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(247)
Ganho com a venda de participação	3.078
Remensuração da participação de 50% remanescente	
Reconhecimento do investimento remanescente de 50% a valor justo	3.325
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(247)
Ganho com a remensuração de participação	3.078
Outros efeitos da desconsolidação	
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	620
Ganho na transação registrado no resultado	6.776

d) Desinvestimento na PT Vale Indonesia Tbk ("PTVI") – Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PTVI em aproximadamente 10,5%. O desinvestimento foi realizado por meio da: (i) emissão de novas ações pela PTVI, diluindo a participação da Vale em 2,1% e, (ii) por meio da venda direta pela Vale de 8,4% de ações para a MIND ID. Com a conclusão da transação, a MIND ID se tornou a maior acionista da PTVI, detendo aproximadamente 34,0% das ações emitidas, com a Companhia e a SMM detendo aproximadamente 33,9% e 11,5%, respectivamente. A conclusão da transação satisfaz uma condição fundamental para que a PTVI prolongasse sua licença de mineração até 2035, com possibilidade de estender a licença para além deste período condicionada ao atendimento de determinados requisitos.

Com a transação, a Vale recebeu R\$862 (US\$155 milhões) por suas ações e perdeu o controle sobre a PTVI, que passou a ser contabilizada como uma coligada pelo método de equivalência patrimonial, devido a influência significativa detida pela Vale.

Como resultado, em junho de 2024, a Companhia reconheceu um ganho de R\$5.710 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho foi derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de R\$5.728 e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de R\$3.654, líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de R\$3.672. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	28 de junho de 2024
Contraprestação recebida	862
Investimento remanescente de 33,9% a valor justo (i)	10.621
Efeitos da desconsolidação:	
Desreconhecimento dos ativos líquidos da PTVI	(20.551)
Ganho com o desreconhecimento da participação de acionistas não controladores	9.050
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	5.728
Ganho na transação registrado no resultado	5.710

(i) O valor justo do investimento remanescente de 33,9% foi estimado com base em laudo emitido por avaliador externo. O laudo considerou o método de fluxo de caixa descontado. As premissas chave utilizadas foram (i) taxa de desconto de 7,75% com prêmio de risco incremental de aproximadamente 1,00% para determinados ativos, (ii) vida útil dos ativos até 2065, e (iii) intervalo de preços projetados para níquel entre US\$/t 17.501 e US\$/t 21.000.

e) Parceria estratégica no negócio de Vale Metais Básicos – Em julho de 2023, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Manara Minerals, uma *joint venture* formada pela Ma’aden and Saudi Arabia’s Public Investment Fund, na qual a Manara Minerals faria um investimento na Vale Base Metals Limited (“VBM”), a holding do negócio de Vale Metais Básicos. Ao mesmo tempo, Vale e Engine No. 1 celebraram outro acordo vinculante para investimento na VBM.

Em abril de 2024, a Companhia concluiu a transação com a Manara Minerals para venda de 10% da Vale Base Metals Limited (“VBM”), pelo valor de R\$12.697 (US\$2.455 milhões), que foi integralmente capitalizado na VBM, diluindo a Vale para uma participação acionária de 90%, mantendo o controle sob a VBM. Com isso, a Vale reconheceu um ganho pela venda no valor de R\$4.593 no patrimônio líquido, com efeito atribuído aos acionistas não controladores de R\$7.828, apresentados como “Transações com acionistas não controladores”.

Adicionalmente, em abril de 2024, a Vale e Engine No. 1 concordaram em não seguir com os termos e condições previamente acordados e essa transação foi descontinuada, sem penalidades para ambas as partes.

f) Mineração Rio do Norte S.A. (“MRN”) – Em novembro de 2023, a Vale concluiu a venda de sua participação de 40% na MRN, que estava integralmente provisionada por *impairment* desde 2021, para a Ananke Alumina S.A. (“Ananke”), uma subsidiária da Norsk Hydro ASA. Na conclusão da transação, a Vale pagou R\$351 para o comprador, resultando em uma perda de R\$420 registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 como “Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”.

g) Vale Oman Pelletizing Company LLC (“VOPC”) – Em fevereiro de 2023, o OQ Group exerceu a opção de venda de sua participação minoritária de 30% detida na VOPC. Como resultado, em abril de 2023, a Companhia concluiu a transação e adquiriu a participação minoritária anteriormente detida pelo OQ Group por R\$653 (US\$130 milhões), resultando em um ganho de R\$15, registrado no patrimônio líquido como “Transações com acionistas não controladores”, uma vez que se trata de uma transação entre acionistas. Após o fechamento, a Vale passou a deter 100% do capital social da VOPC.

h) Venda da Companhia Siderúrgica do Pecém (“CSP”) – Em julho de 2022, a Companhia assinou, em conjunto com os demais acionistas da CSP, um acordo vinculante com a ArcelorMittal Brasil S.A. (“ArcelorMittal”) para a venda da CSP. Com base nos termos do acordo, a Companhia reconheceu um *impairment* do valor integral do investimento no valor de R\$553 e uma provisão para perda de contas a receber com a CSP no valor de R\$132, ambos registrados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em março de 2023, a Companhia concluiu a venda de sua participação na CSP para a ArcelorMittal. O valor recebido de R\$5.637 foi integralmente utilizado para pagar antecipadamente a dívida líquida da CSP, no valor de R\$5.983, e o restante da dívida foi liquidado pelos acionistas, desta maneira, a Vale desembolsou R\$346 para a conclusão da transação. Com isso, a Companhia também desreconheceu o saldo remanescente do passivo financeiro relacionado à garantia concedida à CSP e registrou um ganho no valor de R\$160 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado como “Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”.

Política contábil

Combinação de negócios - O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente se a aquisição for de instrumentos patrimoniais ou de outros ativos. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia; (iv) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente; e (v) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na controlada.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece toda participação de não controlador em uma entidade adquirida, pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

Operação descontinuada - A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

32. Benefícios a empregados

		Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos sociais e outras remunerações	32(a)	5.580	5.783	–	–
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	32(b)	280	98	–	–
Obrigações com benefícios de aposentadoria	32(c)	374	385	6.680	6.925
		6.234	6.266	6.680	6.925

		Controladora			
		Passivo circulante		Passivo não circulante	
31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos sociais e outras remunerações	32(a)	3.862	3.743	–	–
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	32(b)	21	46	–	–
Obrigações com benefícios de aposentadoria	32(c)	142	136	2.489	2.205
		4.025	3.925	2.489	2.205

a) Programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”)

A Companhia registrou gastos com participação nos lucros e resultados no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e em outras despesas operacionais nos montantes de R\$3.498, R\$3.304 e R\$2.797 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Remuneração Associada a Metas de Desempenho ESG

Atualmente, a Companhia alinha os programas de remuneração à estratégia de negócios e ao objetivo de tornar a Vale uma companhia mais segura. Desde 2020, a Companhia está seguindo novos padrões para remuneração dos executivos. Para remuneração de curto prazo, pelo menos 30% das metas de desempenho são orientadas por métricas ESG e diretamente relacionadas a metas de segurança, gestão de riscos e sustentabilidade.

b) Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui programas de incentivo de longo prazo que incluem o Programa *Matching* e o Programa de Ações Virtuais (“PAV”) para os executivos elegíveis, cujo objetivo é incentivar a permanência dos empregados e estimular o desempenho. O valor justo dos programas é reconhecido em base linear no resultado, com contrapartida no patrimônio líquido, durante o período de serviço exigido de três anos, líquido das perdas estimadas.

Programa *Matching*

No Programa *Matching*, os participantes podem adquirir ações ordinárias da Vale no mercado. Se as ações adquiridas forem mantidas por um período de três anos, obedecendo as regras do programa, o participante tem o direito de receber da Vale um prêmio em ações, equivalente à quantidade de ações originalmente adquiridas.

O valor justo do programa *Matching* foi estimado utilizando o preço da ação e ADR da Companhia e a quantidade de ações concedidas na data da outorga.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	2.453.783	2.244.659	1.330.503
Preço da ação	57,69	60,05	81,82

Programa de Ações Virtuais (“PAV”)

No Programa PAV, os executivos elegíveis podem vir a receber, após um ciclo de três anos, uma premiação em ações ordinárias condicionadas ao fator de desempenho da Vale medido com base em indicadores de retorno total aos acionistas (“TSR”), ROIC e Ambiental, Social e Governança (“ESG”).

O valor justo do programa PAV foi mensurado estimando-se o fator de desempenho utilizando simulações de Monte Carlo para o Indicador de retorno aos acionistas e indicadores de saúde e segurança e de sustentabilidade. As premissas utilizadas para as simulações de Monte Carlo estão demonstradas na tabela abaixo bem como o resultado utilizado para o cálculo do valor esperado do fator de desempenho total.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	1.973.979	1.873.175	1.177.755
Data da outorga das ações	6 de maio, 2025	29 de abril, 2024	2 de janeiro, 2023
Preço da ação	53,00	63,90	88,88
Volatilidade esperada	33,82%	35,60%	48,33%
Prazo previsto (em anos)	3	3	3
Indicador de retorno aos acionistas esperado	87,67%	66,95%	72,42%
Fator de performance esperado	111,14%	112,13%	83,21%

c) Obrigações com benefícios de aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os planos do Brasil são os seguintes:

Plano de benefícios Vale Mais (“Vale Mais”) e plano de benefícios Valiaprev (“Valiaprev”) – Os empregados da Companhia participantes da Valia estão associados, em sua maioria, ao plano Vale Mais, que tem componente de benefício definido (benefício saldado oriundo do antigo Plano BD e benefício específico para cobertura por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença) e componente de contribuição definida (para benefícios programáveis). O plano Valiaprev é semelhante ao plano Vale Mais, com exceção de não ter o benefício saldado e benefício de auxílio-doença. Os planos Vale Mais e Valiaprev estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Plano de benefício definido (“Plano BD”) – O Plano BD está fechado para novas adesões desde o ano 2000, quando foi implantado o Vale Mais. É um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase exclusivamente aposentados e seus beneficiários. O plano estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as contribuições realizadas pela Companhia para seu custeio não são materiais.

Plano de benefício Abono complementação – A Companhia patrocina um grupo específico de ex-empregados com direito a receber pagamentos suplementares aos benefícios normais da Valia. O plano Abono complementação estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros benefícios – A Companhia patrocina planos de assistência médica para funcionários que atendam critérios específicos e para funcionários participantes do plano Abono complementação. Apesar de não serem planos específicos de aposentadoria, são utilizados cálculos atuariais para calcular as obrigações futuras. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No exterior, os planos são administrados de acordo com suas regiões. Estão divididos entre planos no Canadá, Estados Unidos da América e Reino Unido. Os planos de pensão no Canadá são compostos de um benefício definido e um componente de contribuição definida. Atualmente os planos de benefício definido não permitem novas adesões. A maioria dos planos de benefício definido no exterior estavam deficitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo que dois planos estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em dezembro de 2023, a Companhia celebrou determinados contratos de anuidade (“*annuity contracts*”) para transferir R\$4.178 em obrigações de plano de pensão e seus ativos associados. Esta transação resultou na liquidação e remensuração do plano de pensão e, como consequência, a Companhia reconheceu uma perda de R\$25, sem efeito caixa, na demonstração do resultado como “Outras despesas”, mensurada pela diferença entre o prêmio e as obrigações transferidas.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

i. Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado	Controladora
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2023	32.849	18.460
Custo do serviço	227	29
Custo do serviço passado	(9)	–
Custo de juros	2.284	1.541
Benefícios pagos	(3.576)	(2.420)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(1.791)	(1.813)
Custo administrativo e impostos	56	–
Ajuste de conversão	2.589	–
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2024	32.629	15.797
Custo do serviço	196	15
Custo de juros	2.385	1.702
Benefícios pagos	(3.312)	(2.328)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	190	547
Custo administrativo e impostos	38	–
Ajuste de conversão	(1.105)	–
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2025	31.021	15.733

ii. Evolução do valor justo dos ativos

	Consolidado	Controladora
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	31.337	20.040
Receita de juros	2.260	1.671
Contribuições do empregador	554	212
Benefícios pagos	(3.576)	(2.420)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(1.370)	(2.028)
Ajuste de conversão	2.123	–
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	31.328	17.475
Receita de juros	2.482	1.906
Contribuições do empregador	424	216
Benefícios pagos	(3.312)	(2.328)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(22)	161
Ajuste de conversão	(793)	–
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	30.107	17.430

iii. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação do teto do ativo				
Saldo no início do exercício	5.329	5.194	4.019	4.323
Receita de juros	575	403	430	356
Mudanças no teto do ativo	(338)	(442)	(285)	(660)
Ajuste de conversão	(79)	174	–	–
Saldo no final do exercício	5.487	5.329	4.164	4.019
Valor reconhecido no balanço patrimonial				
Valor presente das obrigações atuariais	(31.021)	(32.629)	(15.733)	(15.797)
Valor justo dos ativos	30.107	31.328	17.430	17.475
Efeito do limite do ativo (teto)	(5.487)	(5.329)	(4.164)	(4.019)
Passivos, líquidos	(6.401)	(6.630)	(2.467)	(2.341)
Ativo circulante	166	–	164	–
Ativo não circulante	487	680	–	–
Ativo	653	680	164	–
Passivo circulante	(374)	(385)	(142)	(135)
Passivo não circulante	(6.680)	(6.925)	(2.489)	(2.206)
Passivo	(7.054)	(7.310)	(2.631)	(2.341)

iv. Custos reconhecidos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		
	2025	2024	2023
Custo do serviço	196	227	197
Despesa de juros	2.385	2.284	2.465
Receita de juros	(2.482)	(2.260)	(2.562)
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	575	403	522
Outros	–	22	69
Total dos custos líquidos	674	676	691

Exercício findo em 31 de dezembro de	Controladora	
	2025	2024
Custo do serviço	15	29
Despesa de juros	1.702	1.541
Receita de juros	(1.906)	(1.671)
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	430	356
Total dos custos líquidos	241	255

v. Custos reconhecidos na demonstração do resultado abrangente

	Consolidado		
Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	(178)	(944)	(560)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(190)	1.791	(3.209)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(22)	(1.370)	1.646
Mudança de teto de ativo	338	442	1.100
Outros	(7)	(9)	(40)
	119	854	(503)
Imposto de renda diferido	(14)	(271)	172
Resultado abrangente do exercício	105	583	(331)
Ajuste de conversão	(73)	183	(53)
Resultado abrangente acumulado	(146)	(178)	(944)

	Controladora	
Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Saldo no início do exercício	(1.268)	(1.569)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(547)	1.813
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	161	(2.028)
Mudança de teto de ativo	285	660
Outros	2	8
	(99)	453
Imposto de renda diferido	34	(152)
Resultado abrangente do exercício	(65)	301
Resultado abrangente acumulado	(1.333)	(1.268)

vi. Riscos relacionados aos planos

Os administradores dos planos possuem o compromisso destacado no planejamento estratégico de fortalecer os controles internos e a gestão de riscos. São realizadas auditorias, avaliações dos controles internos e estudos técnicos, que visam a mitigação dos seguintes riscos:

Legal - Ações judiciais: emissão de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível), com foco na decisão administrativa dos provisionamentos. Promover e acompanhar as adequações às novas obrigações legais e monitoramento do cumprimento das obrigações legais estabelecidas. *Due diligence* de terceiros sob a ótica do Programa de Integridade.

Atuarial - A avaliação atuarial anual dos planos de benefícios compreende a avaliação de encargos, receitas e adequação dos planos de custeio. Estudo técnico de aderência das premissas adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios elaborado por atuário externo, conforme legislação vigente. Acompanhamento das premissas biométricas, demográficas e econômico-financeiras.

Mercado - São realizados estudos técnicos de alocação com objetivo de avaliar carteiras de investimentos das diversas obrigações dos planos e projetar o resultado futuro dessas carteiras. Para as obrigações tipo benefício definido são realizados estudos de *Asset Liability Management* (estudo de Gestão de Ativos e Passivos), enquanto para as obrigações tipo contribuição definida há estudos de fronteira eficiente (perfis de investimento) e de *glidepath* (ciclos de vida). Monitoramento periódico do risco de mercado de curto prazo dos planos a partir de indicadores de risco (VaR - Valor em Risco, *Benchmark VaR*, *Máximo Drawdown*, Testes de *Stress*, dentre outras).

Crédito - Classificação de risco dos títulos de emissores corporativos e bancários a partir de avaliações quantitativas e qualitativas do risco de crédito do emissor, do ativo e suas garantias, desde a aquisição até o vencimento. Esse *rating* interno sensibiliza as provisões para perdas de risco de crédito, assim como a inadimplência verificada, conforme legislação vigente. As provisões para perdas dos empréstimos com participantes são realizadas a partir da inadimplência verificada nos pagamentos.

Liquidez – Estudo técnico de liquidez dos planos com obrigações tipo benefício definido, com foco no longo prazo, cujo objetivo é de verificar a suficiência dos ativos no cumprimento das obrigações do plano. Monitoramento da liquidez de curto prazo com foco nas disponibilidades para cumprimento das obrigações dos planos para os próximos anos. As carteiras das obrigações tipo contribuição definida (perfis de investimentos e ciclos de vida) possuem ativos disponíveis para venda a qualquer tempo em situações normais de mercado.

vii. Hipóteses atuariais e econômicas e análise de sensibilidade

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, mortalidade e invalidez.

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

31 de dezembro de		Brasil		Exterior	
		2025	2024	2025	2024
Taxa média nominal de desconto	10,27% - 11,70%	11,07% - 12,12%	4,85% - 4,90%	4,66% - 4,72%	
Taxa média nominal para determinar despesa / receita	10,38% - 11,70%	11,07% - 12,12%	4,66% - 4,72%		4,61%
Taxa média nominal de crescimento salarial	2,90% - 5,57%	3,50% - 5,57%		3,00%	3,10%
Taxa média nominal de reajuste de benefício	3,41% - 4,00%	3,50% - 4,25%		3,00%	3,00%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos – hipótese inicial	5,99%	6,61%		4,50%	4,50%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos – hipótese final	5,99%	6,61%		4,50%	4,39%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	2,90% - 4,00%	3,50% - 4,25%		2,06%	2,08%

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de 1,0% na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia. Os efeitos desta análise no passivo atuarial da Companhia e as premissas adotadas são os seguintes:

31 de dezembro de		Brasil	Exterior
		2025	2025
Taxa nominal de desconto – aumento de 1%			
Passivo atuarial após sensibilidade		15.213	13.611
Premissa adotada		11,98%	5,87%
Taxa nominal de desconto – redução de 1%			
Passivo atuarial após sensibilidade		16.862	17.099
Premissa adotada		9,81%	3,87%

viii. Ativos dos planos

Os ativos dos planos brasileiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem respectivamente (i) investimentos em carteira de ações e outros instrumentos da Vale no valor de R\$0 e R\$145 que estão apresentados como “carteira própria dos planos” e (ii) investimentos em títulos e valores mobiliários do governo federal no valor de R\$27.320 e R\$24.428, que estão apresentados como “títulos de dívida – Governo”.

Os ativos dos planos no exterior em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem títulos e valores mobiliários do governo do Canadá no valor de R\$4.765 e R\$3.139, respectivamente.

ix. Ativos por categoria

Os ativos por categoria são os seguintes:

31 de dezembro de	Consolidado							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	–	358	–	358	–	223	–	223
Títulos em ações	–	–	–	–	979	–	–	979
Título de dívida – Corporativo	–	184	–	184	–	1.918	–	1.918
Título de dívida – Governo	14.746	2.173	2.592	19.511	15.736	3.065	–	18.801
Fundo de investimento em renda fixa	8.550	–	–	8.550	7.215	–	–	7.215
Fundo de investimento em ações	1.432	–	–	1.432	2.329	6	–	2.335
Fundo de investimento internacional	399	–	396	795	341	–	725	1.066
Fundo de investimento de empresas não listadas	–	–	1.023	1.023	–	285	267	552
Fundo imobiliário	–	847	429	1.276	–	–	–	–
Empreendimento imobiliário	–	–	1.014	1.014	–	–	1.578	1.578
Empréstimos de participantes	–	–	998	998	–	–	885	885
Outros	–	–	5.789	5.789	–	–	6.440	6.440
Total	25.127	3.562	12.241	40.930	26.600	5.497	9.895	41.992
Fundos não relacionados aos planos de risco (i)				(10.823)				(10.664)
Valor justo do plano de ativos no ano				30.107				31.328

31 de dezembro de	Controladora							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos em ações	–	–	–	–	13	–	–	13
Título de dívida – Corporativo	–	184	–	184	–	314	–	314
Título de dívida – Governo	14.746	–	–	14.746	15.662	–	–	15.662
Fundo de investimento em renda fixa	8.550	–	–	8.550	7.215	–	–	7.215
Fundo de investimento em ações	1.432	–	–	1.432	2.329	–	–	2.329
Fundo de investimento internacional	399	–	–	399	341	–	–	341
Fundo de investimento de empresas não listadas	–	–	197	197	–	–	267	267
Empreendimento imobiliário	–	–	1.014	1.014	–	–	1.114	1.114
Empréstimos de participantes	–	–	998	998	–	–	885	885
Total	25.127	184	2.209	27.520	25.560	314	2.266	28.140
Fundos não relacionados aos planos de risco (i)				(10.090)				(10.666)
Valor justo do plano de ativos no ano				17.430				17.475

(i) Investimentos financeiros não relacionados à cobertura dos planos. Os fundos referem-se a empresas não consolidadas pelo grupo e auto contribuições de empregados.

A mensuração de ativos dos planos a valor justo com variáveis não observáveis de mercado (nível 3) é a seguinte:

Consolidado

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de investimento internacional	Fundo imobiliário	Empreendimento imobiliário	Empréstimos de participantes	Títulos de dívida - Governo	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.238	-	-	1.551	790	-	634	4.213
Transferência	(987)	987	-	-	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos do plano	(65)	(280)	-	4	126	-	(22)	(237)
Ativos comprados	1	-	-	18	332	-	-	351
Ativos vendidos durante o exercício	(21)	-	-	(67)	(363)	-	-	(451)
Ajuste de conversão	101	18	-	72	-	-	846	1.037
Transferência entre níveis de valor justo	-	-	-	-	-	-	4.982	4.982
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267	725	-	1.578	885	-	6.440	9.895
Transferência	-	(257)	419	(419)	-	257	-	-
Retorno sobre os ativos do plano	69	-	17	16	132	-	67	301
Ativos comprados	838	6	-	212	1.336	2.374	-	4.766
Ativos vendidos durante o exercício	(140)	-	-	(327)	(1.355)	-	-	(1.822)
Ajuste de conversão	(11)	(78)	(7)	(46)	-	(39)	(718)	(899)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.023	396	429	1.014	998	2.592	5.789	12.241

Controladora

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Empreendimento imobiliário	Empréstimos de participantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352	1.153	790	2.295
Retorno sobre os ativos do plano	(65)	10	126	71
Ativos comprados	1	18	332	351
Ativos vendidos durante o exercício	(21)	(67)	(363)	(451)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267	1.114	885	2.266
Retorno sobre os ativos do plano	69	16	132	217
Ativos comprados	1	212	1.336	1.549
Ativos vendidos durante o exercício	(140)	(328)	(1.355)	(1.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	197	1.014	998	2.209

x. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar R\$316 no exercício de 2026 com os planos de pensão e outros benefícios.

xi. Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
2026	1.931	1.693
2027	1.947	1.703
2028	1.957	1.707
2029	2.016	1.711
2030	2.017	1.712
2031 e posteriormente	9.744	8.438

Política contábil

i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo – programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”) tendo como base contribuições das equipes e das unidades de negócio e o desempenho global da Companhia através da geração de caixa operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo – pagamento baseado em ações

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (Programa Matching e Programa de Ações Virtuais – PAV), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. Os programas de remuneração de longo prazo com base em ações são liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total das despesas é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas.

iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Para os planos superavitários, a Companhia reconhece os ativos líquidos limitados ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições, levando em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Para os planos deficitários, a Companhia reconhece os passivos líquidos. Os ganhos ou perdas no reconhecimento/remensuração dos referidos ativos/passivos líquidos são registrados no resultado do exercício ou no resultado abrangente, quando advindos da avaliação atuarial.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados – Os valores registrados dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetam os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão

33. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As receitas de venda líquidas referem-se à venda de minério de ferro para as siderúrgicas e ao direito de uso da capacidade das ferrovias. Os custos e despesas operacionais referem-se principalmente aos pagamentos variáveis dos arrendamentos das plantas de pelotização.

Compras, contas a receber, outros ativos, contas a pagar e outros passivos referem-se principalmente a valores cobrados pelas *joint ventures* e coligadas relacionadas aos arrendamentos operacionais das plantas de pelotização e serviços de transporte ferroviário.

a) Transações com partes relacionadas

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025			2024			2023		
	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro
Coligadas e Joint Ventures									
Companhia Siderúrgica do Pecém	–	–	–	–	–	–	484	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	–	–	–	(323)	–	–	(627)	–
Companhias de Pelotização (i)	–	(207)	(203)	–	(1.661)	(139)	–	(1.132)	(194)
MRS Logística S.A.	–	(2.557)	–	–	(2.311)	–	–	(2.246)	–
Norte Energia S.A.	–	(388)	–	1	(357)	–	–	(532)	–
Vale Oman Distribution Center (ii)	–	(1.539)	–	–	(377)	–	–	–	–
VLI	1.786	(270)	(26)	1.933	(140)	(13)	1.598	(146)	(13)
PTVI	–	(3.575)	–	–	(2.265)	–	–	–	–
Anglo American	–	(1.289)	71	–	–	–	–	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(338)	–	–	–	–	–	–	–
Outros	146	(4)	–	156	(43)	1	157	(55)	5
	1.932	(10.167)	(158)	2.090	(7.477)	(151)	2.239	(4.738)	(202)
Acionistas									
Bradesco	–	–	1.240	–	–	(2.287)	–	–	1.018
Mitsui	820	–	–	1.340	–	–	1.393	–	–
Cosan	46	(93)	–	18	(18)	–	52	(56)	–
Banco do Brasil	–	–	51	–	–	8	–	–	2
	866	(93)	1.291	1.358	(18)	(2.279)	1.445	(56)	1.020
Total	2.798	(10.260)	1.133	3.448	(7.495)	(2.430)	3.684	(4.794)	818

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025			2024		
	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro
Controladas						
Vale International	111.383	–	(3.509)	120.251	–	(2.641)
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(485)	–	–	(303)	–
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	5	(590)	–	5	(454)	–
Fundo de investimento em direitos creditórios	–	–	(367)	–	–	(308)
Outros	257	(340)	63	168	(172)	3
	111.645	(1.415)	(3.813)	120.424	(929)	(2.946)
Coligadas e Joint Ventures						
Aliança Geração de Energia S.A.	–	–	–	–	(323)	–
Companhias de Pelotização (i)	–	(207)	(33)	–	(1.661)	(40)
MRS Logística S.A.	–	(2.557)	–	–	(2.311)	–
Norte Energia S.A.	–	(388)	–	1	(357)	–
VLI	1.786	(212)	(26)	1.933	(93)	(13)
Anglo American	–	(1.289)	1	–	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(338)	–	–	–	–
Outros	146	(4)	–	156	(37)	1
	1.932	(4.995)	(58)	2.090	(4.782)	(52)
Acionistas						
Bradesco	–	–	1.236	–	–	(2.301)
Cosan	20	(67)	–	14	(18)	–
Banco do Brasil	–	–	50	–	–	4
	20	(67)	1.286	14	(18)	(2.297)
Total	113.597	(6.477)	(2.585)	122.528	(5.729)	(5.295)

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

(ii) Em 2023, a Vale Oman Distribution Center era uma controlada indireta da Vale S.A.

b) Saldos em aberto com partes relacionadas

31 de dezembro de	Consolidado					
	Ativo					
	2025			2024		
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	–	–	38	–	–	210
MRS Logística S.A.	–	1	49	–	79	201
VLI	–	224	–	–	119	–
PTVI	–	4	–	–	3	–
Anglo American	–	–	1.397	–	–	923
Outros	–	34	47	–	30	10
	–	263	1.531	–	231	1.344
Acionistas						
Bradesco	5.522	–	449	1.616	–	100
Banco do Brasil	1.024	–	50	134	–	–
Mitsui	–	271	–	–	41	–
Cosan	–	–	–	–	16	–
	6.546	271	499	1.750	57	100
Fundo de pensão	–	97	–	–	97	–
Total	6.546	631	2.030	1.750	385	1.444

31 de dezembro de	Consolidado			
	Passivo			
	2025		2024	
	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos
Coligadas e Joint Ventures				
Companhias de Pelotização (i)	156	1.293	304	1.803
MRS Logística S.A.	136	–	198	–
Vale Oman Distribution Center	271	–	271	–
VLI	16	446	11	292
PTVI	319	–	414	–
Anglo American	152	–	–	–
Outros	236	1	151	1
	1.286	1.740	1.349	2.096
Acionistas				
Cosan	–	–	5	–
Bradesco	–	133	–	1.008
	–	133	5	1.008
Fundo de pensão	–	–	66	–
Total	1.286	1.873	1.420	3.104

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de	Controladora					
	Ativo					
	2025			2024		
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber, Instrumentos financeiros e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber, Instrumentos financeiros e outros ativos
Controladas						
Vale International S.A.	–	12.332	–	–	24.768	–
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	–	–	76	–	–	285
Salobo Metais	–	1.156	–	–	1.165	–
Outros	–	27	74	–	58	185
	–	13.515	150	–	25.991	470
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	–	–	38	–	–	210
MRS Logística S.A.	–	1	3	–	79	38
VLI	–	224	–	–	119	–
Anglo American	–	–	34	–	–	–
Outros	–	34	47	–	30	10
	–	259	122	–	228	258
Acionistas						
Bradesco	2.540	–	449	945	–	100
Cosan	–	–	–	–	13	–
Banco do Brasil	523	–	50	38	–	–
	3.063	–	499	983	13	100
Fundo de pensão	–	97	–	–	97	–
Total	3.063	13.871	771	983	26.329	828

31 de dezembro de	Controladora					
	Passivo					
	2025			2024		
	Fornecedores e empreiteiros	Pré-Pagamentos de Exportação	Instrumentos financeiros e outros passivos	Fornecedores e empreiteiros	Pré-Pagamentos de Exportação	Instrumentos financeiros e outros passivos
Controladas						
Vale International S.A.	–	65.515	5.296	–	73.707	5.923
Salobo Metais	9	–	135	9	–	135
Fundo de investimento em direitos creditórios	–	–	2.285	–	–	3.380
Outros	148	–	127	205	–	138
	157	65.515	7.843	214	73.707	9.576
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	156	–	–	304	–	–
MRS Logística S.A.	136	–	–	198	–	–
VLI	14	–	446	10	–	292
Anglo American	152	–	–	–	–	–
Outros	185	–	1	99	–	1
	643	–	447	611	–	293
Acionistas						
Bradesco	–	–	133	–	–	1.008
Cosan	–	–	–	2	–	–
	–	–	133	2	–	1.008
Fundo de pensão	–	–	–	61	–	–
Total	800	65.515	8.423	888	73.707	10.877

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Benefícios de curto prazo:			
Salários	44	53	54
Benefícios direto e indireto	5	7	7
Programa de participação nos lucros e resultados ("PLR")	35	57	53
	84	117	114
Benefícios de longo prazo:			
Baseado em ações	49	57	68
Indenização	46	18	10
	179	192	192



Base de preparação e outros requerimentos

34. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*"), quando aplicável. Os ativos não circulantes mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Todas as informações materiais das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

O Conselho de Administração autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia de 12 de fevereiro de 2026.

a) Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

CPC 51 – Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e que substituirá o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO) é efetiva a partir destas demonstrações financeiras. Não houve alterações materiais nas políticas contábeis da Vale em função da referida orientação técnica.

Outras normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Algumas outras normas, alterações, interpretações e orientações contábeis foram emitidas recentemente, porém, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

b) Demonstração do Valor Adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. A lista das investidas mais relevantes, incluindo controladas, coligadas e *joint ventures*, bem como, as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, estão descritas na nota 30.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Vale opera ("moeda funcional"). A moeda funcional das principais controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar americano ("US\$").

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das controladas com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio final de cada exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente como "Ajustes de conversão".

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no resultado abrangente e acumuladas no patrimônio líquido são reclassificadas para o resultado do exercício. A política contábil aplicada está descrita na nota 30.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de controladas com moeda diferente da moeda funcional da Vale foram:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Taxa final			Taxa média		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Dólar Americano ("US\$")	5,5024	6,1923	4,8413	5,5855	5,3920	4,9954
Dólar Canadense ("CAD")	4,0187	4,3047	3,6522	3,9981	3,9342	3,7026
Euro ("EUR")	6,4692	6,4363	5,3516	6,3095	5,8340	5,4023

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Tributos diferidos sobre o lucro e posições fiscais incertas
12	Redução do valor recuperável de ativos não circulantes
13	Reservas minerais e vida útil das minas
14	Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos
16	Passivos relacionados a outorga da concessão
19	Estimativa do valor justo
25	Passivos relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho
26	Passivos relacionados à participação em coligadas e joint ventures
27	Processos judiciais e administrativos
30	Consolidação
32	Obrigações com benefícios de aposentadoria

f) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Vale S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vale S.A. ("Vale" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

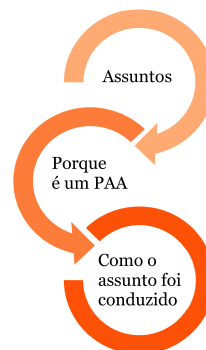
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para descaracterização de barragens (Nota 14 (a))</p> <p>Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho, a Companhia vem trabalhando na descaracterização de barragens de rejeitos construídas sob o método a montante localizadas no Brasil. O saldo da provisão para descaracterização de barragens - estruturas geotécnicas a montante, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 11.536 milhões.</p> <p>A mensuração da provisão para descaracterização de barragens envolve estimativas e premissas críticas aplicadas por parte da administração, bem como alto grau de complexidade na determinação das soluções de engenharia. Essas estruturas encontram-se em distintos estágios de maturidade dos projetos de engenharia.</p> <p>A mensuração da provisão leva em consideração a avaliação de diversas premissas significativas, tais como: (i) o volume de rejeitos a ser removido; (ii) a disponibilidade de locais para depósito de rejeitos e a distância até eles; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto.</p> <p>Adicionalmente, para fins da mensuração do valor da provisão, a Companhia se utiliza de especialistas em engenharia e geologia (internos e externos), que atuam em determinados aspectos do processo de descaracterização, e</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, atualização do entendimento, avaliação e testes dos controles internos relevantes estabelecidos pela administração da Companhia relacionados à mensuração, ao registro e ao monitoramento da provisão para descaracterização de barragens e correspondentes divulgações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Discutimos com a administração, com o apoio dos nossos especialistas em engenharia, sobre o racional técnico de engenharia e principais premissas utilizadas nos projetos de descaracterização mais relevantes, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da estimativa de gastos futuros fundamentada pela administração da Companhia.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos especialistas em engenharia e geologia da administração, envolvidos em aspectos relevantes do processo de descaracterização.</p> <p>Obtivemos, em base amostral, a documentação comprobatória dos gastos incorridos e avaliamos a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas nos projetos de engenharia e alternativas técnicas, com o envolvimento de nossos especialistas em engenharia.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>que são relevantes para a definição e confirmação das soluções e premissas significativas, bem como em relação ao cálculo da estimativa de gastos futuros.</p> <p>Devido às incertezas envolvidas na mensuração dessa provisão, os valores reconhecidos e divulgados em 31 de dezembro de 2025, deverão ser revistos e poderão vir a ser alterados de forma material em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos.</p> <p>Em razão desses aspectos, esse assunto permanece como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Como resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração da Companhia, para fins de cálculo e contabilização dessas provisões, são razoáveis e consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos e com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Provisão para contingências tributárias (Notas 27) e posições fiscais incertas (Nota 5 (d))

A Companhia e suas controladas possuem assuntos relevantes de diversas naturezas tributárias (excluindo tributos sobre a renda) em discussão em várias esferas processuais, para os quais foi constituída provisão para contingências tributárias com perdas prováveis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 1.196 milhões. As contingências tributárias cujas perdas foram estimadas pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, mas divulgação nas demonstrações financeiras, totalizam R\$ 39.715 milhões (Nota 27).

Adicionalmente, a Companhia adota certas posições fiscais incertas na mensuração dos efeitos de imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), cuja determinação final dos tratamentos tributários dependerá de decisões das autoridades fiscais.

Em 31 de dezembro de 2025, as posições fiscais incertas, estimadas como sendo provável que as autoridades fiscais aceitem os tratamentos, totalizam R\$ 48.742 milhões, conforme divulgado nas demonstrações financeiras (Nota 5(d)).

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, avaliação e testes dos controles internos relevantes referentes às contingências tributárias e posições fiscais incertas, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses controles.

Com base na relação fornecida pela administração, obtivemos confirmação de todos os consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas tributárias da Companhia. Ademais, com o apoio de nossos especialistas tributários, realizamos procedimento de auditoria em base amostral sobre os valores e prognósticos utilizados pela administração da Companhia para definir o tratamento contábil nas demonstrações financeiras.

Obtivemos, adicionalmente, para determinados processos tributários e posições fiscais incertas de IRPJ e CSSL de maior relevância, acesso às opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pela administração, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pela Companhia.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A determinação dos montantes registrados de provisão para contingências tributárias acima mencionado, bem como dos montantes divulgados de passivos contingentes (perda possível) e posições fiscais incertas, depende de estimativas e julgamentos críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda, prognóstico de aceitação pelas autoridades tributárias e valores.</p> <p>Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, potenciais mudanças nos julgamentos, estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda e montantes envolvidos, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>Diante do exposto, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões tributárias, bem como as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, incluindo posições fiscais incertas de IRPJ e CSSL, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>
<p>Redução ao valor recuperável ("<i>impairment</i>") de <i>goodwill</i> alocado às operações de níquel no Canadá e ativos não financeiros (Nota 12)</p> <p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de valor recuperável (<i>impairment</i>) dos ágios fundamentados em rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), bem como ativos não financeiros que apresentaram indicações de perda no valor recuperável.</p> <p>Para os testes de <i>impairment</i> dos ativos não financeiros, a Companhia determinou os valores recuperáveis de cada Unidade Geradora de Caixa ('UGC'), às quais os ágios foram alocados. Adicionalmente, a Companhia procedeu testes de <i>impairment</i> nos níveis dos ativos, principalmente, relacionados às operações de <i>Newfoundland and Labrador</i>, no Canadá. Os valores recuperáveis foram mensurados pelo valor justo líquido de despesas de venda. Como resultado dos procedimentos adotados, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2025, uma perda de R\$ 19.517 milhões.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, atualização do entendimento, avaliação e testes dos controles internos relevantes relacionados com a mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros.</p> <p>Confrontamos as informações utilizadas nos testes de <i>impairment</i>, quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e testamos a exatidão matemática dos cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa.</p> <p>Também avaliamos, com o apoio de nossos especialistas em avaliações de ativos, a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas pela Companhia, bem como efetuamos teste de sensibilidade sobre estas premissas.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Para fins de determinação do valor recuperável desses ativos não financeiros, a Companhia elabora fluxos de caixa futuros, com base nos orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e informações internas e externas projetadas, os quais são sensíveis a premissas significativas. Condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas às projetadas pela Companhia, com consequente impacto material nas demonstrações financeiras.</p> <p>Portanto, em razão desses aspectos, esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.</p> <p>Como resultado dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia na mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros, para fins de teste de <i>impairment</i>, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos, assim como as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Vale S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

Vale S.A.

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

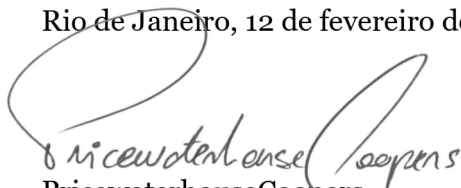
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



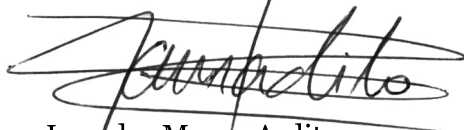
Vale S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

